



DIÁRIO OFICIAL

República Federativa do Brasil - Estado da Bahia
SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

DIVERSOS

EXEMPLAR DE ASSINANTE - VENDA PROIBIDA

SERV. DE ÁGUA E SANEAMENTO AMBIENTAL DE JUAZEIRO – SAAE

CNPJ: 14.659.593/0001-07

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS (SAAE) 01/2020. Objeto: execução de obra, serviço de engenharia e fornecimentos referentes a implantação da iluminação da estação de tratamento de esgoto. Dia 03/03/2020 às 8:30h. Editais: tel. 7436149800/36149803 ou e-mail saae.licitacoes@hotmail.com. Juazeiro/Ba, 13/02/2020. Acácio Santos Siqueira. Pregoeiro.

 **DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA**
Sede Egba: 71 3116 2865 | Posto SAC: 3117 8413

www.egba.ba.gov.br ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras
bairras, com baixo custo e segurança

Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2865 | Posto SAC: 3117 8413

www.egba.ba.gov.br ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



GESTÃO DOCUMENTAL

Digitalização, microfilmagem e
guarda de documentos

Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2856 | 2892 | 3117 2535

www.egba.ba.gov.br ISO 9001 • ISO/IEC 20000-1 | CERTIFICADA DESDE 2002



SERVIÇOS GRÁFICOS

Impressão digital e com dados variáveis
Impressão offset - rotativa e plana

Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento de forma rápida e fácil | Sede Egba: 71 3116 2837 | Posto SAC: 3117 8413

Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil



Melhores preços, melhor qualidade

Seja digital



Acesse:



CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Garante autenticidade e segurança
nas transações eletrônicas

Agendamento

SAC Shopping da Bahia, Posto 3
71 3117 8413

www.sac.ba.gov.br





SUZANO S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizada
CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55
NIRE nº 29.300.016.331

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2019 foi um dos períodos mais intensos da história da Suzano. Marcado pelo amplo processo de integração entre Suzano Papel e Celulose e Fibria Celulose, com a conclusão da transação de combinação de ativos em 14 de janeiro de 2019, resultou na criação da Suzano S.A., companhia que nasceu como a maior produtora de celulose de mercado do mundo. O ano também foi marcado pelo difícil cenário no mercado de celulose, pelo bom desempenho do negócio de papel e pelo avanço com sucesso do negócio de bens de consumo. No que se refere ao foco interno da Suzano pós-fusão, a diretoria concentrou-se, sobretudo, na criação e disseminação dos direcionadores da nova cultura da Companhia, na captura de sinergias conforme divulgada em Fato Relevante de 26 de março de 2019, na integração de processos e sistemas, e na definição da nova visão estratégica de longo prazo. Quando observamos a dinâmica externa, a Companhia operou em um cenário adverso no mercado de celulose devido à queda brusca no preço da celulose, agravado por eventos macroeconômicos como a guerra comercial entre China e Estados Unidos, e o enfraquecimento da economia europeia. Tal conjuntura impactou diretamente o negócio de celulose da Suzano em 2019 e demandou mudança de sua estratégia comercial no decorrer do ano. A administração de seus estoques, inclusive com redução significativa do volume de produção ocasionou uma gestão desafiadora de logística, suprimento da madeira e operação de algumas de suas fábricas. Como consequência, as demonstrações financeiras de 2019 da Companhia foram negativamente impactadas. Ainda assim, a Suzano entregou resultados importantes no ano, evidenciados, por exemplo, por sua capacidade de reduzir significativamente seus estoques de celulose no segundo semestre, pela redução do custo caixa, fruto das sinergias capturadas, apesar do impacto negativo derivado da redução de produção, e pelo recorde de Ebitda Ajustado da Unidade de Negócio Papel. Para se adequar ao cenário turbulento de mercado, em função do seu comprometimento com a disciplina financeira, a Companhia implementou, ao longo do ano, uma série de medidas para aumentar ainda mais a robustez de seu fluxo de caixa, por meio de operações de *liability management* e de fortalecimento de sua posição de liquidez. Além disso, em cumprimento à sua política de endividamento, a Suzano anunciou no segundo semestre um plano de redução da alavancagem financeira com o objetivo de reequilibrar seu patamar de alavancagem aos parâmetros estabelecidos na política financeira. O plano consiste em quatro iniciativas: (i) restritivo de capital limitado a gastos de manutenção das operações e a compromissos já assumidos; (ii) monetização do estoque excedente de aproximadamente US\$ 500 milhões; (iii) captura de 90% de sinergias em 2020 advindas da combinação de negócios com a Fibria; e (iv) venda de ativos não estratégicos. Como parte da execução do plano anunciado, a Suzano divulgou, em 12 de

dezembro de 2019, um contrato com a Klabin S.A., por meio do qual a Companhia vendeu florestas de eucalipto em pé, no montante aproximado de R\$ 400 milhões. Adicionalmente a essas medidas a Administração da Companhia não prevê o pagamento de dividendos em 2020. Diante desse contexto adverso, a captura de sinergias decorrentes da transação com a Fibria tornou-se ainda mais relevante para o desempenho econômico da Companhia e ampliação de sua competitividade, elevando seu grau de prioridade de implementação em todas as áreas operacionais envolvidas. Tendo como base o montante anual normalizado a partir de 2021 de sinergias operacionais entre R\$ 800 milhões e R\$ 900 milhões, conforme anunciado ao mercado, a meta prevista de 40% desse montante para 2019 foi superada em função da aceleração do processo de captura e da identificação de sinergias adicionais. Com isso, a Companhia decidiu revisar o total das sinergias operacionais a serem capturadas em função da combinação de ativos com a Fibria passando a adotar como uma estimativa o montante anual entre R\$ 1.100 milhão e R\$ 1.200 milhão. Adicionalmente, também fruto da fusão com a Fibria, a Suzano desenvolveu e implementou ao longo de 2019 um grande e importante projeto de integração de sistemas operacionais, que possibilitou à Companhia iniciar o ano de 2020 já com seus processos internos unificados, resultando em maior eficiência operacional. Apesar das turbulências enfrentadas, a Suzano, com a contribuição de cerca de 35 mil colaboradores diretos e indiretos, soube buscar soluções e transformar as dificuldades em oportunidades, sempre norteadas pelos novos direcionadores de sua cultura organizacional: *gente que inspira e transforma, gerar e compartilhar valor e só é bom para a Suzano se for bom para o mundo*. O fruto deste trabalho, em um ano tão desafiador, foi reconhecido externamente pela conquista de prêmios como *Great Place to Work*, *Melhores Empresas para trabalhar*, *Melhores Empresas para começar a carreira*, ambas da revista *Você S/A*, e *Glassdoor* - plataforma para o desenvolvimento sustentável e está comprometida em desenvolver alternativas para substituir a utilização do plástico e ampliar sua contribuição positiva na captura de carbono. Alamos inovação à sustentabilidade na busca de soluções, portanto, *inovabilidade* é o nosso caminho. Seguimos focados em gerar e compartilhar valor no longo prazo.

A Diretoria:

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

talizou R\$ 10.724 milhões, 34% inferior ao valor de R\$ 16.361 milhões em 2018. Esta redução é explicada principalmente: (i) pelo menor preço líquido da celulose em USD (-23%), (ii) pela redução do volume vendido de celulose (-6%), e (iii) maior custo de produção decorrente das despesas com insumos não compensados pela redução no SG&A ex-PPA. **Resultado de Celulo e Celulo:** O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 8.726 milhões em 2019, comparado ao resultado negativo de R\$ 7.748 milhões em 2018. Esse resultado reflete, principalmente, a redução nas despesas com variações monetárias e cambiais e resultado com derivativos. As variações monetárias e cambiais impactaram o resultado de 2019 negativamente em R\$ 1.100 milhões, principalmente em função do impacto negativo de R\$ 2.812 milhões. O resultado de operação líquida por sua vez, foi negativo em R\$ 1.075 milhões em 2019 vs o resultado negativo de R\$ 2.822 milhões em 2018. A despesa financeira líquida em 2019 foi de R\$ 3.686 milhões, 74% superior à despesa registrada em 2018. Esse incremento reflete os financiamentos realizados para a combinação de ativos com a Fibria e a valorização do USD médio vs o BRL. **Resultado Líquido:** Como resultado do exposto acima, a Companhia registrou prejuízo de R\$ 2.815 milhões em 2019, em comparação com o lucro líquido de R\$ 3.378 milhões do ano anterior. **Endividamento:** Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta era de R\$ 63.684 milhões, sendo 90% dos vencimentos no longo prazo e 10% no curto prazo. A dívida em moeda estrangeira representou 71% da dívida total da Companhia e em moeda nacional era de 29%. O percentual da dívida bruta em moeda estrangeira, considerando o efeito do hedge de dívida, era de 83%. O aumento da dívida bruta ocorreu em função das captações de longo prazo em BRL ajustada pela curva de swap de mercado). O prazo médio da dívida consolidada no encerramento do exercício era de 84 meses. A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 9.579 milhões, dos quais 73% estavam aplicados em moeda local, em títulos públicos e de renda fixa e o restante estava aplicado em investimentos de curto prazo no exterior. A empresa possui 2 linhas de crédito rotativo (*stand by credit facilities*) no valor total de R\$ 3.015 milhões com prazo de disponibilidade até 2024, sendo 1 linha em moeda nacional no valor de R\$ 1 bilhão e uma linha em moeda estrangeira no valor de US\$ 500 milhões. Estes recursos, apesar de não utilizados, contribuem para melhorar as condições de liquidez da empresa. Desta forma, o atual caixa de R\$ 9.579 milhões e essas linhas de R\$ 3.015 milhões totalizam uma posição de liquidez imediata de R\$ 12.594 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, a dívida líquida era de R\$ 54.105 milhões (US\$ 13.423 milhões) vs. R\$ 24.635 milhões (US\$ 6.257 milhões) em 31 de dezembro de 2018. O índice de alavancagem financeira medido pela relação dívida líquida/EBITDA Ajustado em Reais ficou em 5,5x, em 31 de dezembro de 2019 (vs. 1,5x no 4T18). Em dólar, a relação dívida líquida/EBITDA Ajustado ficou em 4,9x em 31 de dezembro de 2019 (vs. 1,4x no 4T18).

GERAÇÃO DE CAIXA OPERACIONAL
A geração de caixa operacional da Suzano (EBITDA Ajustado menos Capex de Manutenção) foi de R\$ 7.063 milhões em 2019, redução de 44% quando comparada ao ano de 2018 (R\$ 12.709 milhões).

(R\$ milhões)	2019	2018
EBITDA Ajustado*	10.724	16.361
Capex de Manutenção*	3.661	3.652
Geração de Caixa Operacional	7.063	12.709

* Desconsidera itens não recorrentes e efeitos do PPA. * Em regime caixa.

DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Suzano estabelece como dividendo mínimo obrigatório o equivalente ao menor valor entre 25% do lucro líquido após constituição de reservas legais do exercício ou 10% da Geração de Caixa Operacional (GCO) do respectivo ano fiscal, sendo GCO o resultado do Ebitda Ajustado deduzido do capex de manutenção. Em razão da Companhia ter apurado lucro líquido no ano de 2019, no valor de R\$ 2.815 milhões, não há constituição de dividendo mínimo a ser distribuído em 2020.

RATING

Ao longo de 2019, a Suzano manteve o *rating* Grau de Investimento (BBB-) na escala global pela *Standard and Poor's* e pela *Fitch Ratings*, tendo sua perspectiva alterada de Estável para Negativa em função do cenário adverso do mercado de celulose se resultou na perspectiva de desaceleração do ritmo de desalavancagem da Companhia. A Moody's atribui à Suzano 'Ba1' na escala global, com perspectiva estável, dada a principalmente à limitação ao *rating* soberano brasileiro.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 5.779 milhões no acumulado do ano, sendo R\$ 3.661 milhões com manutenção florestal e industrial. Os investimentos em Terras e Florestas foram de R\$ 1.462 milhões, referentes, principalmente à projetos voltados para busca de novas áreas mais eficientes para aumentar a competitividade da madeira e bem como para viabilizar a opção natural de crescimento orgânico da Companhia. No investimento em Portos, os gastos (R\$ 368 milhões) corresponderam sobretudo à execução do projeto Várzea, que consiste na construção de um terminal portuário localizado na margem direita do Porto de Santos que irá permitir maior eficiência operacional pela Suzano.

MERCADO DE CAPITALIS

As ações da Suzano integram o Novo Mercado, mais alto nível de governança corporativa da B3 – Brasil, Bolsa e Balcão, e também são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – ADR Nivel II sob os códigos SUZB3 e SUZ, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia era representado por 1.361.263.584 ações ordinárias (SUZB3 e SUZ), sendo 12.042.004 ações ordinárias mantidas em tesouraria. As ações da Suzano fecharam o ano cotadas a R\$ 39,93/ação (SUZB3) e US\$ 9,84/ação (SUZ).

SUSTENTABILIDADE

A Suzano tem consciência do tamanho da sua responsabilidade a partir da liderança que exerce no mercado em que atua. A essência do nosso negócio é desenvolver produtos renováveis de origem de árvores cultivadas e buscar ampliar a contribuição gerando valor compartilhado com foco na inovação, na excelência operacional e no diálogo com as partes interessadas. A Companhia publica o Relatório de Sustentabilidade anualmente, seguindo as diretrizes da GRI, o qual se encontra arquivado na CVM via IPE, dentro da categoria "Relatório de Sustentabilidade" e no site de Relações com Investidores dentro da seção "Sustentabilidade". Não é à toa que a sustentabilidade está presente na estratégia global da Suzano, integrada aos processos de governança e gestão, sustentando o modelo de negócio e permeando todos os direcionadores de cultura. A Suzano busca ser protagonista e mobilizadora no desenvolvimento conjunto de soluções inovadoras e sustentáveis para os desafios da sociedade por meio do negócio. Em 2019 a Companhia preservou 886 mil hectares de matas nativas localizadas em 7 estados e 3 biomas (Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica) nas áreas de manejo florestal da Companhia. Dentro do Programa de Restauração Ambiental, a Companhia iniciou o processo de recuperação de 2.837 hectares localizados nos estados da BA, ES, SP, MS e MA. O projeto "Nascentes do Mucuri", iniciado em 2017 na BA, teve em 2019 seu terceiro ano de operações e alcançou o número de 365 nascentes em restauração, mais de 10 mil mudas plantadas, 10 mil pessoas mobilizadas, 1.356 propriedades rurais engajadas e 2.634 horas dedicadas à educação socioambiental nas comunidades envolvidas. A Suzano busca assegurar a construção social do negócio por meio do fortalecimento, no longo prazo, da relação com as comunidades e da integração de seus interesses na condução e gestão do negócio. Atualmente, iniciativas voltadas para a geração de renda, como os de agricultura familiar, apicultura e artesanato, impactam mais de 35 mil pessoas e levam ao aumento da renda média das famílias beneficiadas e à promoção do desenvolvimento local. Outros projetos e iniciativas de engajamento relacionadas à educação, comunidades pesqueiras e turismo impactaram mais de 76 mil pessoas nas regiões de atuação da Companhia. **Governança de Sustentabilidade:** Seguindo o comprometimento com a evolução contínua das práticas de governança, foi criado um Comitê de Sustentabilidade, órgão que assessora o Conselho de Administração. Em

VISÃO GERAL

A Suzano, empresa resultante da fusão entre a Suzano Papel e Celulose e a Fibria Celulose, tem o compromisso de ser referência global no uso sustentável de recursos naturais. Líder mundial na fabricação de celulose de mercado e uma das maiores fabricantes de papéis da América Latina, a Companhia exporta para mais de 80 países e, a partir de seus produtos, está presente na vida de mais de 2 bilhões de pessoas. Com operações de dez fábricas, além da *joint operation* Veracel, possui capacidade instalada de 10,9 milhões de toneladas de celulose de mercado e 1,4 milhão de toneladas de papéis por ano. A Companhia tem mais de 35 mil colaboradores diretos e indiretos e investe há mais de 90 anos em soluções inovadoras a partir do plano de ações.

INOVAÇÃO

A Suzano inova e cria valor de forma sustentável por meio do contínuo investimento em Pesquisa & Desenvolvimento em seus produtos e fábricas, sendo um importante vetor da competitividade estrutural da Companhia. Em 2019, ao da integração de processos e sistemas bem como da captura de sinergias em função da fusão com a Fibria, decorram da pesquisa florestal as recomendações para sinergia da madeira entre os sites produtores para maximizar os resultados na produção de celulose e mitigar riscos envolvidos nessas operações. Além disso, houve no ano a unificação da base de conhecimentos que possibilitou, também, além de outros benefícios, automação do processo de recomendação de manejo, projeto de sinergia de clones entre as unidades florestais e ampliação do programa de extensão e educação continuada para as áreas operacionais. A pesquisa voltada à inovação industrial teve também a fusão como protagonista, o que possibilitou resultados como padronização da especificação de produtos, estabelecimento da estratégia de desenvolvimento de produtos de celulose para atender demandas do mercado de papel, dentre outros avanços. Para a Unidade de Negócios de Papel, houve evolução na iniciativa de desenvolver produtos substitutos para o plástico como canudos, o Loop, e copos, Bluecup e Bluecup Bio. Em Bioerrefinaria, trabalhamos no comissionamento da planta de produção de lignina, pioneira no mundo na produção em escala industrial e com bioprodutos de celulose e lignina, que misturam nossos produtos de base renovável com resinas plásticas para reduzir o uso de produtos de origem fóssil na produção de plásticos duráveis. Na pesquisa em nanocelulose, a parceria com a *start up* finlandesa Spinova resultou na transformação da nanocelulose Suzano em filamento têxtil.

UNIDADE DE NEGÓCIO CELULOSE

O ano de 2019 foi marcado por um cenário desafiador para o mercado global de celulose. O desequilíbrio entre os fundamentos de mercado durante o primeiro semestre, decorrente, de lado da oferta, da operação da indústria, próxima a sua plena capacidade, e da baixa ocorrência de paradas não programadas verificadas em anos anteriores, e, do lado da demanda, da pressão gerada por incertezas macroeconômicas e geopolíticas no âmbito global, bem como da redução de estoques de produtores de papel iniciada ao final de 2018 que se estendeu durante o início de 2019 no mercado chinês. A combinação desses fatores ocasionou uma curta oferta nos preços das fibras longo e curto prazo. A oferta de celulose de mercado, por sua vez, foi impactada pela redução da produção de celulose de mercado e a manutenção do crescimento global da produção de papéis para fins sanitários, em contrapartida a uma maior concentração de paradas de manutenção de fábricas de celulose no quarto trimestre, favoreceram um movimento de aumento do volume de vendas no segundo semestre do ano e por consequência uma significativa redução de estoques pelos produtores de celulose, contribuindo para estabilidade de preços nos últimos meses de 2019. Os volumes da Suzano em 2019 totalizaram 8,8 milhões de toneladas de produção (-15% vs. 2018) e 9,4 milhões de toneladas de vendas (-6,0% vs. 2018). O menor volume de vendas ao longo do ano foi resultado do desequilíbrio dos fundamentos de mercado como comentado acima. A receita líquida obtida com as vendas de celulose totalizou R\$ 21.028 milhões em 2019, (-22% vs. 2018), em função principalmente da correção do preço internacional da celulose. A participação da receita de celulose proveniente de exportação foi de 91% e do mercado interno de 9%. Quanto à distribuição por uso final, 58% das vendas de celulose foram destinadas para produção de papéis para fins sanitários, 20% para papéis de imprimir e escrever, 16% para papéis especiais e 6% para embalagens. O preço líquido médio de venda de celulose foi de US\$ 566/ton em 2019, (-23% vs. 2018), enquanto em BRL, o preço líquido médio ficou em R\$ 2.234/ton (-17% vs. 2018), apresentando uma queda ligeiramente maior do que a dos preços em USD devido à depreciação da moeda brasileira ao longo do ano. O custo caixa de celulose sem parada ficou R\$ 663 por tonelada, representando uma elevação de 7% em relação ao ano anterior, em função principalmente do impacto do menor volume de produção.

UNIDADE DE NEGÓCIO PAPEL

Dados da Indústria Brasileira de Árvores (IBA*) indicam que as vendas da Indústria nacional de imprimir e escrever e papel-cartão apresentaram retração de 4% na comparação de 2019 com o ano anterior, enquanto as importações reduziram 5% na mesma base comparativa. A produção de papel da Suzano atingiu 1,2 milhão de toneladas, 2% inferior ao total produzido em 2018. Esta variação deve-se à redução de papel revestido, parcialmente compensado pelo aumento de produção de *tissue* e melhoria de produtividade industrial dos demais produtos de papel. As vendas de papel totalizaram 1,3 milhão de toneladas, em linha com o volume vendido em 2018. Em 2019, a receita líquida obtida com as vendas de papel da Suzano totalizou R\$ 4.985 milhões, 7% superior ao ano anterior. A receita líquida do mercado interno e mercado externo apresentou um aumento de 5% e 11%, respectivamente, sendo 70% proveniente das vendas no mercado interno e 30% do mercado externo. A composição da receita total da Suzano com venda de papel em 2019 foi de 84% na América Latina (incluindo Brasil), 8% na América do Norte, e 8% nas demais regiões. O preço líquido médio de papel em 2019 foi de R\$ 3.968/ton, 7% superior ao preço em 2018, sendo no mercado interno, o preço líquido médio de papel foi de R\$ 4.078/ton, 8% superior ao preço em 2018 e no mercado externo, o preço médio foi de US\$ 946/ton, 4% inferior a 2018. Em reais, o preço médio registrado no mercado externo foi de R\$ 3.734/ton, 4% superior ao preço de 2018.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados: As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas da CVM e os CPCs, e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). As informações operacionais e financeiras são apresentadas com base em números consolidados em Reais (R\$) da Suzano S.A. – empresa resultante da fusão entre Suzano Papel e Celulose e Fibria Celulose. Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos. **Receita Líquida:** A receita líquida da Companhia em 2019 foi de R\$ 26.013 milhões, 16% inferior à receita líquida registrada em 2018, de R\$ 31.702 milhões, resultado da queda no preço médio líquido da celulose em USD de 23% e da redução de 6% no volume vendido de celulose. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela valorização do USD médio vs. o BRL. **Custo dos Produtos Vendidos ex-PPA ("CPV"):** Em decorrência da combinação de ativos com a Fibria, a Suzano realizou uma análise de avaliação do valor justo de mercado dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Fibria e efetuou as alocações correspondentes no balanço patrimonial (*Purchase Price Allocation* – PPA). Para fins de análise operacional do CPV e Despesas com Vendas e Administrativas a seguir, excluímos o efeito de amortização do PPA. Excluindo o efeito do PPA, o custo dos produtos vendidos em 2019 totalizou R\$ 17.899 milhões, 6% superior ao registrado em 2018, de R\$ 16.823 milhões, principalmente em função do maior custo caixa de produção com parada (+8%), parcialmente compensado pelo menor volume de vendas (-5%) e pelo efeito de R\$ 343 milhões de alocação contábil principalmente de despesas comerciais para CPV. Os principais fatores para o maior custo caixa de produção foram custo da madeira (maior participação de terceiros e maior ratio médio) e custo fixo (redução de produção). O CPV caixa ex-PPA unitário em 2019 foi de R\$1.276/ton vs R\$1.120/ton no ano. **Lucro Bruto:** A redução do lucro bruto de R\$ 14.879 milhões em 2018 para R\$ 5.269 milhões em 2019 é explicada pelo resultado operacional acima exposto, além do efeito do PPA em 2019 de R\$ 2.845 milhões (ausente em 2018). **Despesas com Vendas e Administrativas ex-PPA:** As despesas com vendas ex-PPA totalizaram R\$ 1.085 milhões em 2019, 23% inferior ao valor registrado em 2018 de R\$ 1.411 milhões. Esta redução deriva, principalmente, do efeito do alinhamento de critério de alocação contábil, com a incorporação de ações da Fibria (principalmente despesas comerciais que a partir do 11/19 passaram a ser contabilizadas no CPV). Na análise por tonelada, sem efeitos de PPA e com a harmonização contábil, e elevação foi de 35% devido à valorização do USD médio frente ao BRL, menor diluição de custo fixo e estruturação do negócio de Bens de Consumo. As despesas administrativas totalizaram R\$ 1.200 milhões em 2019, 1% inferior ao montante registrado em 2018 de R\$ 1.217 milhões. **EBITDA Ajustado:** O EBITDA Ajustado de 2019 to-



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2019, as deliberações deste Comitê foram essenciais na evolução dos compromissos institucionais e na construção das metas de longo prazo. **Estratégia de Sustentabilidade:** A Companhia deseja ser um agente transformador, mas não conseguirá abraçar os desafios locais e globais sozinha. Orientada pelo desejo de ampliar o horizonte, considerando os impactos socioambientais e a multiplicidade de visões, a Suzano realizou em 2019 um amplo processo de investigação e diálogo, que resultou na Estratégia de Sustentabilidade. No total, a Companhia dialogou com mais de 90 organizações no Brasil, Estados Unidos, Europa e Ásia, se reuniu com mais de 700 funcionários e ouviu a percepção de mais de 200 pessoas por meio de uma pesquisa online. Essa Estratégia tem como premissas ser: • **Integrada ao negócio:** Sustentabilidade como critério integral das práticas de gestão do negócio e das tomadas de decisão; • **Impulsionada pela inovação:** Promoção da conexão entre a sustentabilidade e a inovação como agentes de transformação para o negócio e para a sociedade; • **Sistêmica:** Adoção de uma abordagem sistêmica e colaborativa, conectando a agenda local e global; • **Transparente e promotora do diálogo:** Transparência das ações e acolhimento da diversidade de visões e fortalecimento de parcerias por meio do diálogo; • **Geradora de valor compartilhado:** Maximização da capacidade de geração e compartilhamento de valor, considerando todas as partes interessadas; • **De dentro para fora:** Engajamento dos colaboradores para participação ativa como agentes e embaixadores da transformação. Este processo de diálogo e escuta ativa resultou no levantamento de diversos temas materiais desde mudanças climáticas à diversidade e inclusão. Foram criados grupos de trabalhos multidisciplinares para investigar cada um dos temas prioritários e vislumbrar aonde a Companhia poderia estar em 2030 levando em consideração o impacto no negócio e na sociedade. Esse exercício resultou na construção de compromissos institucionais e metas de longo prazo. Estes passaram por aprovação dos líderes dos Grupos de Trabalho, da Diretoria Executiva, Comitê de Sustentabilidade e Conselho de Administração.

GOVERNANÇA

A Companhia é parte desde 2017 do segmento especial de listagem Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Balcão e desde 2018 suas ações são também negociadas por meio de *American Depositary Receipts (ADRs)* Nível II na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE). Diante desse amplo ambiente regulatório, a Suzano está comprometida com as melhores práticas de governança corporativa, como por exemplo os princípios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A Companhia apresenta uma estrutura de governança consistente e efetiva que atua de maneira clara e transparente para o processo decisório e para a proteção de seus acionistas, da Companhia e do mercado em geral. Em sua missão, o Conselho de Administração conta com a valiosa participação e apoio de outros órgãos da estrutura da Companhia, a saber, a Assembleia Geral de Acionistas, a Diretoria Executiva, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Conselho Fiscal, a Auditoria e, ainda, outros diversos comitês não estatutários de assessoramento constituídos e/ou reconfigurados em 2019 como, por exemplo, os Comitês de Sustentabilidade e de Gestão e Finanças. Além dessas contribuições, dispõe o Conselho de Administração de ferramentas diversas que o auxiliam em suas atividades de governança, com destaque para o próprio Estatuto Social da Companhia, o Código de Conduta e as diversas políticas adotadas pela Companhia, que procuram materializar os princípios adotados em termos de governança corporativa ao mesmo tempo em que promovem a disseminação desses princípios nas mais diversas frentes de governança. São exemplos dessas políticas, a Política de Governança Corporativa, a Política de Gestão Integrada de Riscos, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Política de Negociação de Valores Mobiliários e a Política de Endividamento. Por meio desse modelo de gestão e controle com a participação de todos os órgãos e a utilização dos mecanismos e ferramentas acima citados, a Companhia busca preservar a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa perante seus *stakeholders* e, simultaneamente, promover o aperfeiçoamento contínuo de sua governança corporativa.

AUDITORIA E CONTROLES INTERNOS

O processo de Controles Internos da Suzano é estruturado e abrange a Administração, incluindo os Comitês e Comissões que assessoram o Conselho de Administração e a Diretoria, as Gerências e todos os colaboradores da Companhia, com o propó-

sito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios, em linha com as regulamentações estabelecidas. Baseadas na revisão anual, ou quando requerida, os fluxos de processos são continuamente validados e os testes de aderência regularmente aplicados para aferir a efetividade dos controles existentes versus os riscos a que a Suzano está exposta. A Companhia sistematicamente aplica a metodologia do *Control Self Assessment (CSA)*, uma solução integrada que auxilia a documentar, trimestralmente, o desempenho dos controles relacionados às demonstrações financeiras e à gestão, focando nas obrigações-chaves ao negócio, corroborando com o monitoramento permanente ao estrito respeito às leis, normas e regulamentos, políticas e procedimentos, assim como na implementação dos planos de contingência, garantindo a devida segregação de função e evitando o conflito de interesses. Com a fusão, a Companhia intensificou a revisão dos seus processos e controles, reforçou os treinamentos presenciais e *e-learning*s com foco na Lei *Sarbanes-Oxley (SOX)*, *Anticorrupção* e *Prevenção à Perdas e Fraude*. Em 2019, a Companhia implementou a ferramenta *SAP GRC Process Control* para trazer maior segurança aos registros referentes às auto avaliações do ambiente de controles, que inclui a validação formal do CFO e CEO. Adicionalmente, os controles são revisados pela área de Controles Internos, testados por auditores internos e externos, e reportados periodicamente à Diretoria Executiva, Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário e ao Conselho Fiscal. No caso de violação às regras internas e às exigências externas, são aplicadas orientações disciplinares e/ou medidas corretivas. Se necessário, estas violações são submetidas ao Comitê de Gestão de Conduta, órgão de assessoramento à Administração. Em atendimento à Seção 404 da Lei *Sarbanes-Oxley*, a eficácia dos controles relacionados às informações financeiras é baseada nos critérios estabelecidos no *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*. De acordo com esta avaliação, o desenho dos controles encontra-se adequado e não foram identificadas deficiências ou observações que comprometam a certificação da Companhia até o momento. Além da avaliação mencionada anteriormente, a Suzano recorre a auditores externos e à auditoria interna para a avaliação dos seus resultados, controles internos e nossas práticas contábeis. Os diagnósticos das análises são apresentados ao Comitê de Auditoria, ao Conselho Fiscal e à prestadora de serviços de auditoria independente contratada, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, cujos trabalhos possibilitam o aprimoramento dos controles internos, em especial os relacionados a aspectos fiscais, contábeis e de tecnologia da informação.

PESSOAS

O ano de 2019 foi marcado pelo forte trabalho de construção e vivência da Cultura da Suzano após a fusão, tendo como base os nossos três direcionadores: Quem somos: Gente que inspira e transforma; O que fazemos: Geramos e Compartilhamos Valor; e Como fazemos: Só é bom para nós se for bom para o mundo. A Companhia viveu um intenso movimento de apropriação, capacitação e tomada de decisão pautada nesses direcionadores, incluindo a revisão dos seus processos de Gente para facilitar o desenvolvimento da organização. Revisou-se o processo de Gestão de Desenvolvimento, que contempla avaliação de performance, identificação e desenvolvimento de potenciais. Unificou-se a plataforma de treinamentos virtuais e autodesenvolvimento, políticas de remuneração e benefícios, entre outros. Criou-se um programa robusto de desenvolvimento de potenciais, chamado Elos, com o objetivo de formação e aceleração do nosso *pipeline* de sucessão. Em Gente que Inspira e Transforma, a afirmação "Cultivar a diversidade nos fortalece" tem ganhado robustez com o grande movimento de diversidade liderado pelo grupo Plural. O Plural é um movimento orgânico criado por um grupo de colaboradores, que foi institucionalizado em 2019. Conta com a participação e liderança de colaboradores de diversas áreas da Companhia, tendo como *sponsors* alguns dos nossos Diretores e Diretores Executivos. Por meio do trabalho do Plural, criou-se uma Política de Diversidade, fez-se um censo para entendimento do nosso cenário atual e criou-se metas de curto e longo prazo, afirmando o compromisso da Suzano com o tema. Em 2019 iniciou-se também o movimento de estruturação de *People Analytics*, que contribuiu com a construção de programas e soluções de Gente focados no perfil do colaborador com o objetivo de atuar de maneira antecipatória nos focos de atenção. Por fim, a partir da estratégia da Companhia, estruturou-se a estratégia de Pessoas que sustentará a evolução dos negócios da Suzano.

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO											
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	5	824.538	3.253.666	3.249.127	4.387.453						
Aplicações financeiras	6	5.941.348	20.996.555	6.150.631	21.098.565						
Contas a receber de clientes	7	5.923.811	3.470.873	3.035.817	2.537.058						
Estoque	8	2.224.450	1.260.459	4.685.595	1.853.104						
Tributos a recuperar	9	791.132	253.248	997.201	296.832						
Instrumentos financeiros derivativos	4	260.273	352.454	260.273	352.454						
Adiantamento a fornecedores	10	114.262	92.620	170.481	98.533						
Partes relacionadas	11	12.133	2.182								
Dividendos a receber		2.854									
Ativos mantidos para venda			5.718		5.718						
Outros ativos		290.520	154.422	335.112	169.175						
Total do ativo circulante		16.385.321	29.842.197	18.884.237	30.798.892						
NÃO CIRCULANTE											
Aplicações financeiras	6	179.703		179.703							
Tributos a recuperar	9	669.919	231.182	708.914	231.498						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	2.046.675		2.134.040	8.998						
Instrumentos financeiros derivativos	4	838.699	141.238	838.699	141.480						
Adiantamento a fornecedores	10	1.007.711	218.493	1.087.149	218.493						
Depósitos judiciais		242.500	118.453	268.672	129.005						
Partes relacionadas	11	3.550									
Outros ativos		180.807	86.528	228.881	93.935						
Ativos biológicos	13	10.326.622	5.111.160	10.571.499	4.935.905						
Investimentos	14	11.606.627	1.445.321	322.446	14.338						
Imobilizado	15	37.346.699	16.458.656	41.120.945	17.020.259						
Direito de uso	19.1	3.817.638		3.850.237							
Intangível	16	17.311.934	105.906	17.712.803	339.841						
Total do ativo não circulante		85.579.084	23.916.937	79.023.988	23.133.752						
TOTAL DO ATIVO		101.964.405	53.759.134	97.908.225	53.932.644						
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018											
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)											
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PASSIVO											
CIRCULANTE											
Fornecedores	17	1.120.964	594.168	2.376.459	632.565						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	4.652.321	3.152.351	6.227.951	1.428.686						
Contas a pagar de arrendamento	19.2	649.309			656.844						
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	197.4	595.195		593.413						
Tributos a recolher	12	122.809	204.128	307.639	243.835						
Salários e encargos sociais		362.671	217.978	400.435	234.192						
Partes relacionadas	11	3.053.913	268.234								
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	86.529	469.860	94.414	476.954						
Dividendos a pagar		4.421	3.717	5.720	5.434						
Adiantamento de clientes		20.772	42.067	59.982	75.159						
Outros passivos		1.258.451	213.259	456.338	367.313						
Total do passivo circulante		12.226.136	5.760.957	11.479.195	6.058.678						
NÃO CIRCULANTE											
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18.1	14.666.687	9.253.742	67.456.375	32.310.813						
Contas a pagar de arrendamento	19.2	3.301.059		3.327.226							
Instrumentos financeiros derivativos	4.5	2.024.500	1.040.122	2.024.500	1.040.170						
Partes relacionadas	11	46.964.145	22.986.592								
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	23	213.699	480.224	447.201	515.558						
Provisão para passivos judiciais	20	3.480.248	345.349	3.512.477	37.348						
Passivos atuariais	21	724.643	430.427	736.179	430.427						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	961.083	578.875	1.038.133							
Plano de remuneração baseado em ações	22	112.533	121.681	136.505	132.312						
Provisão para perda de investimentos em controladas			342.068		37.348						
Outros passivos		72.165	24.885	121.723	37.348						
Total do passivo não circulante		71.785.639	35.980.170	68.341.961	35.848.031						
TOTAL DO PASSIVO		83.991.775	41.747.127	79.820.256	41.906.709						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Capital social	25	9.235.546	6.241.753	9.235.546	6.241.753						
Reservas de capital		6.416.864	674.221	6.416.864	674.221						
Ações em tesouraria		(218.265)	(218.265)	(218.265)	(218.265)						
Reservas de lucros		317.144	2.992.590	317.144	2.992.590						
Ajustes de avaliação patrimonial		2.221.341	2.321.708	2.221.341	2.321.708						
Patrimônio líquido de controladores		17.972.630	12.012.007	17.972.630	12.012.007						
Participação de não controladores			115.339		13.928						
Total do patrimônio líquido		17.972.630	12.012.007	18.087.969	12.025.935						
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		101.964.405	53.759.134	97.908.225	53.932.644						

continua →



continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro (prejuízo) do exercício	(2.817.518)	318.339	(2.814.742)	318.460
Itens que não serão reclassificados para o resultado em exercício subsequente				
Efeito da variação cambial e do valor justo sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente				
Ensyn Corporation ⁽¹⁾	1.832	3.153		
CellForce Inc.	1.207	1.667		
Spinnova Oy ⁽¹⁾	(927)	(1.244)		
Efeito tributário sobre os itens acima	718	(1.216)		
Reflexo de controlada	(2.750)	2.749		
Efeito tributário sobre reflexo de controlada	(935)	(935)		
Ganho (perda) atuarial	(142.405)	(69.305)	(147.640)	(69.305)
Efeito tributário sobre o passivo atuarial	48.418	23.564	50.198	23.564
	(2.908.296)	272.598	(2.908.010)	272.719
Itens que serão reclassificados para o resultado em exercício subsequente				
Efeito cambial na conversão das demonstrações financeiras e sobre os investimentos no exterior	43.329	137.546	45.819	137.546
Total do resultado sob controle	(2.864.967)	611.143	(2.862.191)	611.284

Itens que serão reclassificados para o resultado em exercício subsequente

e sobre os investimentos no exterior	43.329	137.546	45.819	137.546
Total do resultado abrangente do exercício	(2.864.967)	410.144	(2.862.191)	410.285
Atribuível a:				
Controladores	(2.864.967)	410.144	(2.864.967)	410.144
Não controladores			2.776	121

1) Investimento pelo qual a Companhia passou a ter influência significativa e, portanto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota 3.1.5.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	[Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma]			
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	20.225.517	14.064.891	27.445.858	14.648.087
Outras receitas, liquidas	434.552	194.555	424.756	220.279
Receitas referentes à construção de ativos próprios	2.388.102	562.968	3.038.028	562.968
Reversão (provisão) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(4.294)	(8.942)	(12.286)	(6.450)
	23.043.877	14.813.472	30.896.356	15.424.884
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(8.154.782)	(4.341.490)	(12.733.608)	(4.524.675)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.506.864)	(2.262.904)	(2.619.453)	(2.302.601)
Outros	(15.881)	(15.881)	(15.881)	(15.881)
	(6.601.628)	(6.604.454)	(15.368.942)	(6.827.276)
VALOR ADICIONADO BRUTO	12.382.249	8.209.018	15.527.414	8.597.608
Depreciação, amortização e exaustão	(3.658.156)	(1.527.894)	(4.440.947)	(1.583.223)
Amortização mais valia - combinação de negócios	(3.613.270)	-	(3.612.045)	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	5.110.823	6.681.124	7.474.422	7.034.385
Resultado da equivalência patrimonial	326.893	(104.524)	31.993	2.596
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	(940.261)	1.397.966	2.396.442	1.047.756
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(940.261)	1.397.966	2.396.442	1.047.756
VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO				
Pessoal	1.658.707	1.283.276	2.067.669	1.338.106
Remuneração direta	1.270.845	1.048.000	1.596.780	1.090.613
Benefícios	310.976	190.733	384.250	197.143
F.G.T.S	78.886	44.543	86.639	50.350
Impostos, taxas e contribuições	1.054.505	1.053.366	1.632.205	1.117.476
Federais	686.472	877.921	1.153.815	926.973
Estaduais	313.903	170.499	396.747	239.756
Municipais	54.130	5.536	81.643	5.747
Remuneração do capital de terceiros	6.235.486	6.052.490	10.546.296	6.002.457
Juros provisionados, variações cambiais passivas, aluguéis e outros	6.235.486	6.052.490	10.546.296	6.002.457
Outros	-	-	(894)	-
Remuneração de capital próprio	(2.817.518)	318.339	(2.814.742)	318.460
Dividendos	-	8.074	-	8.074
Lucros (prejuízos) retidos do exercício	(2.817.518)	310.265	(2.817.518)	310.265
Participação de não controladores	-	2.776	-	121
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.131.180	8.708.161	11.431.428	8.831.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Resultado líquido do exercício	(2.817.221)	311.338	(2.814.742)	318.460
Ajustes por				
Amortização, exaustão e amortização (nota 30)	3.527.925	1.527.893	4.286.730	1.563.223
Amortização mais-ou-valia - Fibria/Facepal/bema (nota 30)	3.650.682		3.651.005	
Amortização do direito de uso (nota 30)	130.231		154.217	
Amortização mais-ou-valia da Fibria alocada ao resultado financeiro (nota 27)	(37.412)		(38.960)	
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento Resíduo na alienação, caixa e provisão de ativos imobilizados e biológicos, líquido (nota 30)	192.284		226.103	
Reversão no balanço patrimonial (nota 12)	95.292	12.867	77.930	13.580
Resultado de equivalência patrimonial (nota 14.2)	(326.893)	104.524	(31.993)	(7.576)
Variações cambiais e monetárias, líquidas (nota 27)	1.827.883	1.387.128	1.964.927	1.446.207
Despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidas (nota 27)	1.224.065	1.438.660	3.358.806	872.208
Despesas com juros sobre empréstimos com contrapartida e capitalização, líquidas (nota 27)	2.330.229	(526.917)		
Receita de juros sobre aplicações financeiras	66.406	(126.538)	(31.368)	(127.037)
Amortização do custo de captação, ação e deságio (nota 18.2)	131.850	25.384	185.807	44.499
Perdas com derivativos, líquidas (nota 27)	(272.127)	2.754.053	24.283	2.165.106
Atualização do valor justo dos ativos biológicos (nota 12 e 30)	(177.368)	120.187	(185.399)	129.187
Despesas com imposto de renda e contribuição social base de lucro (nota 12)	(333.726)	(733.595)	(1.258.517)	(741.782)
Créditos tributários - parte 27	(128.115)		(128.115)	
Juros sobre passivo atuarial (nota 20.2)	40.353	35.920	44.496	35.920
(Reversão) provisão para passivo de contingência (Reversão) provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa, líquida (nota 7.3)	(6.284)	8.942	(12.286)	6.450
Provisão para perda estimada nos estoques, líquida (nota 8.1)	(4.694)	(24.018)	107.269	(25.096)
Provisão para perda estimada nos créditos do ICMS, líquida (nota 5.2)	(52.999)	214.306	(56.517)	235.081
Outras				
Decréscimo (acréscimo) em ativos	1.111.648			
Contas a receber de clientes	156.409	(73.601)	991.476	(179.979)
Estoque	(78.197)	(336.293)	873.420	(626.146)
Tributos a recuperar	27.763	362.247	241.534	30.965
Outros ativos	(26.622)	(76.218)	(26.478)	(12.720)
Acréscimo (decréscimo) em passivos	(1.601.150)			
Partes relacionadas	(112.330)	11.337	(1.555.697)	1.473
Fornecedores	220.651	840.235	370.923	567.688
Tributos e encargos sociais	40.446	(14.378)	(234.948)	192.566
Outros passivos	(314.820)	(66.684)	(62.294)	(67.078)
Caixa gerado das operações	8.790.618	5.997.469	11.059.017	6.438.753
Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.406.113)	(769.491)	(2.977.957)	(806.758)
Juros recebidos sobre aplicações financeiras	(131.545)	(373.455)	(112.898)	(135.265)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(266.794)	(316.407)	(391.725)	(327.282)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	5.986.166	4.836.467	6.776.437	5.169.448
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Adições de imobilizado (nota 16)	(1.497.795)	(1.238.865)	(2.001.674)	(1.251.486)
Adições de intangível (nota 15)	(14.811)	(7.117)	(17.715)	(7.217)
Adições de ativos biológicos (nota 13)	(2.262.707)	(1.185.060)	(2.489.026)	(1.495.860)
Recebimentos por venda de ativos	169.553	94.431	198.644	95.481
Aumento de capital em subsidiárias	(51.927)		(45.856)	
Aplicações financeiras, líquidas	17.872.495	(19.290.336)	17.893.893	(19.340.022)
Ajustamento para aquisição de madeira de operações com fomento	(234.136)	1.402	(355.447)	1.402
Aquisição de controlada, líquido do caixa - Fibria (nota 1.2.1.2)	(27.797.441)	(315.904)	(26.002.540)	(294.473)
Despesa de controlada, líquido do caixa - Fibria (nota 1.2.1.2)	1.558.601			
Outros investimentos	(3.547)		(1.286)	
Caixa líquido investido nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados (nota 18.2)	6.758.082	8.073.986	19.933.837	26.545.822
Empréstimos captados com partes relacionadas	7.848.207	15.469.889		
Pagamento de operações com derivativos (nota 4.5.4)	(146.356)	(1.586.415)	(135.449)	(1.586.415)
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.2)	(9.051.703)	(1.508.610)	(13.994.708)	(3.738.577)
Pagamento de contratos de arrendamentos (nota 19.2)	(599.335)	(64.629)	(64.629)	
Pagamento de dividendos	(583.363)	(210.205)	(606.632)	(210.205)
Provento de ações próprias	(879)	8.514	(879)	8.514
Pagamento de aquisição de ativos e controladas	(472.450)	(77.789)	(476.480)	(84.090)
Juros financeiros	4.955	10.191		
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.791.092	20.169.370	3.141.809	20.035.049
EFETO DA VARIAÇÃO CAMBIAL EM EQUIVALENTES DE CAIXA	(3.857)		(161.553)	67.433
Caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(12.202.529)	(21.944.848)	(11.695.019)	(21.961.310)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos, financiamentos e debênt				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outro modo)

	Reservas de capital				Reservas de lucros						Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação de não controladores	Patrimônio líquido total
	Custos com emissão de ações outorgadas	Custos com emissão de ações de capital	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para aumento de capital	Reserva estatutária especial	Dividendos propostos	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados		
	Capital social												
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.241.753	14.297	(15.442)	(241.058)	395.005	406.505	2.286.190	2.34.953		2.236.326		11.621.554	
Resultado abrangente total													
Lucro do exercício													
Resultado abrangente do exercício													
Transações de capital com os sócios													
Opções de ações outorgadas		5.170								91.805	318.339	318.339	121
Venda de ações em tesouraria												91.805	
Reversão de dividendos prescritos				8.516								5.170	
Participação de não controladores												8.516	
Mutuações internas do patrimônio líquido									66			66	
Realização parcial do custo atribuído, líquido do IRP-J e CSLL													
Constituição de reserva de incentivos fiscais Sudene-redução 75%					288.557					(68.424)	68.424		
Exercício da opção de compra de ações		(14.307)		14.307		15.917		7.882		(288.557)			
Constituição de reserva legal							70.940			(23.799)			
Constituição de reserva para aumento de capital							(626.510)			(70.940)			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.241.753	5.100	(15.442)	(218.255)	684.563	422.815	1.730.622	242.612	596.534	2.321.708	(33.442)	13.928	12.025.535
Resultado abrangente total													
Lucro do exercício													
Resultado abrangente do exercício													
Transações de capital com os sócios													
Absorção de prejuízos					(684.563)	(105.671)	(1.730.622)	(242.612)		(47.449)	(2.817.518)	(2.817.518)	2.776
Aumento de capital (nota 12.1.1 e 25.1)	3.027.528										(2.817.518)		(2.817.518)
Custos com emissão de ações	(33.735)		15.442								(47.449)		(47.449)
Opções de ações outorgadas		879									2.763.475		3.027.528
Participação dos não controladores proveniente de combinação de negócio											(18.294)		(18.294)
Dividendos pagos (nota 25.2)											879		879
Reversão de dividendos prescritos									(596.534)			98.635	98.635
Mutuações internas do patrimônio líquido													
Realização parcial do custo atribuído, líquido do IRP-J e CSLL													
Emissão de ações relacionadas à combinação de negócios (nota 12.1.1)													
Saldos em 31 de dezembro de 2019	5.269.281	(33.735)	5.979	6.410.885	(218.255)	317.144			2.221.341		6.410.885	115.339	6.410.885
	6.410.885									17.972.830			18.087.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

— continue —



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Suzano S.A. (atual denominação social da antiga Suzano Papel e Celulose S.A., conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 01 de abril de 2019) em conjunto com suas controladas ("Suzano" ou coletivamente "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital aberto com sede social na cidade de Salvador, no Estado da Bahia, Brasil. A Suzano possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker SUZB3. Em 10 de dezembro de 2018, a Suzano iniciou a negociação de suas *American Depositary Receipts* ("ADRs") na proporção de 1 (uma) ação ordinária, Nível II, negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque ("New York Stock Exchange - "NYSE") sob o ticker SUZ, conforme programa aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Após a conclusão da combinação de negócios com Fibria Celulose S.A. ("Fibria"), ocorrida em 14 de janeiro de 2019, a Companhia passou a ter 11 unidades industriais, localizadas em Aracruz (Espírito Santo), Belém (Pará), Eunápolis (Bahia) e Mucuri (Bahia), Fortaleza

(Ceará), Imperatriz (Maranhão), Jacareí, Limeira, Rio Verde e Suzano (São Paulo) e Três Lagoas (Mato Grosso do Sul). Nestas unidades são produzidas celulose de fibra curta de eucalipto, papel (papel revestido, papel cartão, papel não revestido e cut size) e bobinas de papéis para fins sanitários (bens de consumo - *tissue*), para atendimento ao mercado interno e externo. A comercialização da celulose e papel no mercado internacional é realizada através de vendas diretas pela Suzano e, principalmente, por meio de suas controladas localizadas na Argentina, Estados Unidos da América, Suíça, Áustria e escritórios de representação na China. A Companhia tem ainda por objeto social a exploração de florestas de eucalipto para uso próprio, a operação de terminais portuários, a participação como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade ou empreendimento e a geração e a comercialização de energia elétrica. A Companhia é controlada pela Suzano Holding S.A. por meio de acordo de voto no qual detém 45,85% de participação nas ações ordinárias do capital social. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 12 de fevereiro de 2019.

1.1. Participações societárias: A Companhia detém participações societárias nas seguintes entidades legais:

Denominação	Atividade principal	País	Tipo de participação	Método de contabilização	% de participação	
					31/12/2019	31/12/2018
AGFA - Com. Adm. e Participações Ltda.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Aspar Produção Florestal e Comércio Ltda. ⁽¹⁾	Cultivo de eucalipto	Brasil	Direta	Consolidado	100%	50%
Cellulforce Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de celulose nanocristalina	Canadá	Direta	resultados abrangentes	8,3%	
Comercial e Agrícola Paineiras Ltda.	Arrendamento de terras para reflorestamento	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Eucalipto Holding S.A. ⁽²⁾	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	50%	100%
Ensyn Corporation	Pesquisa e desenvolvimento de bio combustível	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	25,3%	
Facepa - Fábrica de Papel da Amazônia S.A.	Produção e comercialização de papel tissue	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	92,8%	92,8%
Fibria Celulose (USA) Inc.	Escritório comercial	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100%	
Fibria Terminal de Celulose de Santos SPE S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Fibria Overseas Finance Ltd.	Captação de recursos financeiros	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100%	
Fibria Terminais Portuários S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
FuturaGene AgriDev Xinjiang Company Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Biotechnology Shanghai Company Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Brasil Tecnologia Ltda.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Delaware Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Hong Kong Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Hong Kong	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Inc.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Estados Unidos da América	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Israel Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Israel	Indireta	Consolidado	100%	100%
FuturaGene Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	Inglaterra	Indireta	Consolidado	100%	100%
F&E Tecnologia do Brasil S.A.	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	
F&E Technologies LLC	Produção de biocombustíveis, exceto álcool	Estados Unidos da América	Direta	Equivalência patrimonial	50%	
Gansu FuturaGene Biotech Co. Ltd.	Pesquisa e desenvolvimento de biotecnologia	China	Indireta	Consolidado	100%	100%
Ibema Companhia Brasileira de Papel	Produção e comercialização de papel cartão	Brasil	Direta	Negócio conjunto	49,9%	49,9%
Itacel - Terminal de Celulose de Itaquí S.A.	Operação portuária	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	100%
Maxcel Empreendimentos e Participações S.A.	Holding	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Mucuri Energética S.A.	Geração e distribuição de energia elétrica	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Onduman Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Arrendamento de terras para reflorestamento	Brasil	Direta	Consolidado	100%	100%
Paineiras Logística e Transporte Ltda.	Transporte rodoviário	Brasil	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
Portocel - Terminal Espec. Barra do Riacho S.A.	Operação portuária	Brasil	Direta	Consolidado	51%	
Projetos Especiais e Investimentos Ltda.	Comercialização de equipamentos e peças	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Rio Verde Participações e Propriedades Rurais S.A. ⁽³⁾	Base de ativos florestais	Brasil	Indireta	Consolidado	100%	
Spinnova OY	Produção, comercialização e exportação de celulose (madeira) para a indústria têxtil.	Finlândia	Direta	Equivalência patrimonial	24,06%	
Stenlar S.A. Indl. Com. Imp. Y. Exp.	Comercialização de papel e materiais de informática	Argentina	Direta/Indireta	Consolidado	100%	100%
Sun Paper and Board Limited ⁽⁴⁾	Compartilhamento de despesas	Áustria	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Austria GmbH	Escritório comercial	Canadá	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Canada Inc. ⁽⁵⁾	Pesquisa e desenvolvimento de lignina	Áustria	Direta	Consolidado	100%	
Suzano International Trade GmbH ⁽⁶⁾	Escritório comercial	Luxemburgo	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Luxembourg ⁽⁷⁾	Captação de recursos financeiros	Brasil	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Participações do Brasil Ltda. ⁽⁸⁾	Holding	Estados Unidos da América	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Pulp and Paper America Inc.	Escritório comercial	Suíça	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Pulp and Paper Europe S.A.	Escritório comercial	Ilhas Cayman	Direta	Consolidado	100%	100%
Suzano Trading Ltd.	Escritório comercial	Hungria	Direta	Consolidado	100%	
Suzano Trading International KFT ⁽⁹⁾	Produção, comercialização e exportação de celulose		Operação conjunta	50%		

⁽¹⁾ Foi adquirido o controle total em decorrência da combinação de negócios com a Fibria. ⁽²⁾ Empresa incorporada em 2 de janeiro de 2019, vide nota 1.2.1.1. ⁽³⁾ Empresa constituída em decorrência de reorganização societária em 12 de dezembro de 2019. ⁽⁴⁾ Operações encerradas em 2 de junho de 2019. ⁽⁵⁾ Denominação social alterada em 30 de setembro de 2019, antiga Fibria Innovations Inc. ⁽⁶⁾ Denominação social alterada em 28 de agosto de 2019, antiga Fibria International Trade GmbH. ⁽⁷⁾ Operações encerradas em 17 de setembro de 2019. ⁽⁸⁾ Denominação social alterada em 06 de dezembro de 2019, antiga F&E Participações do Brasil Ltda. ⁽⁹⁾ Denominação social alterada em 9 de agosto de 2019, antiga Fibria Trading International.

⁽¹⁰⁾ Operação em conjunto com a Stora Enso, empresa localizada em Amsterdã.

1.2. Principais eventos ocorridos no exercício: 1.2.1. Combinação de negócios com a Fibria: Em 3 de janeiro de 2019, a Suzano concluiu o processo de reorganização societária, nos termos do Acordo celebrado entre as empresas em 15 de março de 2018. A contraprestação transferida pela Suzano para aquisição do controle da Fibria, definida nos termos do Acordo, se deu como segue: 1.2.1.1. Relação de troca de ações:

Em 2 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas, a relação de troca das ações ordinárias de emissão da Eucalipto Holding S.A. ("Holding") detidas por acionistas da Fibria por ações de emissão da Suzano foi ajustada de 0,4611 para 0,4613, sendo a relação de troca de 0,4613 considerada como final. O ajuste na relação de troca, comparado ao originalmente anunciado, se deu em razão da (i) alteração do número total de ações de emissão da Fibria ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e aquela data de 553.080.611 ações para 553.733.881 ações e (ii) alteração do número de ações de emissão da Suzano ex-tesouraria e desconsiderando as ações decorrentes de vesting de planos de opção entre o constante no Protocolo e Justificação e aquela data de 1.091.984.141 ações para 1.093.784.141 ações. Como consequência do referido ajuste (i) a Suzano emitiu, em razão da incorporação da Holding, 255.437.439 novas ações ordinárias no valor de mercado naquela data de R\$36,95 totalizando o montante de R\$9.438.413, dos quais R\$3.027.528 foi reconhecido como aumento de capital e R\$6.410.885, como reserva de capital e (ii) o valor atribuído à fração de ação ordinária da Suzano para a mensuração do ganho de capital, conforme divulgado no Aviso aos Acionistas do dia 29 de novembro de 2018, passou de R\$15,38 atribuído a 0,4611 ação ordinária para R\$15,39 atribuído a 0,4613 ação ordinária da Suzano. 1.2.1.2. Parcela em dinheiro: Em 10 de janeiro de 2019, por meio do Aviso aos Acionistas, a Companhia comunicou o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada, correspondente ao valor do resgate por cada ação preferencial resgatável da Holding, originalmente equivalente a R\$52,50, (i) reduzido pelo montante de dividendos declarados pela Fibria em 3 de dezembro de 2018 e pagos no Brasil em 12 de dezembro de 2018 no montante de R\$5,03 por ação de emissão da Fibria, e (ii) acrescido de R\$2,73, correspondente à variação da taxa média diária dos depósitos interbancários brasileiros expressa como um percentual anual, baseada em 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 ("Taxa DI"), entre 15 de março de 2018 e a Data de Consumo da Operação (inclusive), sendo que entre 10 de janeiro de 2019 (inclusive) e 14 de janeiro de 2019 (inclusive) a Taxa DI foi estimada em 6,40% ao ano, apurando o montante no valor total e final de R\$50,20 por ação, perfazendo o valor final da Parcela em Dinheiro Ajustada de R\$27.797.441. Os valores mencionados anteriormente são brutos, não considerando eventuais impactos tributários incidentes sobre o pagamento para acionistas da Fibria residentes ou não-residentes, os quais se encontram detalhados no aviso aos acionistas divulgado em 29 de novembro de 2018 pela Companhia. A Suzano realizou a avaliação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Fibria e, utilizando a contraprestação transferida total para a incorporação, e alocação para tais ativos e passivos. A tabela a seguir, resume a alocação do preço de compra final com base no laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente:

Contraprestação transferida em dinheiro	27.797.441
Emissão de ações da Suzano	9.438.413
Contraprestação transferida total	37.235.854
Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria	14.149.004
Baixa do valor contábil do ativo existente, líquido de impostos diferidos	(3.495.077)
Dividendos mínimos propostos (eliminados do balanço na data de aquisição)	724.829
Valor contábil do patrimônio líquido da Fibria, líquido do ativo	11.378.756
Mais-valia alocada aos ativos e passivos	
Estoque	2.178.903 ⁽¹⁾
Imobilizado	9.362.315 ⁽²⁾
Relacionamento com cliente	9.030.779 ⁽³⁾
Ativos e direitos portuários	749.060 ⁽⁴⁾
Passivos contingentes	(2.970.546) ⁽⁵⁾
Empréstimos e financiamentos	(59.921) ⁽⁶⁾
Impostos a recuperar	(235.843) ⁽⁷⁾
Demais ativos e passivos líquidos	451.624 ⁽⁸⁾
Impostos diferidos, líquidos	(546.324) ⁽⁹⁾
Total do valor justo	17.960.047
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	7.897.051 ⁽¹⁰⁾

⁽¹⁾ Calculado considerando o saldo dos produtos acabados com base no preço de venda, líquido das despesas de venda e de uma margem aceita baseada nos resultados realizados em 2018. ⁽²⁾ Apurado com base na análise de dados de mercado nas transações comparáveis e na quantificação do custo, a partir da estimativa do valor de substituição ou reposição dos bens.

⁽³⁾ Para a determinação do ajuste ao valor justo na carteira de clientes, foi considerada a abordagem da renda (*income approach*) e o método excess de resultados multianuais (*Multi-Period Excess Earnings Method* - "MPEEM") que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo. Considerando o histórico de 5 anos com os dados de vendas da Fibria e a taxa de cancelamentos de clientes (*churn rate*) que mensura a satisfação e a permanência dos clientes na carteira, o ajuste foi calculado usando fluxos de caixa descontados estimados. ⁽⁴⁾ A Fibria possuía contratos de concessão e ativos portuários, para auxiliar nas operações em portos no Brasil. Para a mensuração de valor justo destes ativos foi considerado a abordagem da renda e o método excess de resultados multianuais (*Multi-Period Excess Earnings Method* - "MPEEM") que mensura o valor presente dos rendimentos que serão gerados durante a vida útil remanescente do ativo e método de diferencial direto de custos. ⁽⁵⁾ Na combinação de negócios, para a mensuração do valor justo das contingências, cujas probabilidades de perda eram classificadas como possível e remota, foram considerados, pela Administração da Suzano e seus assessores externos e independentes por seus valores justos, cujos montantes foram mensurados com base nas análises dos advogados externos da Companhia. ⁽⁶⁾ O ajuste ao valor justo de empréstimos e financiamentos foi calculado com base no valor justo dos *Bonds*, a partir da cotação do título em mercado secundário e do ajuste a valor presente considerando a taxa de mercado na data-base de 31 de dezembro de 2018. ⁽⁷⁾ Para a mensuração do valor justo dos impostos a recuperar foi considerado o montante que será recuperado, descontado ao valor presente levando em conta a taxa Selic esperada para o período de realização dos impostos. ⁽⁸⁾ Em demais ativos e passivos líquidos, incluindo contratos de fornecimento, contas a receber de clientes e adiantamento a fornecedores, foi utilizada a metodologia de avaliação de renda (*income approach*), o valor presente e o diferencial direto de custos. ⁽⁹⁾ Imposto de renda diferido ativo calculado sobre os ajustes de valor justo dos ativos da Veracel e Portocel. Para os demais valores justos, não foram constituídos impostos de renda diferido passivo por considerar a incorporação da Fibria em abril de 2019. ⁽¹⁰⁾ O ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é atribuído à forte posição de mercado e à futura rentabilidade esperada da Fibria em negociações no mercado de celulose de eucalipto.

Para mais informações da combinação de negócios, vide nota 14.1.2.2. **Aprovação da Incorporação da Fibria:** Em 01 de abril de 2019, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Suzano a incorporação da Fibria, subsidiária integral da Suzano, com a transferência de todo seu patrimônio líquido para a Suzano e a sua consequente extinção ("Incorporação"), sendo que o capital social da Companhia permaneceu inalterado em decorrência dessa incorporação. Em virtude da Incorporação, a Suzano sucedeu a Fibria em todos os seus direitos e obrigações. A tabela abaixo apresenta de forma sumariada, as principais rubricas do balanço patrimonial da Fibria em 31 de março de 2019.

ATIVO	PASSIVO
CIRCULANTE	CIRCULANTE
Caixa e equivalentes de caixa	29.086
Aplicações financeiras	2.734.027
Contas a receber de clientes	3.572.059
Estoque	1.714.560
Tributos a recuperar	768.439
Instrumentos financeiros derivativos	256.675
Outros ativos	161.238
	9.236.084
NÃO CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Aplicações financeiras	175.559
Tributos a recuperar	546.234
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.364.363
Instrumentos financeiros derivativos	723.064
Adiantamento a fornecedores	696.767
Depósitos judiciais	190.533
Outros ativos	100.877
	27.697.593

continuação →



→ *continuação*

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

ATIVO		PASSIVO	
Ativos biológicos	4.355.102		
Investimentos	9.481.900		
Imobilizado	14.633.114		
Direito de uso	2.301.427	TOTAL DO PASSIVO	32.323.249
Ativos intangível	118.920		
	34.687.880	Patrimônio líquido	11.600.715
TOTAL DO ATIVO	34.923.964	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	34.923.964

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as práticas da Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não representam expressamente a realidade econômica ou legal das empresas, mas sim a realidade econômica e legal, considerando também fatores efetuados em milhares, exceto se expresso de outra forma. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas na aplicação das práticas contábeis, que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo provisões para contingências, e a avaliação do nível de risco de perda de ativos. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas e premissas são significativas, estão divulgadas na nota 3.2.4. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) pagamentos baseados em ações e benefícios a empregados mensurados pelo valor justo; e (iii) ativos biológicos mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base em dólares e consolidadas estão apresentadas na nota 3.5. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando a continuidade de suas atividades operacionais.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação dos novos pronunciamentos contábeis e alterações de políticas contábeis a partir de 01 de janeiro de 2019 apresentados na nota 3.1. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e da Fibra relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, cujo objetivo é fornecer uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme aos dados no período compreendido entre o início do exercício social 2019, incluindo os dados relativos

Os dados de manufatura interna oriundos das empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na contradição 44, foram utilizados para a elaboração da análise de custo de oportunidade. A Companhia adota a norma CPC 06 (R2) / FRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019. Esta norma determina que a Companhia reconheça em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso do bem arrendado para todos os contratos que não sejam de arrendamento mercantil, com isenção permitida aos contratos de prazo cruço ou de baixo valor. Os contratos de baixo valor são aqueles de curto prazo enquadrados na isenção da norma, referem-se a aqueles cujo valores individuais dos ativos são inferiores aos valores US\$5 ou com prazo de vencimento inferior a 12 meses, representados, substancialmente, por equipamentos de informática e equipamentos de transporte. Os dados de custo de oportunidade foram calculados com base nos dados de custo de oportunidade apresentados nos demonstrativos financeiros consolidados comparativos. Na adoção da norma, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento brutos de PIS/COFINS em relação aos contratos que atendem a definição de arrendamento, cujos passivos foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados com base na taxa nominal de empréstimo incremental. Os ativos associados ao direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento em 1º de janeiro de 2019. Os contratos de arrendamento com prazo cruço ou de baixo valor foram mensurados pelo valor nominal de arrendamento. A adoção de uma taxa de desconto única para uma carteira de arrendamentos com características razoavelmente semelhantes, a contabilidade de arrendamento cujo prazo de vencimento ocorrerá em até 12 meses da data de adoção inicial da norma, a contabilização foi como arrendamentos de prazo cruço diretamente no resultado; (ii) a contabilização de pagamentos de arrendamento como despesas no caso de arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor; (iv) o uso da percepção da perda na determinação do prazo de arrendamento, quando o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir a locação; e (v) a adoção da norma CPC 06 (R2) / FRS 16, a partir de 01 de janeiro de 2019. Os efeitos da adoção desta norma estão apresentados na nota 19. 3.1.2. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucros

Lucro - ICPC 22/2 /IFRC 23: A seguinte interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, à luz do CPC 32 /IAS 12- Tributos sobre o Lucro, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A Administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que os efeitos das mudanças não são significativas. A Administração também avaliou as mudanças introduzidas por esta nova interpretação e com base nas análises realizadas, não identificou impactos materiais nas demonstrações financeiras. **3.1.3. Amortização de mais-valia de controladas:** A Companhia adota a política de classificar a amortização da mais-valia dos ativos e passivos apurados na aquisição de controladas na rubrica outros resultados abrangentes. Entretanto, respectivamente, no segundo e no terceiro trimestres de 2019, com base no acordo de controle estabelecido com a Ensyn e a Spinova, a Companhia reconheceu a amortização da mais-valia dos ativos e passivos é classificada na rubrica custo dos produtos vendidos, despesa com vendas, despesas gerais e administrativas, outras receitas (despesas) operacionais, líquidas e resultado financeiro, de acordo com a realização dos itens que deram origem a mesma. **3.1.4. Comparabilidade da demonstração dos fluxos de caixa:** A Companhia efetuou determinadas reclassificações na demonstração dos fluxos de caixa de exercício findo em 31 de dezembro de 2018, substancialmente não impactando o resultado líquido e o balanço patrimonial. **3.1.5. Reavaliação de investimento - Ensyn e Spinova Oy:** Os investimentos da Ensyn e Spinova foram anteriormente classificados como investimentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, respectivamente, no segundo e no terceiro trimestres de 2019, com base no acordo de controle estabelecido com a Ensyn e a Spinova, a Companhia reconheceu os investimentos da Ensyn e Spinova Oy são classificados como investimentos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dessa forma, respectivamente, a partir do segundo e terceiro trimestres de 2019, a Companhia registrou os seus investimentos na Ensyn e Spinova, prospectivamente pelo método da equivalência patrimonial usando o método do valor justo como custo atribuído, com a consequente apresentação do investimento na rubrica de participações em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto e não mais na rubrica de outros investimentos, conforme nota 14.2. **3.1.6. Valor justo de US\$40.049 (equivalente a R\$154.578),** decorrente da diferença entre o valor pago de US\$43.000 (equivalente a R\$165.528) e o valor justo do patrimônio líquido da investida de US\$2.941 (equivalente a R\$11.350). Em relação à Spinova, foi identificado e registrado na rubrica de outros resultados operacionais um ganho por compra vantajosa nesta transação no valor de US\$40.049 (equivalente a R\$154.578), decorrente da diferença entre o valor pago de US\$43.000 (equivalente a R\$165.528) e o valor justo do patrimônio líquido da investida de US\$2.941 (equivalente a R\$11.350). **3.1.6. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia são florestas de eucalipto provenientes exclusivamente de plantio renováveis e são destinadas para o processo produtivo de celulose e papel, mensurados ao valor justo e deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita. A mensuração do valor justo é realizada semestralmente, pois a Administração entende que a mensuração a custo não representa adequadamente o valor justo. A Administração utiliza o método da produtividade nas demonstrações financeiras e, utiliza o método de fluxo de caixa descontado conforme o ciclo de produtividade projetado destes ativos. Considerando que a Suzano e a Fibria utilizavam diferentes premissas para a mensuração do valor justo do ativo biológico, na primeira mensuração após a combinação de negócios, a Companhia revisou a premissa denominada "área produtiva", para que as florestas maduras (até 2 (dois) anos de idade da data do plantio) sejam mantidas de acordo com o ciclo realístico de produção. A Administração entende que a utilização da produtividade se aproxima mais do valor justo. Adicionalmente, o objetivo dessa mudança é refletir a experiência adquirida no processo de mensuração dos ativos biológicos e o alinhamento da metodologia de cálculo com o gerenciamento florestal da Companhia, que considera a realização de inventários florestais contínuos com a finalidade de estimativa de estoque de madeira ou projetos de produção de celulose e papel. A Administração entende que a utilização da produtividade se aproxima do valor justo, conforme descrito acima, e o alinhamento de abordagem não gerou impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia. As demais premissas, não sofreram alterações. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos é reconhecido na rubrica de outros resultados (despesas) operacionais, líquidas. O valor da exatidão é mensurado com base na exatidão (colheita) da produtividade. A Administração entende que a utilização da produtividade se aproxima mais do valor justo.

Art. 317. Tributos sobre o Lucro – CP 20 / 32 / IAS 12: Este enunciado trata dos efeitos tributários decorrentes das operações realizadas pelo contribuinte sob o ponto de vista da contabilidade financeira. O tratamento contábil das despesas tributárias decorrentes das operações é baseado no princípio da competência e não se refere ao momento em que os impostos são pagos ou recebidos. Os efeitos tributários decorrentes das operações são reconhecidos no período em que as transações ocorrem, independentemente do momento em que os impostos são pagos ou recebidos. O tratamento contábil das despesas tributárias decorrentes das operações é baseado no princípio da competência e não se refere ao momento em que os impostos são pagos ou recebidos.

interferimento detida nessa participação conjunta. A Companhia avalia o conteúdo desse pronunciamento e não identificou impactos materiais. **3.1.11. Benefícios a Empregados – CPC 33 / IAS 19:** Este pronunciamento foi alterado e esclareceu que, quando ocorrer um evento de alteração, redução ou liquidação de um plano de benefício definido, a entidade deve atualizar imediatamente os valores da provisão para contingências futuras em função dos ajustes nos juros sobre o passivo previdenciário, após as modificações. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.12. Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto - CPC 18 (R2) / IAS 28: O CPC 18 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros excluiu de seu escopo participações societárias em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, porém manteve o mesmo tratamento contábil para investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.1.23. Alteração do CPC 18 (R2) / IAS 28 esclareceu que a referência exclusão de escopo no CPC 48 / IFRS 9 se aplica apenas aos elementos dos investimentos que foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Dessa forma, a contabilização de instrumentos financeiros de longo prazo com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto que, em substância, fazem parte do investimento líquido nessas investidas, mas para as quais o método de equivalência patrimonial é aplicado, permanece sendo aplicável. A Companhia avaliou o conteúdo desse pronunciamento e não identificou impactos materiais.

3.2. Políticas contábeis adotadas: 3.2.1. Demonstrações financeiras individuais: Os investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado pelas alterações decorrentes das variações de valor. Quando necessário, o reconhecimento da participação é ajustado proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. Adicionalmente, o valor total do investimento em conjunto é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes patrimoniais positivos e negativos, bem como das variações de patrimônio líquido da Companhia. As variações de patrimônio líquido decorrentes das operações de venda de ativos e de emissões de títulos de dívida são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido da companhia.

3.2.2. Demonstrações financeiras consolidadas. São elaboradas utilizando informações da Suzano e de suas controladas na mesma data-bem, bem como, políticas contábeis consistentes, exceto para a Futurange PLCC, cuja data é 30 de novembro de 2019, entretanto, não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, portanto, não foi incluído no balanço consolidado. As demonstrações financeiras consolidadas da Suzano e de suas controladas existentes em 31 de dezembro de 2019, o mesmo é ajustado nas demonstrações financeiras consolidadas para refletir os efeitos das alterações contábeis adotadas em 1º de janeiro de 2019, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu investimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. Adicionalmente, todas as transações e saldos entre a Suzano e suas controladas, coligadas e investimentos controlados em conjunto foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados entre as controladas e a Suzano. As demonstrações financeiras consolidadas da Suzano e de suas controladas não foram auditadas. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do balanço patrimonial, do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, da mutação do patrimônio líquido e do valor adicionado, bem como as correspondentes notas explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, constantes nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Suzano e de suas controladas, foram auditadas por uma firma independente de auditoria em 31 de dezembro de 2019, em razão da conclusão da operação de compra da Fibra pela Suzano em janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. Durante o período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de março de 2019, a Suzano consolidou as informações

nota 1.2.2.3.3. **Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), individual e consolidada, com parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária e tributária. A DVA é apresentada em duas versões: a DVA consolidada e a DVA individual. A demonstração do Valor Adicionado das AFRRs não requer a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas demonstrações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **3.2.4. Investimentos em coligações controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando possui o poder de gerir as atividades operacionais e financeiras da entidade, seja por meio de uma maioria de votos ou de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas, são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir. **3.2.5. Investimentos em operações em conjunto:** São todas entidades nas quais a Companhia mantém o compartilhamento do controle, contratualmente estabelecido, sobre sua atividade econômica e que existe somente quando as decisões estratégicas, financeiras e operacionais são tomadas conjuntamente por duas ou mais partes. A participação em operações em conjunto é avaliada com base nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos dos ativos, passivos, receitas e despesas são reconhecidos proporcionalmente em relação à participação na operação em conjunto. **3.2.6. Investimentos em coligações e empreendimentos controlados em conjunto:** São reconhecidos inicialmente pelo seu custo e, posteriormente, ajustados pelo método da equivalência patrimonial, sendo acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da investida após a data de aquisição. Nos investimentos em coligações e operações em conjunto, a Companhia não possui o controle e o poder de interferir nesses saldos. Nos investimentos em operações em conjunto, a Companhia não possui o controle e o poder de interferir nesses saldos. Nos

Nas políticas financeiras e operacionais da investida, não tem que haver o controle individual ou conjunto dessas políticas. Nos casos em que as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle, não há necessidade de uma política financeira comum.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais e de resultado correspondentes ao exercício anterior são transferidos para o período atual sem qualquer ajuste adicional. Os resultados financeiros e os investimentos nessas entidades e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial. Em relação às coligações controladas sob influência comum, a Companhia aplica o método de custo de aquisição.

Ensyn e Spinova, a data-base das informações contábeis intermédias individuais é 30 de novembro de 2019 e não apresenta efeito relevante em relação ao resultado consolidado e, caso exista algum evento significativo até 31 de dezembro de 2019, esse fato não afeta o resultado consolidado.

3.2.1. Apresentação e estrangeira: A Companhia definiu que a sua moeda funcional e de apresentação é o Real. As demonstrações financeiras individuais de cada subsidiária incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são preparadas na moeda funcional da entidade e traduzidas para o Real no momento da consolidação.

3.2.1.1. Conversão para moeda de apresentação: Devido à incorporação da Fibria, a Companhia efetuou várias mudanças na estrutura, atividades e operações durante 2019 e isso levaram a Administração a reavaliar a moeda funcional de suas subsidiárias integrais cuja moeda funcional era diferente do Real. Estes fatos resultaram na reorganização social e operacional da Companhia em duas ("duas") Companhias, a unificação de processos, operacionais, sistemas e estratégias futuras, por meio de ganho de sinergia, decorrentes da combinação de negócio. Nesse processo, algumas das subsidiárias integrais da Companhia foram absorvidas pela Companhia e outras permaneceram como subsidiárias independentes.

A conversão para a moeda funcional para o Real ocorreram gradualmente durante 2019, portanto, não foi praticável determinar a data da mudança em um ponto preciso do exercício social. Dessa forma, a Companhia alterou a moeda funcional dessas subsidiárias integrais em 01 de janeiro de 2020. A variação cambial decorrente da conversão de uma operação em outra moeda funcional não representa uma alteração de valor econômico, sendo apenas uma mudança de representação.

Para a demonstração do resultado no momento da baixa da operação, a baixa total ou parcial de participação em subsidiária no exterior ocorre na venda ou encerramento, do todo ou parte da operação. Assim, as demonstrações financeiras das subsidiárias independentes não são afetadas pelo balanço de conversão cambial.

Os critérios descritos acima que serão aplicados alterados a partir de 01 de janeiro de 2020, segundo os mesmos critérios descritos na nota 3.2.7.2. Itens ativos e passivos convertidos da taxa de câmbio do final do exercício; (ii) receitas e despesas são calculadas com base na taxa de câmbio vigente no dia da transação;

convertidas pela taxa de câmbio no meio da média das taxas diárias de cada mês; (ii) os efeitos acumulados de ganhos e perdas decorrentes da recomposição da base de cálculo, considerando o balanço de pagamentos e o balanço comercial e **saldos em moeda estrangeira**; **S**: convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio no final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da data da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); (iv) os efeitos acumulados de ganhos e perdas decorrentes da recomposição da base de cálculo, considerando o balanço de pagamentos e o balanço comercial e **saldos em moeda estrangeira**;

3.2.3. Hiperinflação: A subordinação Intenlar sediada na Argentina, é sujeita aos requerimentos do CPC 42 / IAS 29. Economias Hiperinflacionárias, considerando que o país sede desta entidade é classificado como de economia hiperinflacionária desde 2018. Os itens não monetários e o resultado do exercício, são corrigidos pela alteração do índice de correção da inflação do país sede da entidade, considerando o período de 12 meses imediatamente anteriores ao exercício, este registrado ao valor corrente. A conversão dos saldos patrimoniais e de resultado para a moeda de apresentação Realiza-

é realizada pela taxa de câmbio em vigor ao final do mês. **3.2.9. Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para o adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na aquisição. Para cada combinação de negócios, o adquirente deve mensurar a participação de não controladores na aquisição com base no valor justo na data de aquisição. Os ativos e passivos da entidade adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou instrumentos de patrimônio os quais são apresentados como reduções da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é calculado como o valor excedente da soma dos ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos, após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos. Passivos contingentes relacionados a aquisições são reconhecidos na aquisição. Nas transações de aquisição investimentos em coligadas e com controle compartilhado aplicam-se as orientações complementar ao CPC 15 / IFRS 3 - Combinação de Negócios, CPC 19 / IFRS 11 - Negócios em Conjunto e CPC 18 / IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da aquisição no patrimônio líquido da adquirida a partir da aquisição. Os ganhos e perdas de reconhecimento de ativos e passivos identificáveis são reconhecidos no resultado. O investimento, Outros ativos intangíveis identificados na transação deverão ser alocados proporcionalmente à participação na aquisição.

continua →



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

requeriram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, são apresentadas a seguir: (i) combinação de negócios (nota 1.2.1); (ii) valor justo de instrumentos financeiros (nota 4); (iii) análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 5 e 18); (iv) análise anual do valor recuperável de impostos (notas 9 e 12); (v) valor justo dos ativos biológicos (nota 13); (vi) vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 15 e 16); (vii) provisão para passivos judiciais (nota 20); (viii) benefícios de aposentadoria (nota 21); e (ix) transações com pagamento baseado em ações (nota 22). A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis e qualquer alteração, e reconhecida nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas. 3.3. **Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes:** Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

4.1. **Gerenciamento de riscos financeiros - 4.1.1. Visão geral:** Em decorrência de suas atividades, a Companhia é exposta a diversos riscos financeiros, sendo os principais fatores considerados pela Administração são: (i) liquidez; (ii) crédito; (iii) taxas de câmbio; (iv) taxas de juros; (v) oscilações de preços de commodities; e (vi) capital. A Administração foca na geração de resultados consistentes e sustentáveis ao longo do tempo, entretanto, em decorrência dos fatores de riscos externos, níveis indesejados de volatilidade podem influenciar a geração de caixa e resultados da Companhia. A Companhia dispõe de políticas e procedimentos para a gestão dos riscos financeiros, que visam: (i) reduzir, mitigar ou transferir exposições visando proteger o fluxo de caixa e o patrimônio da Companhia contra oscilações de preços de mercado de insumos e produtos, taxas de câmbio e de juros, índices de preços e de correção ("riscos de mercado") ou ainda outros ativos ou instrumentos negociados em mercados líquidos ou não ("riscos de liquidez") aos quais o valor dos ativos, passivos ou geração de caixa estejam expostos; (ii) estabelecer limites e instrumentos com o objetivo de alocar o caixa da Companhia dentro de parâmetros aceitáveis de exposição de risco de crédito de instituições financeiras; e, (iii) otimizar a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de hedges naturais e das correlações entre os preços de diferentes ativos e mercados, evitando o desperdício de recursos com a contratação de operações de modo ineficiente. As operações financeiras contratadas pela Companhia visam a proteção das exposições existentes, sendo vedada a assunção de novos riscos que não aqueles decorrentes de suas atividades operacionais. Instrumentos de hedge são contratos exclusivamente visando proteção e são pautados nos seguintes termos: (i) proteção do fluxo de caixa contra descaçamento de moedas; (ii) proteção do fluxo de receita para liquidação e juros de dívidas as oscilações de taxas de juros e moedas; e (iii) oscilações no preço da celulose ou outros fatores de risco. A Tesouraria é a responsável pela identificação, avaliação e estabelecimento de proteção contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração aprova as políticas financeiras que estabelecem os princípios e normas para a gestão de risco global, as áreas envolvidas nestas atividades, o uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e a alocação do excedente de caixa. A Companhia utiliza os instrumentos financeiros de maior liquidez; e (i) não contrata operações avançadas ou com outras formas de opções embutidas que alterem sua finalidade de proteção (hedge); (ii) não possui dívida com duplo indexador ou outras formas de opções implícitas; e (iii) não tem operações que requeriam depósito de margem ou outras formas de garantia para o risco de crédito das contrapartes. A Companhia não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, os ganhos e perdas mensuradas nas operações com derivativos, estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados na nota 27. 4.1.2. **Classificação:** Todas as transações com instrumentos financeiros estão reconhecidas contabilmente e classificadas nas seguintes categorias:

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	824.538	3.253.666
Contas a receber de clientes (nota 7)	5.923.811	3.470.873
Outros ativos	471.327	240.950
	7.219.676	6.965.489
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Outros investimentos (nota 14)	20.048	—
	20.048	—
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	1.098.972	493.692
Aplicações financeiras (nota 6)	6.121.051	20.996.555
	7.220.023	21.490.247
	14.459.747	28.455.736

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)	19.319.008	12.406.093
Contas a pagar de arrendamento (nota 19.2)	3.950.968	—
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas (nota 23)	506.228	950.084
Fornecedores (nota 17)	1.120.964	594.168
Outros passivos	1.330.616	238.144
	26.227.784	14.188.489
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	2.917.876	1.635.317
	2.917.876	1.635.317
	29.145.660	15.823.806

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	3.249.127	4.387.453
Contas a receber de clientes (nota 7)	3.058.817	2.537.058
Outros ativos	563.993	263.110
	6.848.937	7.187.621
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Outros investimentos (nota 14)	20.048	—
	20.048	—
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	1.098.972	493.694
Aplicações financeiras (nota 6)	6.330.334	21.098.565
	7.429.306	21.592.259
	14.298.290	28.780.120

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 18.1)	63.684.326	35.737.509
Contas a pagar de operações de arrendamento (nota 19.2)	3.984.070	—
Contas a pagar com aquisição de ativos e controladas (nota 23)	541.615	992.512
Fornecedores (nota 17)	2.376.459	632.565
Outros passivos	578.061	404.655
	71.164.531	39.787.241
Valor justo por meio do resultado		
Instrumentos financeiros derivativos (nota 4.6)	2.917.913	1.636.700
	2.917.913	1.636.700
	74.082.444	41.423.941

4.1.3. **Valor justo dos empréstimos e financiamentos:** Os instrumentos financeiros são registrados pelos seus valores contratuais. Os contratos de instrumentos financeiros derivativos, utilizados exclusivamente com a finalidade de proteção, são mensurados ao valor justo. Para determinação dos valores de mercado dos instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e liquidados, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. O valor justo dos swaps de taxas de juros e índices é calculado com base no valor presente dos seus fluxos de caixa futuros, descontados às taxas de juros correntes disponíveis para as operações com condições e prazos de vencimento remanescentes similares. Este cálculo é feito com base nas cotações da B3 e ANBIMA para transações de taxas de juros em reais e da *British Bankers Association* e *Bloomberg* para transações de taxa *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR"). O valor justo dos contratos futuros ou a termo de taxas de câmbio é determinado usando-se as taxas de câmbio *forward* prevalecentes nas datas dos balanços, de acordo com as cotações da B3. Para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados de balcão ou sem liquidez, são utilizadas diversas pressões e métodos baseados nas condições normais de mercado e não para liquidação ou venda forçada, em cada data de balanço, incluindo a utilização de modelos de precificação de opções, como *Gaman-Kohlhagen*, e estimativas de valores descontados de fluxos de caixa futuros. O valor justo dos contratos para fixação de preços de *bunker* de petróleo é obtido com base nas cotações do índice *Platts*. O resultado da negociação de instrumentos financeiros é reconhecido nas datas de fechamento ou contratação das operações, onde a Companhia se compromete a comprar ou vender estes instrumentos. As obrigações decorrentes da contratação de instrumentos financeiros são eliminadas de nossas demonstrações financeiras apenas quando estes instrumentos expiram ou quando os riscos, obrigações e direitos deles decorrentes são transferidos. Os valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos, são apresentados a seguir:

	Curva de desconto	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
Contatos no mercado secundário			
Em moeda estrangeira			
Bonds	US\$		30.066.087 15.035.165
Estimados ao valor presente			
Em moeda estrangeira			
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	LIBOR US\$	626.862	427.347 17.213.963 12.819.072
Créditos de exportação ("Fimvera")	LIBOR US\$	832.907	832.907 832.907
Créditos de exportação ("ACC/ACE")	DI 1	575.521	1.732.088 575.521 1.732.088
Em moeda nacional			
BNB - Financiamento Florestal	DI 1	193.646	193.646
BNDES - TULP	DI 1	1.812.107	199.771 1.895.959 206.601
BNDES - TLP	DI 1	535.812	535.812
BNDES - Fixo	DI 1	87.910	329.847 113.979 348.827
BNDES - Selic ("Sistema Especial de Liquidação e de Custódia")	DI 1	693.969	693.969
BNDES - Cesta de moedas	DI 1	3.477	169.243 54.420 169.243
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	DI 1	6.039.983	2.383.775 6.039.983 2.383.775
Debêntures	DI 1	5.534.691	4.721.603 5.534.691 4.721.603
FINAME ("Agência Especial de Financiamento Industrial")	DI 1	1.984	14.168
FINEP ("Financiadora de Estudos e Projetos")	DI 1	5.138	5.138
NCE ("Notas de Crédito à Exportação")	DI 1	1.445.383	1.501.623 1.445.383 1.501.623
NCR ("Nota de Crédito Rural")	DI 1	288.122	297.375 288.122 297.375
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	DI 1	1.464.798	1.464.798
FCDO ("Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste")	DI 1	571.904	571.904
		19.861.307	12.595.579
		66.707.543	40.048.279

A Administração considera que para os demais passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, os seus valores contábeis se aproximam dos seus valores justos e por isso não está sendo apresentada a informação dos seus valores justos.

4.2. **Administração de risco de liquidez** A Companhia tem como objetivo manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez contratadas junto a instituições financeiras com alto grau de investimento de acordo com a Política de Gestão de Caixa. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram contratados em mercado de balcão e não necessitam de depósito de margens de garantia. Os vencimentos contratuais remanescentes dos passivos financeiros são apresentados na data do balanço. Os valores apresentados a seguir, representam os fluxos de caixa não descontados e incluem pagamentos de juros e variação cambial, portanto, não podem ser reconciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

	Valor contábil total	Valor futuro total	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	2.376.459	2.376.459	2.376.459	—	—	—
Empréstimos, financiamentos e debêntures	63.684.326	89.708.210	8.501.278	5.692.149	29.088.292	46.426.491
Contas a pagar de arrendamento	3.984.070	7.109.966	559.525	1.426.011	1.186.386	3.938.044
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	541.615	618.910	103.132	101.149	315.989	98.640
Instrumentos financeiros derivativos	2.917.913	8.299.319	1.488.906	415.791	1.258.200	5.136.422
Outros passivos	578.061	578.061	456.338	121.723	—	—
	74.082.444	108.690.925	13.485.638	7.756.823	31.848.567	55.599.597
	Valor contábil total	Valor futuro total	Até 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos						
Fornecedores	632.565	632.565	632.565	—	—	—
Empréstimos, financiamentos e debêntures	35.737.509	54.020.082	5.158.441	4.091.669	18.372.597	26.397.375
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	992.512	1.099.331	495.862	100.715	316.730	186.024
Instrumentos financeiros derivativos	1.636.700	2.149.710	790.679	736.715	465.853	156.463
Outros passivos	404.655	404.655	387.314	37.341	—	—
	39.403.341	58.305.343	7.444.861	4.966.440	19.155.180	26.739.862

4.3. **Administração de riscos de crédito:** Está relacionado à possibilidade do não cumprimento do compromisso da contraparte em uma transação. O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de equivalentes de caixa, aplicações financeiras, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos, Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), box de renda fixa, operações compromissadas, cartas de crédito ("Letters of Credit", "LC"), seguradoras, prazo para recebimento de clientes, adiantamentos a fornecedores para novos projetos, entre outros. 4.3.1. **Clientes e adiantamentos a fornecedores:** A Companhia possui políticas comerciais e de crédito que visam mitigar eventuais riscos decorrentes da inadimplência de seus clientes, principalmente, por meio da contratação de apólices de seguro de crédito, garantias bancárias fornecidas por bancos de primeira linha e garantias reais avaliadas de acordo com a liquidez. Ademais, a carteira de clientes é objeto de análise de crédito interna que visa avaliar o risco em relação a performance de pagamento, tanto para operações como para vendas no mercado interno. Para a avaliação de crédito dos clientes, a Companhia utiliza uma matriz baseada na análise de aspectos qualitativos e quantitativos para determinar os limites individuais de crédito a cada cliente conforme o risco identificado. Cada análise é submetida à aprovação conforme hierarquia definida na política de crédito, respeitando os níveis de alçada e, se aplicável, à aprovação da diretoria em reunião e Comitê de Crédito. A classificação de risco das contas a receber de clientes é apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018
Baixo ⁽¹⁾	—	—
Médio ⁽²⁾	—	—
Alto ⁽³⁾	—	—
	3.077.813	2.574.237

⁽¹⁾ Vincendo e em atraso até 30 dias. ⁽²⁾ Em atraso entre 30 e 90 dias. ⁽³⁾ Em atraso acima de 90 dias e renegociado com cliente ou com garantias reais. Parte dos montantes acima não consideram o valor de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") calculada com base na matriz de provisão nos montantes de R\$41.996 e R\$37.179 em 31 de dezembro de 2019 e 2018, respectivamente.

4.3.2. **Bancos e instituições financeiras:** A Companhia, com o objetivo de mitigar o risco de crédito, mantém suas operações financeiras diversificadas entre bancos, com principal concentração em instituições financeiras de primeira linha classificadas como *high grade* pelas principais agências de classificação de risco. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição ao risco de crédito está apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e equivalentes de caixa	824.538	3.253.666
Aplicações financeiras	6.121.051	20.996.555
Instrumentos financeiros derivativos	830.426	493.692
	7.776.015	24.743.913

As contrapartes, substancialmente instituições financeiras, com as quais são realizadas operações que se enquadram em caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos ativos são classificados por agências avaliadoras conforme o risco apresentado a seguir:

	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	Instrumentos financeiros derivativos
	31/12/2019	31/12/2018
Classificação de risco ⁽¹⁾		
AAA	190.360	19.736.151
AA+	5.257.518	—
AA	68.207	—
AA-	56.388	422.699
A+	606.757	27.363
A	188.458	80
A-	211.238	1.160
brAAA	7.153.079	404.693
brAA+	745.177	9.758
brAA	372.188	—
brA	23.050	—
Outros	17.847	—
	14.919	1
	9.579.461	25.486.016
	830.426	493.692



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

(1) Utilizamos o *Brazilian Risk Rating* e a classificação é concedida pelas agências Fitch Ratings, Standard & Poor's e Moody's.

4.4. Administração de riscos de mercado: A Companhia está exposta a uma série de riscos de mercados, principalmente, relacionados às variações de taxas de câmbio, taxas de juros, índices de preços e preço de commodities que podem afetar seus resultados e condições financeiras. Para mitigar os impactos, a Companhia dispõe de processos para monitoramento das exposições e políticas que suportam a implementação da gestão de riscos. As políticas estabelecem os limites e os instrumentos a serem implementados com o objetivo de: (i) proteção do fluxo de caixa devido ao descaimento de moedas; (ii) mitigação de exposições a taxas de juros, (iii) redução dos impactos da flutuação de preços de commodities, e (iv) troca de inadimplentes da dívida. A gestão de riscos de mercado realiza a identificação, a avaliação e a implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados. **4.4.1. Administração de risco de taxas de câmbio:** A captação de financiamentos e a política de *hedge* cambial da Companhia são direcionadas considerando que parte substancial da receita líquida é proveniente de exportações com preços negociados em Dólares dos Estados Unidos e por outro lado, parte substancial dos custos de produção está atrelada ao Real. Esta exposição estrutural permite que a Companhia contrate financiamentos de exportação em Dólares norte-americanos e concilie os pagamentos dos financiamentos com os fluxos de recebimento das vendas no mercado externo, utilizando o mercado internacional de dívida como parte importante de sua estrutura de capital e proporcionando um *hedge* natural de caixa para estes compromissos. Além disso, a Companhia contrata operações de venda de Dólares dos Estados Unidos nos mercados futuros, incluindo estratégias com opções, como forma de assegurar níveis atrativos de margens operacionais para uma parcela da receita. Estas operações são limitadas a um percentual do excedente líquido de divisas no horizonte de 18 meses e, portanto, estão casadas à disponibilidade de câmbio pronto para venda no curto prazo. A exposição líquida de ativos e passivos em moeda estrangeira, a qual é substancialmente em Dólares dos Estados Unidos, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	2.527.834	1.143.968
Contas a receber de clientes	2.027.018	1.661.108
Instrumentos financeiros derivativos	9.440.141	493.685
	13.994.993	3.298.761

Passivos		
Fornecedores	(1.085.207)	(72.680)
Empréstimos e financiamentos	(45.460.138)	(26.384.721)
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(288.172)	(333.949)
Instrumentos financeiros derivativos	1.315.879	(1.464.569)
	(35.517.638)	(28.255.019)
	(21.522.645)	(24.956.258)

Exposição passiva líquida
4.4.1.1. Análise de sensibilidade - exposição cambial - exceto instrumentos financeiros derivativos: Para a análise de risco de mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar conjuntamente as posições ativas e passivas indexadas em moeda estrangeira e os possíveis efeitos em seus resultados. O cenário provável representa os valores reconhecidos contabilmente, uma vez que refletem a conversão em Reais na data base do balanço patrimonial (R\$/US\$ = R\$4,0307). Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado		
	31/12/2019		
	Efeito no resultado e no patrimônio		
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.527.834	631.959	1.263.917
Contas a receber de clientes	2.027.018	506.755	1.013.509
Fornecedores	(1.085.207)	271.302	542.604
Empréstimos e financiamentos	(45.460.138)	11.365.035	22.730.069
Contas a pagar de aquisição de ativos e controladas	(288.172)	72.043	144.086

4.4.1.2. Análise de sensibilidade - exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos: Esta análise assume que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a apreciação/depreciação do Real em relação ao Dólar dos Estados Unidos em 25% e 50%, antes dos impostos. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado			
	31/12/2019			
	Efeito no resultado e no patrimônio			
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Remoto (-25%)
Instrumentos financeiros derivativos				
Derivativos opções	(2.198.750)	(4.087.518)	(8.175.033)	(4.087.510)
Derivativos swaps	66.981	(2.710.465)	(6.048.324)	(3.011.787)

4.4.2. Administração de risco de taxas de juros: As oscilações das taxas de juros podem implicar em efeitos de aumento ou redução do custo sobre os novos financiamentos e operações já contratadas. A Companhia busca constantemente alternativas para a utilização de instrumentos financeiros a fim de evitar impactos negativos em seu fluxo de caixa. Considerando o risco de extinção da LIBOR no decorrer dos próximos anos, a Companhia está avaliando seus contratos com cláusulas que vislumbrem a descontinuação da taxa de juros. A maior parte dos contratos de dívidas atreladas à LIBOR, possui alguma cláusula de substituição desta taxa por um índice de referência ou taxa juros equivalente e, para os contratos que não possuem uma cláusula específica, será realizada uma renegociação entre as partes. Os contratos de derivativos atrelados à LIBOR, preveem uma negociação entre as partes para a definição de uma nova taxa ou será fornecida uma taxa equivalente pelo agente de cálculo. No decorrer dos próximos anos, até a extinção da LIBOR, a Companhia trabalhará ativamente para refletir em todos os seus contratos uma taxa equivalente de substituição. **4.4.2.1. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros - exceto instrumentos financeiros derivativos:** Para a análise de risco de mercado, a Companhia utiliza cenários para avaliar a sensibilidade das variações das operações impactadas pelas taxas Certificados de Depósito Interbancário ("CDI"), a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), a Taxa Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC") e *London Interbank Offered Rate* ("LIBOR") e podem gerar no resultado. O cenário provável representa os valores já contabilizados, pois refletem a melhor estimativa da Administração. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de câmbio, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários em valores absolutos:

	Consolidado			
	31/12/2019			
	Efeito no resultado e no patrimônio			
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Remoto (-50%)
CDI				
Caixa e equivalentes de caixa	630.075	6.931	13.862	
Aplicações financeiras	6.330.334	69.634	139.267	
Empréstimos e financiamentos	11.482.992	561.039	152.626	
TJLP				
Empréstimos e financiamentos	9.720.880	622.671	270.727	
Libor				
Empréstimos e financiamentos	16.229.715	356.183	154.862	

4.4.2.2. Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros de instrumentos financeiros derivativos: Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular as taxas de juros, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nas taxas de juros de mercado. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado				
	31/12/2019				
	Efeito no resultado e no patrimônio				
	Provável	Possível (+25%)	Remoto (+50%)	Possível (-25%)	Remoto (-50%)
CDI					
Instrumentos financeiros derivativos					
Passivo					
Derivativos opções	66.981	(72.473)	(142.327)	75.530	154.446
Derivativos swaps	(2.198.750)	(42.752)	(83.345)	44.995	92.339

Libor					
Instrumentos financeiros derivativos					
Passivo					
Derivativos swaps	(2.198.750)	163.314	326.151	(163.811)	(328.121)

4.4.2.3. Análise de sensibilidade para mudanças no índice de preços ao consumidor da economia norte-americana: Para a mensuração do cenário provável, foi considerado o índice de preços ao consumidor da economia norte-americana ("United States Consumer Price Index - US-CPI") em 31 de dezembro de 2019. O cenário provável foi extrapolado considerando uma valorização/desvalorização de 25% e 50% no US-CPI para definição dos cenários possível e remoto, respectivamente.

Derivativo embutido em contrato de parceria florestal e fornecimento de madeira em pé

4.4.3. Administração de risco de preço de commodities: A Companhia está exposta a preços de commodities, principalmente no preço de venda da celulose no mercado internacional. A dinâmica de abertura e fechamento de capacidades de produção no mercado global e as condições macroeconômicas podem impactar os resultados operacionais da Companhia. A Companhia possui equipe especializada que monitora o preço da celulose e analisa as tendências futuras, ajustando as projeções que visam auxiliar na tomada de medidas preventivas para conduzir de maneira adequada os distintos cenários. Não existe mercado financeiro com liquidez para mitigar suficientemente o risco de parte relevante das operações da Companhia. As operações de proteção de preço da celulose disponíveis no mercado têm baixa liquidez e volume e grande distorção na formação do preço. A Companhia também está exposta ao preço internacional do petróleo, refletido nos custos logísticos de comercialização para o mercado externo. Neste caso, a Companhia avalia, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fixar o preço do petróleo. Em 31 de dezembro de 2019, posição comprada de US\$ 0,364 para proteção do custo logístico (US\$ 5.344 em 31 de dezembro de 2018). **4.4.3.1. Análise de sensibilidade - preço de commodities:** Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular os preços, permanecem constantes. Os demais cenários consideraram a valorização/desvalorização de 25% e 50% nos preços. A tabela a seguir apresenta os possíveis impactos, assumindo estes cenários:

	Consolidado		
	31/12/2019		
	Impacto da alta/redução do US-CPI no valor justo valores absolutos		
	Provável	Possível (25%)	Remoto (50%)
Derivativo petróleo	(92)	478	864

4.5. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia determina o valor justo dos contratos de derivativos, o qual divergir dos valores realizados em caso de liquidação antecipada por conta dos *spread* bancários e fatores de mercado no momento da cotação. Os valores apresentados pela Companhia baseiam-se em uma estimativa utilizando fatores de mercado e utilizando dados fornecidos por terceiros, mensurados internamente e confrontados com cálculos realizados por consultoria externa. O valor justo não representa a obrigação de desembolso imediato ou recebimento de caixa, uma vez que tal efeito somente ocorrerá nas datas de verificação contratual ou de vencimento de cada operação, quando será apurado o resultado conforme o caso e as condições de mercado nas referidas datas. Para cada um dos instrumentos, descreve-se a seguir um resumo do procedimento utilizado para a obtenção dos valores justos: (i) *Swap*: o valor futuro da ponta ativa e da ponta passiva são estimados pelos fluxos de caixa projetados pela taxa de juros de mercado da moeda em que a ponta do *swap* é denominada. O valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva do *coupon* cambial (a remuneração, em Dólares norte-americanos, dos Reais investidos no Brasil) e no caso da ponta denominada em BRL, o desconto é feito utilizando a curva de juros do Brasil, sendo a curva futura do DI, considerando tanto o risco de taxa da Companhia e da contraparte. A exceção são os contratos *pré fixados* x US\$ onde o valor presente na ponta denominada em US\$ é mensurado por meio do desconto utilizando a curva da LIBOR, divulgada pela Bloomberg. O valor justo do contrato é a diferença entre essas duas pontas. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3. (ii) *Opções (Zero Cost Collar)*: para o cálculo do valor justo das opções foi utilizado o modelo de *Garman Kohlhagen*, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Os dados de volatilidades e taxas de juros são observáveis e foram obtidas da B3 para apuração dos valores justos. (iii) *Non-deliverable forward (NDF)*: é efetuada uma projeção da cotação futura da moeda, utilizando-se as curvas de *coupon* cambial e a curva futura do DI para cada vencimento. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta cotação obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando-se o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor notional de cada contrato e trazida a valor presente pela a curva futura do DI. As curvas de taxas de juros foram obtidas da B3. (iv) *Swap de US-CPI*: os fluxos de caixa da ponta passiva são projetados pela curva de inflação norte-americana US-CPI, obtida pelas taxas implícitas aos títulos americanos indexados à inflação ("Tesouro Protegido contra inflação - TIPS"), divulgada pela Bloomberg. Os fluxos de caixa da ponta ativa são projetados pela taxa fixa implícita no derivativo embutido. O valor justo do derivativo embutido é a diferença entre as duas pontas, trazida a valor presente pela curva do *coupon* cambial obtida da B3. (v) *Swap Bunker* (petróleo): é efetuada uma projeção futura do preço do ativo, utilizando-se a curva futura de preço divulgada pela Bloomberg. A seguir, verifica-se qual a diferença entre esta projeção obtida e a taxa que foi contratada a operação, considerando o risco de crédito da Companhia e da contraparte. Esta diferença é multiplicada pelo valor notional de cada contrato e trazida a valor presente pela a curva da LIBOR divulgada pela Bloomberg. As curvas utilizadas para o cálculo do valor justo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentadas a seguir:

	Curva de juros			
	Estados Unidos da América			
	Brasil			Cupom de dólar sujo
1M	4,41% a.a.	1,91% a.a.		13,33% a.a.
6M	4,33% a.a.	1,84% a.a.		4,37% a.a.
1A	4,56% a.a.	1,77% a.a.		3,40% a.a.
2A	5,20% a.a.	1,68% a.a.		2,93% a.a.
3A	5,79% a.a.	1,66% a.a.		2,81% a.a.
5A	6,43% a.a.	1,70% a.a.		2,87% a.a.
10A	7,01% a.a.	1,86% a.a.		3,31% a.a.

4.5.1. Derivativos em aberto por tipo de contrato, inclusive derivativos embutidos: As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

	Controladora			
	Valor de referência (nacional) - em US\$			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tipos de derivativo				
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
Hedge operacional				
NDF (R\$ x US\$)		150.000		17.036
Zero Cost Collar	3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
Hedge de dívida				
Hedge de taxa de juros				
Swap LIBOR para <i>Fixed</i> (US\$)	2.750.000	2.757.143	(444.910)	(170.707)
Swap IPCA para CDI (nacional em Reais)	843.845		233.255	
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	121.003		30.544	
Swap CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	3.115.614	2.402.110	(1.940.352)	(853.140)
Swap <i>Pré Fixada</i> para US\$	350.000		(33.011)	
Hedge de commodities				
Swap US-CPI (madeira em pé)	679.485		268.547	
Swap Bunker (petróleo)	253	5.344	(55)	(1.140)

Ativo circulante				
Ativo não circulante				
Passivo circulante				
Passivo não circulante				

	Consolidado			
	31/12/2019			
	Valor de referência (nacional) - em US\$			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tipos de derivativo				
Instrumentos contratados com estratégia de proteção				
Hedge operacional				
NDF (R\$ x US\$)		150.000		17.036
Zero Cost Collar	3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
Hedge de dívida				
Hedge de taxa de juros				
Swap LIBOR para <i>Fixed</i> (US\$)	2.750.000	2.757.143	(444.910)	(170.707)
Swap IPCA para CDI (nacional em Reais)	843.845		233.255	
Swap IPCA para <i>Fixed</i> (US\$)	121.003		30.544	
Swap CDI x <i>Fixed</i> (US\$)	3.115.614	2.402.110	(1.940.352)	(853.141)
Swap <i>Pré Fixada</i> para US\$	350.000		(33.011)	
Hedge de commodities				
Swap do US-CPI (madeira em pé)	679.485		268.547	
Swap Bunker (petróleo)	365	5.344	(92)	(1.140)
Ativo circulante				
Ativo não circulante				
Passivo circulante				
Passivo não circulante				



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)**

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2019, são operações de mercado de balcão, sem nenhum tipo de margem de garantia ou cláusula de liquidação antecipada forçada por variações provenientes de marcação a mercado. A seguir são descritos cada um dos contratos vigentes e os respectivos riscos protegidos: (i) Swap CDI x Fixed US\$: posições em swaps convencionais trocando a variação da taxa de Depósitos Interbancários ("DI") por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos. (ii) Swap IPCA x CDI: posições em swaps convencionais trocando variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") por taxa de DI. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais. (iii) Swap IPCA x Fixed US\$: posições em swaps convencionais trocando variação do IPCA por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar o indexador de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos. (iv) Swap LIBOR x Fixed US\$: posições em swaps convencionais trocando taxa pós-fixada (LIBOR) por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é proteger o fluxo de caixa de variações na taxa de juros norte-americana. (v) Swap pre Fixed R\$ x Fixed US\$: posições em swaps convencionais trocando taxa prefixada em Reais por taxa prefixada em Dólares dos Estados Unidos. O objetivo é alterar a exposição de dívidas em Reais para Dólares dos Estados Unidos. (vi) Zero-Cost Collar: posições em instrumento que consiste na combinação simultânea de compra de opções de venda e venda de opções de compra de Dólares dos Estados Unidos, com mesmo valor de principal e vencimento, com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. Nesta estratégia é estabelecido um intervalo onde não há depósito ou recebimento de margem financeira sobre os ajustes de posição. (vii) NDF - Non Deliverable Forward (Contrato a termo de moeda) NDF US\$: posições vendidas em contratos futuros de Dólares dos Estados Unidos com o objetivo de proteger o fluxo de caixa das exportações. (viii) Swap Bunker (petróleo): posições compradas de petróleo, com o objetivo de proteger custos logísticos relacionados aos contratos de frete marítimo. (ix) Swap US-CPI: O derivativo embutido refere-se aos contratos de swap de venda das variações do US-CPI no prazo dos contratos de parceria florestal e de fornecimento de madeira em pé.

4.5.2. Cronograma de vencimentos do valor justo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
2019				
2020	(633.607)	(242.734)	(633.644)	(244.069)
2021	98.850	87.851	98.850	87.851
2022	(154.734)	83.692	(154.734)	83.692
2023	185.209	80.052	185.209	80.052
2024	(197.718)	82.963	(197.718)	82.963
2025	(606.827)	(486.958)	(606.827)	(486.958)
2026 em diante	(510.077)	(565.964)	(510.077)	(565.964)
	(1.818.904)	(1.141.625)	(1.818.941)	(1.142.766)

4.5.3. Posição ativa e passiva dos derivativos em aberto: As posições de derivativos em aberto estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Hedge de dívida				
Ativos				
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$ 11.498.565	8.722.620	11.673.117	119.178
Swap Pré Fixada para US\$	R\$ 1.317.226		1.478.336	
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$ 2.750.000	2.757.143	11.063.970	
Swap IPCA para CDI	IPCA 933.842		1.093.067	
Swap IPCA para US\$	IPCA 499.441		579.307	
			25.887.797	119.178

Passivos				
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$ 3.115.614	2.402.110	(13.613.469)	(972.319)
Swap Pré Fixada para US\$	US\$ 350.000		(1.511.347)	
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$ 2.750.000	2.757.143	(11.508.880)	(170.707)
Swap IPCA para CDI	R\$ 843.845		(859.812)	
Swap IPCA para US\$	US\$ 121.003		(548.763)	
			(28.042.271)	(1.143.026)
			(2.154.474)	(1.023.848)

Hedge operacional				
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$ 3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
NDF (R\$ x US\$)	US\$	150.000	17.037	
			67.078	(117.777)

Hedge de commodities				
Swap US-CPI (madeira em pé)	US\$ 679.485		268.547	
Swap Bunker (petróleo)	US\$ 253		(55)	
			268.498	(1.141.625)
			(1.818.904)	(1.142.766)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Hedge de dívida				
Ativos				
Swap CDI x Fixed (US\$)	R\$ 11.498.565	8.722.620	11.673.117	119.178
Swap Pré Fixada para US\$	R\$ 1.317.226		1.478.336	
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$ 2.750.000	2.757.143	11.063.970	
Swap IPCA para CDI	IPCA 933.842		1.093.067	
Swap IPCA para US\$	IPCA 499.441		579.307	
			25.887.797	119.178

Passivos				
Swap CDI x Fixed (US\$)	US\$ 3.115.614	2.402.110	(13.613.469)	(972.319)
Swap Pré Fixada para US\$	US\$ 350.000	2.757.143	(1.511.347)	(170.707)
Swap Libor x Fixed (US\$)	US\$ 2.750.000		(11.508.880)	
Swap IPCA para CDI	R\$ 843.845		(859.812)	
Swap IPCA para US\$	US\$ 121.003		(548.763)	
			(28.042.271)	(1.143.026)
			(2.154.474)	(1.023.848)

Hedge operacional				
Zero cost collar (US\$ x R\$)	US\$ 3.425.000	3.040.000	67.078	(134.814)
NDF (R\$ x US\$)	US\$	150.000	17.036	
			67.078	(117.778)

Hedge de commodities				
Swap US-CPI (madeira em pé)	US\$ 679.485		268.547	
Swap Bunker	US\$ 365	5.344	(92)	(1.140)
			268.455	(1.140)
			(1.818.941)	(1.142.766)

4.5.4. Valores justos liquidados: As posições de derivativos liquidados estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Hedge operacional				
Zero cost collar (R\$ x US\$)	(114.558)	(110.271)	(104.040)	(110.271)
NDF (R\$ x US\$)	63.571	(1.235.448)	63.571	(1.235.448)
	(50.987)	(1.345.719)	(40.469)	(1.345.719)
Hedge de commodities				
Swap Bunker (petróleo)	2.701		3.804	
	2.701		3.804	
Hedge de dívida				
Swap CDI x Fixed (US\$)	(69.574)	19.145	(68.362)	19.145
Swap IPCA x CDI	11.845		23.024	
Swap pré fixada para US\$	(15.263)		(26.368)	
Swap Libor x Fixed (US\$)	(27.088)	(4.939)	(27.088)	(4.939)
	(100.080)	14.206	(98.784)	14.206
	(148.366)	(1.331.513)	(135.449)	(1.331.513)

4.6. Hierarquia do valor justo: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve alteração entre os três níveis de hierarquia, exceto os investimentos na Ensyn e Spinova, conforme divulgado na nota 3.1.5., que passaram a ser reconhecidos pelo método da equivalência patrimonial. Não houve transferência entre os níveis 1, 2 e 3 durante os exercícios apresentados.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	1.631.319	1.098.972	1.098.972
Aplicações financeiras	1.631.319	4.699.015	6.330.334
	1.631.319	5.797.987	7.429.306
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Outros investimentos - CelluForce		20.048	20.048
Ativo biológico		20.048	20.048
		10.571.499	10.571.499
		10.571.499	10.571.499
Total do ativo	1.631.319	5.797.987	10.591.547

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		2.917.913	2.917.913
		2.917.913	2.917.913
Total do passivo		2.917.913	2.917.913

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos	14.933.513	493.934	493.934
Aplicações financeiras	14.933.513	6.165.052	21.098.565
Ativo biológico		6.658.986	21.592.499
		4.935.905	4.935.905
		4.935.905	4.935.905
Total do ativo	14.933.513	6.658.986	26.528.044

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivo			
Valor justo por meio do resultado			
Instrumentos financeiros derivativos		1.636.700	1.636.700
		1.636.700	1.636.700
Total do passivo		1.636.700	1.636.700

4.7. Gestão do capital: O principal objetivo é fortalecer sua estrutura de capital, buscando manter um nível de alavancagem financeira adequado, além de mitigar os riscos que podem afetar a disponibilidade de capital no desenvolvimento de negócios. A Companhia monitora constantemente indicadores significativos, tais como o índice consolidado de alavancagem financeira, que é a dívida líquida total dividida pelo Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização ajustado ("LAJIDA Ajustado"), equivalente ao termo em inglês EBITDA Ajustado ("Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization Adjusted").

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos				
Equivalentes de caixa	1,83	206.505	28.809	2.464.097
Em moeda nacional				
Depósito a prazo fixo ⁽¹⁾	99,52% do CDI	601.658	3.204.422	630.075
Em moeda estrangeira				
Depósito a prazo fixo ⁽¹⁾	1,58	16.375	20.435	154.955
		824.538	3.253.666	3.249.127
				4.387.453

⁽¹⁾ Refere-se a aplicações em Time Deposit e Sweep Account, com vencimento até 90 dias. Time Deposit: é um depósito bancário remunerado com um período específico de vencimento. Sweep Account: é uma conta remunerada de varejo. Ao final do dia, o saldo que permanece na conta é aplicado automaticamente e disponibilizado automaticamente no próximo dia útil pela manhã.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional				
Fundos de Investimentos	61,51% do CDI	6.629	6.683	
Fundos Exclusivos	98,73% do CDI	2.898.021	14.831.503	1.431.303
Títulos públicos mensurados ao valor justo				
por meio do resultado				
Títulos privados (Compromissadas)	98,73% do CDI	3.036.698	4.115.771	3.081.326
Títulos privados (Compromissadas) - Escrow Account ⁽¹⁾	101,02% do CDI	179.703	179.703	179.703
		6.121.051	20.996.555	6.330.334
				21.098.565

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Circulante				
Não circulante				
Depósito a prazo fixo ⁽¹⁾		5.941.348	20.996.555	6.150.631
		179.703	179.703	

⁽¹⁾ Refere-se à conta caução que será liberada somente após a obtenção das aprovações governamentais aplicáveis e ao cumprimento pela Companhia, das condições precedentes para a conclusão do Projeto Losango previstas no acordo firmado com a empresa CMPC Celulose Riograndense S.A. ("CMPC"). O Projeto Losango foi uma transação de compra e venda de terras e florestas envolvendo a Fibria e a CMPC, assinado em dezembro de 2012.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Clientes no país				
Terceiros	1.036.152	800.231	1.027.034	853.684
Fundo de investimentos em direitos creditórios ("FIDC")		22.299		22.299
Empresas controladas (nota 11)	97.259	38.965		
Partes relacionadas (nota 11)	23.761	36.727	23.761	36.727
Clientes no exterior				
Terceiros	30.104	45.317	2.027.018	1.661.527
Empresas controladas (nota 11)	4.771.209	2.562.276		
(-) PECLD	(34.674)	(35.942)	(41.996)	(37.179)
	5.923.811	3.470.873	3.035.817	2.537.058

A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência à contraparte de, substancialmente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma que esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Esta transação se refere a uma oportunidade de geração adicional de caixa, podendo ser descontinuada a qualquer momento, sem impactos significativos na operação da Companhia e assim, é classificada como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2019 e de R\$3.544.625 (R\$396.563 em 31 de dezembro de 2018).

7.2. Análise dos vencimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Valores a vencer				
Valores vencidos	5.785.439	3.370.153	2.552.459	2.119.188
até 30 dias	54.166	40.111	180.909	291.050
31 e 60 dias	9.378	3.874	148.388	54.845
61 e 90 dias	7.822	3.513	20.448	10.982
91 e 120 dias	6.364	2.518	20.680	7.446
121 e 180 dias	17.321	4.132	17.899	6.285
Acima de 180 dias	43.321	46.572	95.034	47.262
	5.923.811	3.470.873	3.035.817	2.537.058

7.3. Movimentação da PECLD

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício				
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾	(35.942)	(35.836)	(37.179)	(38.740)
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	(5.947)		(5.947)	
Adição	(7.914)	(11.251)	(18.650)	(11.578)
Reversão	3.620	2.309	6.364	5.128
Baixa	11.509	8.836	13.383	8.993
Variação cambial			33	(982)
Saldo no final do exercício	(34.674)	(35.942)	(41.996)	(37.179)

→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Programa de fomento Florestal		1.007.711	231.063	1.087.149	231.063
Adiantamento a fornecedores		114.282	80.050	170.481	85.963
		121.973	311.113	1.257.630	317.026
Circulante		114.282	92.620	170.481	98.533

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados				
Celulosas				
No Brasil	575.335	167.317	575.335	167.317
No exterior			2.229.206	485.226
Papel				
No Brasil	189.193	219.788	199.635	227.303
No exterior			70.199	67.872
Produtos em elaboração	70.187	44.828	75.377	52.882
Matérias-primas	963.009	619.893	1.047.433	626.150
Matérias de aluminofibrado e outros	426.726	208.633	488.410	226.354
	2.224.450	1.260.459	4.685.595	1.853.104

Em 31 de dezembro de 2019, os estoques estão líquidos do saldo das perdas estimadas nos montantes de R\$70.188 na controladora e R\$106.713 no consolidado (R\$33.195 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2018).

8.1. Movimentação da perda estimada

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(33.195)	(51.911)	(33.195)	(51.911)
Combinação de negócios com a Fibría ⁽¹⁾				
Incorporação da Fibría ⁽²⁾	(11.117)		(11.117)	
Adição ⁽³⁾	(68.476)	(10.605)	(111.077)	(10.605)
Reversão	4.325	5.873	9.734	5.873
Raiva ⁽⁴⁾	38.275	23.448	38.942	23.448

Saldo no final do exercício

	(70.18)	(33.19)	(106.71)	(33.19)
(1) Combinação de negócios com a Fibra e suas controladoras realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1, 1.1.1 e 1.2.2 da demonstração de resultados consolidada, e a incorporação da entidade legal Fibra Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. (b) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, refere-se, substancialmente, a provisão para perdas de estoque de produto acabado e matéria-prima, e, substancialmente, a baixas de materiais de alumínio e de matéria-prima, nos montantes de R\$576.786 e R\$26.083, respectivamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, baixas adicionais foram realizadas diretamente no resultado, no montante de R\$5.594 na controladora e R\$5.190 no consolidado, respectivamente (R\$28.750 na controladora e R\$29.820 no consolidado) em 31 de dezembro de 2018). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não há estoques em garantia.				

9. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ/CSLL - antecipações e impostos retidos	52.716	85.929	679.699	103.939
PIS/COFINS - sobre aquisição de imobilizado	52.425	65.518	61.376	55.518
PIS/COFINS - operações	494.617	109.522	589.142	12.426
PIS/COFINS - exclusão ICMS	128.115	-	128.115	-
ICMS - sobre aquisição de imobilizado	105.531	78.154	115.550	78.154
ICMS - operações	1.416.822	210.829	1.519.017	215.361
Programa Renteira	118.390	48.679	118.944	48.679
Outros impostos e contribuições	13.947	5.017	14.798	24.945
Provisão para perda de créditos de ICMS	(1.202.443)	(107.792)	(1.304.329)	(107.792)
Provisão para perda de créditos de PIS/COFINS	(188.969)	-	(199.076)	-
Menos valor - Combinação de negócios com a Fibria	1.481.051	484.430	2.176.115	526.330

Circulante

Não circulante	669.919	231.182	708.914	231.498
<p>(11) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): Créditos cuja realização está atrelada ao período de depreciação do ativo correspondente. "A Companhia e suas incorporadas ajustaram o reconhecimento das despesas com PIS e COFINS em função da possibilidade de reversão de endividamento em algumas dessas ações, períodos desde março de 1992. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal ("STF") definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de endividamento quanto ao montante, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs Embargos de Declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento do STF. Entretanto, o STF não se pronunciou sobre o mérito da matéria. Assim, a Companhia entende que a decisão do STF quanto às opiniões legais de nossos consultores jurídicos, a Companhia entende que é remota a alteração do resultado de julgamento do STF quanto ao mérito, razão pela qual a Companhia incluiu a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração de agosto de 2018, uma prática mantida suportada por decisões e jurisprudência. Quanto aos créditos passados de PIS e COFINS a recuperar, a Companhia recebe decisões favoráveis transitadas em julgado, o que possibilita a recuperação de parte dos créditos. Assim, a Companhia reconhece o montante de R\$128.115 de créditos de PIS e COFINS na rubrica de tributos a recuperar em contrapartida a outros resultados operacionais (nota 30), referentes aos períodos de apuração de 2006 a 2018. A Companhia calcula o montante relativo a este período com base na melhor estimativa e nos documentos fiscais disponíveis, sendo que tal montante envolvido esteve sujeito a ajustes a serem efetuados pela Administração em períodos futuros. A Companhia ainda possui outras ações sobre o reconhecimento da exclusão da base de cálculo do ICMS em relação a contribuições de PIS e COFINS em andamento. A Companhia reconhece as contribuições de Mercadorias e Serviços ("ICMS"). Os créditos de entrada de bens destinados ao imobilizado são reconhecidos na proporção de 1/48 da entrada e mensalmente, conforme escrituração do ICMS Controle do ativo Imobilizado ("CIAP").</p> <p>(12) Créditos de ICMS acumulados em função do volume de exportações e crédito gerado em operações de entrada de produtos: Os créditos estão concentrados nos Estados do Maranhão, Espírito Santo, Bahia e Mato Grosso do Sul, onde a Companhia possui operações de entrada de mercadorias, após a realização de operações de exportação. Os créditos também estão sendo realizados através do consumo em suas operações de bens e consumo (tissue) no mercado interno, no Maranhão. "O Regime Especial de restituições de impostos para empresas exportadoras ("Reintegra"). Trata-se de um programa que visa restituir os custos residuais dos impostos pagos ao longo da cadeia de exportação aos contribuintes a fim de torná-los mais competitivos nos mercados internacionais." Inclui a provisão para descrito sobre venda a terceiros, em função da possibilidade de reversão de endividamento decorrente da venda de produtos para a venda a terceiros. Assim, as unidades do Espírito Santo, da Bahia e do Mato Grosso do Sul devido a dificuldade de sua realização.</p>				

9.1. Movimentação da provisão para perda

	Controladora	
	31/12/2019	
	ICMS	Total
Saldo no início do exercício	(10.792)	(10.792)
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	(1.154.937)	(1.154.937)
Adição	(36.714)	(36.714)
Saldo no final do exercício	<u>(1.202.443)</u>	<u>(1.202.443)</u>
	Consolidado	
	31/12/2019	
	ICMS	PIS e COFINS
Saldo no início do exercício	(10.792)	(10.792)
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾	(1.211.109)	(1.211.109)
Adição	(82.428)	(103.590)
Saldo no final do exercício	<u>(1,304,329)</u>	<u>(1,315,481)</u>

9.2. Período estimado de realização: A realização dos créditos relativos aos impostos a recuperar ocorrerá de acordo com a projeção orçamentária anual aprovada pela Administração, conforme demonstrado a seguir:

a projeção orçamentária

2020	997.201
2021	249.180
2022	50.000
2023	50.000
a partir de 2024	359.734
	<u>1.706.115</u>

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Programa de fomento Florestal	1.007.711	231.063	1.087.149	231.063
Ajuntamento a fornecedores	114.262	80.050	170.481	85.963
	1.121.973	311.113	1.257.630	317.026
Circulante	114.262	92.620	170.481	98.553
Não circulante	1.007.711	218.493	1.087.149	218.493

O programa de fomento florestal consiste em um sistema de parceria incentivada à produção florestal regional, onde produtores independentes plantam eucalipto em suas próprias terras para o fornecimento do produto agrícola madeira à Companhia. A Suzano fornece mudas de eucalipto, subsídio em insumos, além de adiantamento em dinheiro, não estando estes últimos sujeitos à avaliação pelo valor presente uma vez que serão liquidados, preferencialmente, em florestas. Adicionalmente, a Companhia apóia os produtores por meio de assistência técnica em manejo florestal, porém não tem controle conjunto nas atividades de produção e comercialização. A Companhia também oferece subsídios para assegurar o acesso contratual ao produto e realizar uma oferta de compra da floresta e/ou da madeira por períodos em bases de mercado, entretanto, este direito não impede que os produtores negociem a floresta e/ou madeira com outros participantes do mercado, desde que, os valores incentivados sejam quitados integralmente.

11. PARTES RELACIONADAS

As operações comerciais e financeiras da Companhia com acionistas controladores, subsidiárias, controladas e empresas relacionadas ao acionista controlador Suzano Holding S.A. ("Grupo Suzano") foram efetuadas a preços e condições usuais de mercado, bem como as práticas de governança corporativa adotadas e aquelas recomendadas ou exigidas pela legislação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve alterações relevantes nas condições dos contratos, acordos e transações celebradas, bem como não houve novas transações, acordos ou transações de natureza distinta celebradas entre a Companhia e suas partes relacionadas conforme divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2018, exceto pelas transações envolvendo as empresas que pertenciam à Fibria, que se tornaram partes relacionadas da Companhia em razão da conclusão da combinação de negócios em janeiro de 2019.

11.1. Saldo Patrimoniais

Natureza		Saldo a receber (pagar)			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transações com acionista controlador					
Suzano Holding	Concessão de fianças e gastos administrativos	3	(125)	3	(125)
		3	(125)	3	(125)

Transações com empresas controladas e operações em conjunto		2019	2018
Asapir	Adiantamento para aumento de Capital	3.550	
Facepa	Venda de celulose	105.015	44.884
Facepa	Compra de produtos	(6.241)	(218)
Fibra Terminal de			
Celulose de Santos	Serviços portuários	(30)	
Futuragene	Reembolso de despesas	28	263
Maxcel	Dividendos a receber	378	
Mucuri Energética	Geração e distribuição de energia elétrica	(431)	246
Mucuri Energética	Dividendos a receber	122	
Paineiras Logística	Agenciamento de transporte rodoviário	(9.487)	(328)
Portocel	Serviços portuários	(3.419)	
Portocel	Dividendos a receber	741	
Portocel	Venda de imobilizado	158	
Stenfar	Venda de papel	33.020	35.188
Stenfar	Reembolso de despesas	(166)	
Sun Paper	Reembolso de despesas		(4.814)
Suzano América	Reembolso de despesas	(5)	7
Suzano Áustria	Empréstimos - pré-pagamento	(19.628.160)	(10.634.219)
Suzano Áustria	Reembolso de despesas	1.350	3.625
Suzano Áustria	Encargos financeiros	87.738	
Suzano Europa	Empréstimos - pré-pagamento	(9.287.804)	(8.935.236)
Suzano Europa	Reembolso de despesas	(18.767)	5
Suzano International			
Trade	Venda de celulose	3.392.093	
Suzano International			
Trade	Empréstimos - pré-pagamento	(17.370.251)	
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	1.339.023	2.518.133
Suzano Trading	Empréstimos - pré-pagamento	(3.819.525)	(3.674.557)
Suzano Trading	Reembolso de despesas	(3.664)	(3.131)
Veracel	Venda de energia	1.613	
		(45.425.004)	(20.650.402)

Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas

Partes relacionadas		Partes relacionadas	
Administradores	Reembolso de despesas	(1)	(1)
Bexma	Reembolso de despesas	1	1
Bizma	Reembolso de despesas	1	2
Ecoflutura	Serviços sociais	(9)	(9)
Itema	Venda de celulose	23.755	23.755
Itema	Compra de produtos	(2.467)	(2.467)
		35.048	35.048
		<u>(45.161.808)</u>	<u>(20.615.480)</u>
		<u>21.283</u>	<u>34.923</u>
Ativo			
Contas a receber de clientes		4.892.229	2.638.968
Dividendos a receber		2.854	
Partes relacionadas - circulante		12.133	2.182
Partes relacionadas - não circulante		3.550	
Passivo			
Fornecedores		(54.516)	(1.804)
Partes relacionadas - circulante		(3.053.913)	(268.234)
Partes relacionadas - não circulante		(46.964.145)	(22.986.592)
		<u>(45.161.808)</u>	<u>(20.615.480)</u>
		<u>21.283</u>	<u>34.923</u>

11.2. Montantes incorridos durante o exercício

		Receita (Despesa)			
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Transações com acionista controlador					
Suzano Holding	Concessão de fianças e gastos administrativos	(5.945)	(12.723)	(5.945)	(12.723)
		(5.945)	(12.723)	(5.945)	(12.723)
Transações com empresas controladas e operações em conjunto					
Facepa	Venda de celulose	121.918	103.437		
Facepa	Compra de produtos	(13.311)	(96)		
Flória	Venda de papel e madeira	26.562			
Flória	Compra de celulose e madeira	(4.298)			
Flória Terminais					
Portuários SA	Serviços portuários	(221)			
Flória Terminal de Santos					
Futuragene	Serviços portuários	(62.533)			
	Reembolso de despesas	273	341		
Mucuri Energética	Geração e distribuição de energia	8.251	115		
Ornduram	Arrendamento de terras	18.706	(16.102)		
Paineiras	Arrendamento de terras	6.148	(7.218)		
Paineiras Logística	Agenciamento de transporte rodoviário	264.674	(274.947)		
Portocel	Serviços portuários	(19.140)			
Stenfar	Venda de papel	91.292	83.864		
Stenfar	Comissão de agente	(826)	(1.359)		
Sun Paper	Reembolso de despesas	(693)	337		
Suzano América	Reembolso de despesas	61	(502)		
Suzano Áustria	Reembolso de despesas	6.411			
Suzano Áustria	Encargos com empréstimos	(1.615.251)	(880.592)		
Suzano Europa	Encargos com empréstimos	(894.823)	(23.184)		
Suzano Internacional					
Tradina	Dividendos a receber	(13.394)			

— continua →



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)									
		Receta (Despesa)		Controladora		Consolidado			
Suzano International									
Trading	Venda de celulose	7.603.841							
Suzano International									
Trading	Encargos com empréstimos	(1.424.095)							
Suzano Trading	Venda de papel e celulose	6.189.120		8.764.428					
Suzano Trading	Encargos com empréstimos	(352.870)		(672.677)					
		9.845.802		7.075.845					
Transações com empresas do Grupo Suzano e outras partes relacionadas									
Administradores	Reembolso de despesas	(9.178)		541		(9.178)		541	
Bixma	Reembolso de despesas	10		10		10		10	
Bizma	Reembolso de despesas	10		10		10		10	
Ecofuturo	Serviços sociais	(5.272)		(4.184)		(5.272)		(4.184)	
Ibema	Venda de celulose	111.325		107.252		111.325		107.252	
Ibema	Compra de produtos	(7.744)		16		(7.744)		16	
IP L F	Reembolso de despesas	7		(31)		7		(31)	
Lazam	Venda de papel	7		(31)		7		(31)	
Maxex	Serviços de aviação	(100)		(390)		(100)		(390)	
Nemonorte	Consultoria imobiliária	(330)		(491)		(330)		(491)	
		88.733		102.727		88.733		102.727	
		10.028.590		7.165.849		82.788		90.004	
11.3. Remuneração dos administradores: As despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, incluindo o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva Estatutária, reconhecidas no resultado do exercício, estão apresentadas no quadro a seguir:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
Benefícios de curto prazo									
Salário ou pró-labore		38.913		47.278		39.459		48.663	
Benefícios diretos ou indiretos		1.746		2.736		1.747		2.828	
Bônus		8.007		16.412		8.007		16.752	
		48.666		66.426		49.213		68.243	
Benefícios de longo prazo									
Plano de remuneração baseado em ações		45.739		61.982		45.739		62.150	
		45.739		61.982		45.739		62.150	
		94.405		128.408		94.952		130.393	
Os benefícios de curto prazo incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias, gratificação obrigatória e 13º salário), encargos sociais (contribuições para seguridade social - INSS parte empresa) e remuneração variável como participação nos lucros, bônus e benefícios (veículo, assistência médica, vale-refeição, vale-alimentação, seguro de vida e plano de previdência privada). Os benefícios de longo prazo incluem o plano de opção de compra de ações e ações fantasmas para executivos e membros-chave da Administração, de acordo com as regulamentações específicas, conforme divulgado na nota 22.									
12. IMPOSTO DE RENDA ("IRPJ") E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO ("CSLL")									
A Companhia e suas subsidiárias integrais sediadas no Brasil, são sujeitas ao regime de tributação com base no lucro real. As subsidiárias integrais sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país. No Brasil, a Lei nº 12.973/14 revogou o artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158/01 e determina que a parcela do ajuste do valor do investimento em controlada, direta ou indireta, domiciliada no exterior, equivalente aos lucros por ela auferidos antes do imposto sobre a renda, excluindo a variação cambial, deverá ser computada na determinação do lucro real e na base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido da pessoa jurídica controladora domiciliada no Brasil, ao fim de cada ano. A Administração da Companhia acredita na validade das previsões dos tratados internacionais assinados pelo Brasil para evitar a dupla tributação. De modo a garantir seu direito à não tributação, a Companhia ingressou em abril de 2019 com ação judicial, que tem por objetivo a não tributação, no Brasil, do lucro auferido por sua subsidiária integral situada na Áustria, de acordo com a Lei nº 12.973/14. Em razão da decisão liminar concedida em favor da Companhia nos autos da referida ação judicial, a Companhia decidiu por não adicionar o lucro da Suzano International Trading GmbH, sediada na Áustria, na determinação do lucro real e na base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Companhia para o exercício de 2019. Não há previsão quanto ao imposto relativo ao lucro da referida subsidiária em 2019.									
12.1. Composição do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
Prejuízo fiscal		594.198		306.622		600.249		310.293	
Base negativa da contribuição social		144.416		6.627		146.346		6.627	
Provisão para passivos judiciais		252.087		101.667		265.571		101.667	
Provisões operacionais e para perdas diversas		881.594		286.616		933.818		286.616	
Variação cambial - Tributação pelo regime de caixa		2.001.942		534.093		2.001.942		534.093	
Perdas com derivativos		618.427		388.153		618.427		388.153	
Amortização da mais-valia oriunda da combinação de negócios		713.656		713.656		713.656		5.327	
Lucro não realizado nos estoques		293.322		227.830		293.322		227.830	
Arrendamento mercantil		2.922		6.196		2.922		6.196	
Outras diferenças temporárias				4.056				4.056	
Diferenças temporárias ativas		5.502.564		1.861.860		5.576.263		1.870.858	
Ágio - Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente		216.857		13.161		216.857		13.161	
Imobilizado - Custo atribuído		1.432.058		1.475.361		1.506.220		1.552.579	
Depreciação acelerada incentivada		1.113.200		1.196.182		1.113.200		1.196.182	
Custo de transação		104.549		23.145		104.549		23.145	
Valor justo dos ativos biológicos		67.178		112.768		53.502		112.768	
Provisão de IRCs sobre resultados das subsidiárias do exterior		463.850				463.850			
IRC/CS diferido sobre mais-valias valia alocado, líquido						502.347			
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS		43.559				43.559			
Demais diferenças temporárias		14.538		2.326		17.004		2.158	
Diferenças temporárias passivas		3.455.889		2.822.943		4.021.088		2.899.993	
Ativo não circulante		2.046.675				2.134.400		8.998	
Passivo não circulante				961.083		578.875		1.038.133	
Exceto os prejuízos fiscais, a base negativa da contribuição social e a depreciação acelerada incentivada que é alcançada somente pelo IRPJ, as demais bases tributáveis foram sujeitas à ambos impostos. A composição do prejuízo fiscal acumulado e da base negativa da contribuição social está apresentada a seguir:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
Prejuízo fiscal a compensar		2.376.794		1.226.488		2.400.998		1.241.172	
Base negativa da contribuição social a compensar		1.604.822		73.633		1.626.064		73.633	
A movimentação do saldo líquido das contas de impostos diferidos é apresentada a seguir:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
No início do exercício		(961.083)		(1.711.254)		(1.029.135)		(1.787.354)	
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾						1.034.842			
Incorporação da Fibria ⁽²⁾		1.364.363							
Prejuízo fiscal		287.576		(265.734)		270.559		(264.955)	
Base negativa da contribuição social		137.789		(23.203)		139.719		(23.203)	
(Reversão)provisão para passivos judiciais		25.547		(1.964)		31.262		(1.964)	
Provisões operacionais e para perdas diversas		(230.578)		82.785		(21.757)		82.785	
Variação cambial - Tributação pelo regime de caixa		510.408		451.300		552.421		451.300	
Perdas com derivativos		246.078		390.198		319.860		390.198	
Amortização da mais-valia oriunda da combinação de negócios		713.656				698.527		5.327	
Lucro não realizado nos estoques		65.492		124.454		65.492		124.454	
Arrendamento mercantil		(3.274)		(217)		(3.274)		69	
Ajuste a valor presente		174				174			
Aproveitamento fiscal sobre ágio não amortizado contabilmente		40.363		39.920		46.359		51.408	
Imobilizado - Custo atribuído		12.982		(13.067)		82.992		(13.067)	
Depreciação acelerada incentivada		10.988		(23.145)		44.727		(23.145)	
Custo de transação		(66.205)		(22.307)		(60.778)		(22.307)	
Provisão de IRCs sobre resultados das subsidiárias do exterior		53.256				(351.485)			
Créditos sobre exclusão do ICMS da base do PIS/COFINS		(43.659)				(43.659)			
Demais diferenças temporárias		(16.368)		4.075		18.189		4.243	
No fim do exercício		2.046.675		(961.083)		1.516.165		(1.029.135)	
12.2. Período estimado de realização: A projeção de realização dos impostos diferidos de natureza ativa, foi preparada com base nas melhores estimativas da Administração e nas projeções de resultados. Todavia, por envolverem diversas premissas que não estão sobre o controle da Companhia, como índices de inflação, volatilidade do câmbio, preços de celulose praticados no mercado internacional e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir daqueles considerados na preparação da projeção consolidada, conforme apresentado a seguir:									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido		(4.357.243)		152.849		(4.097.203)		163.241	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%		1.481.463		(51.969)		1.393.049		(55.504)	
Efeito tributário sobre diferenças temporárias									
Tributação (diferença) de lucros de controladas no exterior ⁽¹⁾		4.417		(160.252)		(24.933)		(97.439)	
Incentivo fiscal - Redução SUDENE ⁽²⁾				261.910				261.910	
Resultado de equivalência patrimonial		111.144		(35.358)		10.878		2.576	
Tributos em transações com controladas ("Thin capitalisation")		(95.003)		(2.553)		(95.003)		(2.553)	
Crédito Programa Reintegra		4.271		37.927		4.515		37.927	
Lucro não realizado em operações com controladas				124.453				16.786	
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda ⁽³⁾		18.919		20.505		18.919		20.505	
Gratificações dos diretores		(10.278)				(43.913)			
Doações/multas e outros		24.792		(28.693)		18.949		(28.694)	
		1.539.725		165.490		1.282.461		155.214	
Imposto de renda									
Corrente		(70.248)		(285.945)		(220.311)		(300.438)	
Diferido		1.198.452		464.519		1.693.200		604.703	
		1.127.794		188.574		972.889		304.265	
Contribuição social									
Corrente		(23.762)		(282.160)		(25.799)		(286.130)	
Diferido		435.663		249.076		435.371		137.079	
		411.901		(33.084)		409.572		(285.409)	
		1.539.725		165.490		1.282.461		155.214	
Resultado com efeito de imposto de renda e contribuição social nos exercícios				35%		(108%)		31%	
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL									
12.3. Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido									
		Controladora		Consolidado					
		31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido		(4.357.243)		152.849		(4.097.203)		163.241	
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%		1.481.463		(51.969)		1.393.049		(55.504)	
Efeito tributário sobre diferenças temporárias									
Tributação (diferença) de lucros de controladas no exterior ⁽¹⁾		4.417		(160.252)		(24.933)		(97.439)	
Incentivo fiscal - Redução SUDENE ⁽²⁾				261.910				261.910	
Resultado de equivalência patrimonial		111.144		(35.358)		10.878		2.576	
Tributos em transações com controladas ("Thin capitalisation")		(95.003)		(2.553)		(95.003)		(2.553)	
Crédito Programa Reintegra		4.271		37.927		4.515		37.927	
Lucro não realizado em operações com controladas				124.453				16.786	
Incentivos fiscais aplicáveis ao imposto de renda ⁽³⁾		18.919		20.505		18.919		20.505	
Gratificações dos diretores		(10.278)				(43.913)			
Doações/multas e outros		24.792		(28.693)		18.949		(28.694)	
		1.539.725		165.490		1.282.461		155.214	
Imposto de renda									
Corrente		(70.248)		(285.945)		(220.311)		(300.438)	
Diferido		1.198.452		464.519		1.693.200		604.703	
		1.127.794		188.574		972.889		304.265	
Contribuição social									
Corrente		(23.762)		(282.160)		(25.799)		(286.130)	
Diferido		435.663		249.076		435.371		137.079	
		411.901		(33.084)		409.572		(285.409)	
		1.539.725		165.490		1.282.461		155.214	
Resultado com efeito de imposto de renda e contribuição social nos exercícios									
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL				35%		(108%)		31%	
12.4. Incentivos Fiscais: A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro líquido (lucro da exploração e lucro das unidades de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA). O valor de dedução do imposto de renda referente à utilização do benefício do PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador") e de doações realizadas em projetos de caráter cultural e esportivo.									
12.5. Incentivos Fiscais: A Companhia possui incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE") nas regiões de Mucuri (BA) e Imperatriz (MA). O incentivo de redução do IRPJ é calculado com base no lucro líquido (lucro da exploração e lucro das unidades de Mucuri/BA e de Imperatriz/MA). O valor de dedução do imposto de renda referente à utilização do benefício do PAT ("Programa de Alimentação ao Trabalhador") e de doações realizadas em projetos de caráter cultural e esportivo.									
13. ATIVOS BIOLÓGICOS									
A movimentação dos ativos biológicos está demonstrada a seguir:									
		Controladora		Consolidado					
		4.700.344		4.546.897					
Saldo em 31 de dezembro de 2017									
Exaustão		1.309.298		1.285.490					
Perda na atualização do valor justo		(129.187)		(129.187)					
Alineação		(47.124)		(47.124)					
Outras baixas		(12.624)		(12.624)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018		5.111.160		4.935.905					
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾									
Incorporação da Fibria ⁽²⁾		4.355.102		2.849.039					
Adição		2.252.707		1.905.118					
Exaustão		(177.368)		185.339					
Ganho na atualização do valor justo									
Transferência entre unidades		(57.098)		(23.764)					
Alineação		(51.823)		(23.764)					
Outras baixas		(48.137)		(48.683)					
Saldo em 31 de dezembro de 2019		10.326.622		10.571.499					
(1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.									
(2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.									
O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46/IFRS - Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo. As principais premissas, IMA, taxa de desconto e preço de venda, destinam-se como sendo as de maior sensibilidade onde aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo. Os ativos biológicos da Companhia são compostos principalmente de florestas de eucalipto de reforestamento, utilizadas para fornecer madeira às unidades fabris de celulose e papel e estão localizadas nos Estados de São Paulo, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí e Tocantins. As áreas de preservação permanente e reserva legal não foram incluídas na mensuração do valor justo devido à sua natureza. O valor justo das florestas é determinado trimestralmente pelo método da renda ("income approach") utilizando o modelo de custo de caixa descontado. As premissas utilizadas na mensuração do valor justo dos ativos biológicos foram: i) Ciclo médio de formação florestal de 6 e 7 anos; ii) Áreas útils plantadas de florestas a partir do 3º ano de plantio; iii) O Incremento Médio Anual ("IMA") que consiste no volume estimado de madeira com casca em m³ por hectare, aplicado com base no material genético aplicado em cada região, práticas silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo; iv) O custo padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas, acrescidos do custo dos contratos de arrendamento de terras e do custo de oportunidade									



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

14. INVESTIMENTOS

14.1. Composição dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto	10.231.110	1.332.432	140.934	14.338
Mais-valia de ativos na aquisição de controladas	1.074.673			
Investimentos - Ágio	280.796	112.889	161.464	
Outros investimentos avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	20.048		20.048	
	11.606.627	1.445.321	322.446	14.338

14.2. Investimentos em controladas, coligadas, operações em conjunto e negócios em conjunto

	Participação da Companhia		No resultado do exercício	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Informações das entidades em 31/12/2019				
Patrimônio líquido do exercício				
Resultado societária (%)				

Controladas, coligadas, operações em conjunto

No Brasil						
Asaplir Produção Florestal e Comércio	4.257	(3.909)	100,00%	2.880	4.107	(3.508)
AGFA - Com. Adm. e Participações	28.100	(1.040)	100,00%	28.100	31.725	(1.040)
Facapa - Fábrica de Papel da Amazônia	96.051	(3.082)	64,04%	61.511	153.997	(1.974)
Fibra	53.928	4.296	100,00%	53.928	49.755	4.296
Mucuri Energética	64.866	13.104	100,00%	64.866	13.104	10.790
Orndum Empreendimentos	207.791	5.086	100,00%	207.791	158.559	5.086
Imobiliários	11.666	4.221	100,00%	11.666	4.221	(588)
Comercial e Agrícola						
Paineiras	48.524	1.591	100,00%	48.524	47.021	1.591
Paineiras Logística e Transporte	208	30	100,00%	208	30	
Maxcel Empreendimentos e Participações	191.510	1.691	100,00%	191.510		1.691
Fibra Terminal de Celulose	801.354	(2.504)	100,00%	801.354		(2.504)
F&E Participações do Brasil (1)	145.369	7.639	51,00%	74.138		3.896
Portoel - Terminal Esp. Barra do Rio	4.574	75	100,00%	4.574		75
Projetos Especiais e Investimentos (1)	2.688.534	44.060	50,00%	1.344.267		22.030
Veracel Celulose (1)						
No exterior						
Stentor	23.727	(2.536)	90,00%	21.363	2.413	(2.263)
Sun Paper and Board		(103)	100,00%		4.913	(103)
Suzano Pulp and Paper América	66.131	5.419	100,00%	66.131	5.419	5.073
Suzano Pulp and Paper Áustria	20.664	20.852	100,00%	20.664	20.852	(1.964)
Suzano Pulp and Paper Europa	191.954	102.515	100,00%	191.954	102.515	2.946
Suzano Trading	834.772	(138.787)	100,00%	834.772	865.538	(138.787)
Suzano Luxembourg		(243)	100,00%		66	(243)
Fibra Celulose (USA) Inc. (1)	164.629	14.096	100,00%	164.629	14.096	
Suzano Canada (1)	17.151	(10.915)	100,00%	17.151		(10.915)
Suzano International Trade (1)	5.828.757	26.557	100,00%	5.828.757	26.557	
Fibra Overseas Finance (1)	49.184	10.292	100,00%	49.184	10.292	
Fibra Overseas Holding (1)		(213)	100,00%			(213)
Suzano Trading International (1)	252	(268)	100,00%	252		(268)
Ensyn Corporation (2)		25,30%		21.437		2.860
Spinova Oy (2)		24,00%		86.969		(1.332)
	10.198.580	1.318.094		306.452	264.799	

14.3. Movimentação dos investimentos - Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2017						
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017						
Resultado de equivalência patrimonial						
Variação cambial em investimentos						
Aquisição de controladas						
Amortização de intangíveis e imobilizado de controladas						
Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas						
Aumento de capital em controladas						
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2018						
Saldo em 31 de dezembro de 2018						
Resultado de equivalência patrimonial						
Dissolução da Sun Paper e Suzano Luxembourg						
Incorporação da Fibra						
Reversão da provisão para perda						
Dividendos a receber						
Hiperinflação em controladas						
Lucros não realizados nos estoques						
Variação cambial em investimentos						
Aquisição de controladas - Fibra						
Ajuste de combinação de negócios com a Facapa						
Incorporação de controladas - Fibra						
Reserva de reavaliação de ativos						
Aumento de capital em controladas com caixa						
Aumento de capital em controladas com ativo imobilizado						
Outras movimentações						
Mais-valia - Aquisições						
Aquisições e intangíveis de controladas, líquido						
Efeito de incorporação de mais valia de aquisição de controlada						
Amortização de intangíveis e imobilizado de controladas						
Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas						
Mais-valia - Ágio Facapa						
Atualização da participação em outros investimentos						
Saldo em 31 de dezembro de 2019						

(1) Em decorrência da incorporação da entidade legal Fibra Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2, o resultado da equivalência patrimonial consiste em apenas 6 meses. (2) Investimento pelo qual a Companhia passou a ter influência significativa e, portanto, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, conforme divulgado na nota 3.1.5.

14.4. Movimentação dos investimentos - Controladora

Saldo em 31 de dezembro de 2017						
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2017						
Resultado de equivalência patrimonial						
Variação cambial em investimentos						
Aquisição de controladas						
Amortização de intangíveis e imobilizado de controladas						
Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas						
Aumento de capital em controladas						
Provisão para perda em 31 de dezembro de 2018						
Saldo em 31 de dezembro de 2018						
Resultado de equivalência patrimonial						
Dissolução da Sun Paper e Suzano Luxembourg						
Incorporação da Fibra						
Reversão da provisão para perda						
Dividendos a receber						
Hiperinflação em controladas						
Lucros não realizados nos estoques						
Variação cambial em investimentos						
Aquisição de controladas - Fibra						
Ajuste de combinação de negócios com a Facapa						
Incorporação de controladas - Fibra						
Reserva de reavaliação de ativos						
Aumento de capital em controladas com caixa						
Aumento de capital em controladas com ativo imobilizado						
Outras movimentações						
Mais-valia - Aquisições						
Aquisições e intangíveis de controladas, líquido						
Efeito de incorporação de mais valia de aquisição de controlada						
Amortização de intangíveis e imobilizado de controladas						
Imposto diferido sobre amortização de aquisições e intangíveis de controladas						
Mais-valia - Ágio Facapa						
Atualização da participação em outros investimentos						
Saldo em 31 de dezembro de 2019						

14.4. Combinação de negócios com a Fibra: Para determinação dos critérios contábeis de registro das transações com a Fibra, foram observados os dispostos no CPC 15 (R1) / IFRS 3 - Combinação de Negócios e o ICP 09 (R2) - Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas. Os custos diretos relacionados à operação, foram registrados nas rubricas de despesas gerais e administrativas, totalizaram aproximadamente R\$100.387, substancial-

mente composto por despesas com honorários advocatícios, auditoria e outros serviços de consultoria. Os ativos líquidos foram avaliados pela Administração e avaliadores independentes foram contratados para auxiliar na determinação dos seus valores justos. A metodologia adotada para a determinação da mais valia, está descrita na nota 1.2.1. Os ativos e passivos foram avaliados pelos profissionais independentes para fins de atribuição de valor justo e alguns se qualificaram para registro de acordo com os critérios do CPC 04 (R1) / IAS 38 - Ativo Intangível. Conforme divulgado na nota 1.2.1, em 3 de janeiro de 2019, a Suzano adquiriu o controle da Fibra. Os ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo estão apresentados abaixo em milhares de reais:

Ativo	Valor justo	Passivo	Valor justo
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes	1.795	Empréstimos e financiamentos	3.136
Aplicações financeiras	4.316	Instrumentos financeiros derivativos	276
Instrumentos financeiros derivativos	211	Passivos de arrendamento	376
Contas a receber de clientes	1.302	Contas a pagar fornecedores	3.427
Estoques	6.187	Salários e encargos sociais	402
Impostos a recuperar	261	Impostos e taxas a recolher	129
Outros ativos	213	Dividendos a pagar	6
		Outros passivos	126
	14.285	Total do passivo circulante	7.878

Total ativo circulante		Total do passivo circulante	
Não circulante		Não circulante	
Aplicações financeiras	173	Empréstimos e financiamentos	17.591
Instrumentos financeiros derivativos	455	Passivos de arrendamento	2.599
Impostos a recuperar	988	Instrumentos financeiros derivativos	126
Adiantamento a fornecedores	604	Provisão para contingências, líquida	3.182
Depósitos judiciais	210	Impostos diferidos - passivos	558
Impostos diferidos	1.567	Outros passivos	251
Outros ativos	227	Total do passivo não circulante	24.307
	4.224	Total do passivo	32.185
Investimentos	200		
Ativos biológicos	4.580		
Ativo imobilizado	24.961		
Direito de uso	2.916		
Ativo Intangível			
Demais intangíveis	309		
Carteira de clientes	9.031		
Software	21		
Cultivares	143		
Contratos de fornecedores	172		
Concessão	749		
Mais-valia de contratos de arrendamentos mercantis	44		
Ágio alocado na adquirente	7.897		
	51.023		
	55.247		
Total do ativo não circulante	59.532	Total do passivo e patrimônio líquido	69.532

Durante o processo de mensuração dos ativos adquiridos e passivos assumidos a valor justo, a Companhia identificou ajustes a valor justo de alguns ativos e passivos, conforme descrito abaixo, entretanto não houve nenhum ajuste no ágio. (i) aumento em direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R\$72 milhões; (ii) reclassificação de outros passivos para passivo de arrendamento no valor de R\$142 milhões; e (iii) reclassificação de ativo imobilizado para ativo de direito de uso, no valor de R\$83 milhões.

15. IMOBILIZADO

	Controladora				
	Terrenos	Imóveis e instalações	Máquinas, equipamentos e instalações em andamento	Imobilizado Outros (1)	Total
Custo	3	5	10 a 20		
Taxa de depreciação média anual %					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.029.236	2.813.389	15.834.554	483.735	278.068
Adições	2	1.015	135.109	1.320.297	24.769
Baixas	(32.321)	(6.943)	(67.068)	(1.199)	(107.531)
Transferências e outros (2)	750.824	121.515	437.542	(1.335.341)	14.199
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.747.741	2.938.976	16.340.137	468.691	315.837
Adições	135.253	4	115.446	1.216.019	31.073
Baixas	(88.381)	(26.807)	(83.147)	(28.260)	(226.595)
Incorporação Fibra (3)	2.154.948	3.277.913	19.164.139	501.989	29.305
Mais-valia - Combinação de negócios com a Fibra	2.113.823	1.176.020	4.493.388	193.337	7.976.568
Transferências e outros (2)	(675.618)	314.295	455.555	(1.251.099)	57.451
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.387.766	7.680.401	40.483.518	935.600	866.743
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(828.581)	(6.539.934)		(189.362)	(7.557.877)
Adições	(75.901)	(752.178)		(28.664)	(856.743)
Baixas	1.262	60.436		196	61.894
Transferências e outros (2)	8	(7.230.285)		(1.391)	(8.357.229)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(903.212)	(7.230.285)		(219.229)	(8.357.229)
Adições	(184.812)	(1.801.655)		(72.989)	(2.059.456)
Baixas	18.921	47.836		8.602	75.359
Incorporação Fibra (3)	(1.487.141)	(9.058.107)		(137.211)	(10.682.459)
Mais-valia - Combinação de negócios com a Fibra	(41.681)	(468.062)		(15.818)	(525.561)
Transferências e outros (2)	29.716	598.809		(91.011)	537.514
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(2.568.209)	(17.911.464)		(527.656)	(21.007.329)
Valor residual	4.747.741	2.035.764	9.109.852	468.691	96.608
Saldo em 31 de dezembro de 2018	4.747.741	2.035.764	9.109.852	468.691	96.608
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.387.766	5.112.192	22.572.054	935.600	339.087

(1) Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática. (2) Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso e estoques. (3) Incorporação da entidade legal Fibra Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

	Consolidado				
	Terrenos	Imóveis e instalações	Máquinas, equipamentos e instalações em andamento	Imobilizado Outros (1)	Total
Custo	3	5	10 a 20		
Taxa de depreciação média anual %					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	4.348.593	2.815.673	15.846.331	483.735	288.395
Adições	705	2.319	143.058	1.323.122	25.913
Aquisição Facapa	7.446	18.505	46.165	3.395	1.920
Aquisição PCH	4.291	102.176	3.831	2	110.326
Baixas	(34.523)	(8.654)	(67.280)	(1.183)	(111.640)
Mais/menos valia Facapa	27.381	(3.014)	27.506	(4.880)	49.814
Transferências e outros (2)	750.824	131.515	441.420	(1.339.218)	14.197
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.104.717	3.058.520	16.441.031	468.156	332.089
Adições	337.932	1.943	136.856	1.477.420	47.524
Baixas	(92.705)	(36.276)	(172.458)	(1.462)	(34.858)
Combinação de negócios com a Fibra (3)	2.151.338	3.918.552	20.255.811	425.868	454.759
Mais/menos valia Fibra	2.637.671	1.502.021	5.109.939	195.684	9.445.315
Mais/menos valia Facapa	3.072			(883)	2.078



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Consolidado					Taxa média anual de amortização				
	Terrenos	Imóveis	Máquinas, equipamentos e instalações em andamento	Imobilizado	Outros ⁽¹⁾					
Depreciação										
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(829.821)	(6.545.959)		(195.718)					
Adições		(78.264)	(760.634)		(29.844)					
Baixas		1.462	60.506		196					
Mais/menos valia Facepa			(3.447)		(731)					
Transferências e outros ⁽²⁾		7	1.391		(1.398)					
Saldo em 31 de dezembro de 2018		(906.616)	(7.248.143)		(227.495)					
Adições		(255.888)	(2.123.193)		(91.170)					
Baixas		26.886	115.732		13.944					
Combinação de negócios com a Fibria ⁽³⁾		(1.804.967)	(9.552.825)		(249.087)					
Mais/menos valia Fibria		(63.495)	(543.468)		(17.364)					
Mais/menos valia Facepa		(5.742)	(6.481)		(95)					
Mais/menos valia Ibeama			(593)		(593)					
Transferências e outros ⁽²⁾		29.906	508.585		9.547					
Saldo em 31 de dezembro de 2019		(2.979.916)	(18.850.386)		(561.720)					
Valor residual										
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.104.717	2.151.904	9.192.888	466.156	104.594					
Saldo em 31 de dezembro de 2019	10.321.574	6.787.873	23.670.191	969.701	371.606					

⁽¹⁾ Inclui veículos, móveis e utensílios e equipamentos de informática. ⁽²⁾ Contempla a transferência realizada entre as rubricas de ativo imobilizado, intangível, direito de uso e estoques. ⁽³⁾ Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 3 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

A análise de índices de perda no valor recuperável do ativo imobilizado foi efetuada em 2019 e não foram identificados ajustes para refletir redução do valor recuperável (impairment). **15.1. Bens oferecidos em garantia:** Em 31 de dezembro de 2019, os bens do ativo imobilizado que foram oferecidos em garantia em operações de empréstimos e processos judiciais, composto substancialmente pelas unidades de Aracruz, Imperatriz, Limeira, Mucuri, Suzano e Três Lagoas totalizava R\$24.985.741 (R\$11.505.386 composto substancialmente pelas unidades de Imperatriz, Limeira, Mucuri e Suzano em 31 de dezembro de 2018). **15.2. Custos capitalizados:** O montante dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$3.453 na controladora e R\$4.213 no consolidado (R\$1.772 na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2018). A taxa média ponderada utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi 9,50% a.a. na controladora e no consolidado (6,55% a.a. na controladora e no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

16. INTANGÍVEL
16.1. Ativos intangíveis com vida útil indefinida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Vale Florestar	45.435	45.435	45.435	45.435
Paineiras Logística ⁽¹⁾		10		10
PCHM ⁽¹⁾				307
FACEPA	7.897.051		7.897.051	
Fibria ⁽²⁾	1.196	1.196	1.196	1.196
Outros ⁽³⁾	7.943.682	46.641	8.063.014	159.530

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia testou os ágios por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) oriundos das combinações de negócios com a PCH Mucuri e Paineiras Logística e constatou que houve uma redução ao valor recuperável (impairment) no valor total de R\$317 reconhecido em outros resultados operacionais. ⁽²⁾ Alocação do preço de compra está divulgado na nota 1.2.2. ⁽³⁾ O valor de R\$1.196 na controladora e consolidado, referem-se a outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, tais como servidão de passagem de estrada e energia elétrica, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

Os ágios apresentados acima estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações, após alocação dos ativos identificados. O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura alocado foi alocado às unidades geradoras de caixa estão divulgados na nota 29.4 O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado anualmente com base no método de fluxo de caixa descontado. Em 2019, foram utilizados como base, o planejamento orçamentário, estratégico e financeiro da Companhia com projeções de crescimento até o ano de 2024 e perpetuidade média da unidade geradora de caixa considerando uma taxa nominal 3,0% a.a. a partir desta data, baseados no histórico dos últimos anos, bem como as projeções econômico-financeiras de cada mercado em que a Companhia atua, além de informações oficiais de instituições independentes e governamentais. A taxa de desconto nominal utilizada pela Administração para a elaboração do fluxo de caixa descontado foi de 9,1% a.a., sendo calculada com base no custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). As premissas apresentadas na tabela abaixo também foram adotadas:

	2020	2021	2022	2023	2024
Preço líquido médio da celulose - Mercado externo (USD/t)					
Ásia	502,30	670,00	767,00	577,00	588,60
Europa	506,70	603,00	691,80	553,90	565,00
América do Norte	559,40	638,90	733,00	586,80	598,60
América Latina	545,50	660,40	757,60	606,60	618,70
Preço líquido médio da celulose - Mercado interno (USD/t)	439,50	631,00	723,90	579,60	600,10
Taxa de câmbio médio (R\$/U.S.\$)	3,94	3,92	3,96	4,02	4,08
Taxa de desconto (depois dos impostos)	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.	9,1% a.a.
Taxa de desconto (antes dos impostos)	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.	12,5% a.a.

Com base nas análises da Administração, efetuadas em 2019, não foram identificados ajustes para redução dos saldos dos ativos ao valor recuperável (impairment).

16.2. Ativos intangíveis com vida útil definida:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
No início do exercício	59.265	66.693	180.311	141.785
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾			308.681	
Incorporação Fibria ⁽²⁾	118.920			
Adições	14.611	7.117	17.715	7.983
Mais-valia Facepa				53.477
Mais-valia Ibeama			702	
Amortização	(46.281)	(23.490)	(74.332)	(44.340)
Ajuste a valor justo da combinação de negócios com a Fibria	10.159.550		10.159.550	
Relacionamento com clientes	9.030.779		9.030.779	
Contratos de fornecedores	172.094		172.094	
Contratos serviços portuários	694.590		694.590	
Concessão portos	54.470		54.470	
Contratos arrendamentos	44.371		44.371	
Cultivares	142.744		142.744	
Software	20.502		20.502	
Ajuste a valor justo da combinação de negócios com a Fibria - Amortização	(956.577)		(956.577)	
Relacionamento de clientes	(820.980)		(820.980)	
Contratos de fornecedores	(72.097)		(72.097)	
Contratos serviços portuários	(29.362)		(29.362)	
Concessão de portos	(2.147)		(2.147)	
Contratos arrendamentos	(7.499)		(7.499)	
Cultivares	(20.392)		(20.392)	
Software	(4.100)		(4.100)	
Amortização da mais-valia - Facepa			(15.430)	
Amortização da mais-valia - Ibeama			(24)	
Variação cambial			2.930	12.461
Transferências e outros	18.764	8.945	26.263	8.945
No final do exercício	9.368.252	59.265	9.649.789	180.311

Representados por				
Marcas e patentes	5 a 10	4.840	509	20.649
Softwares	20	105.337	58.756	119.265
Relacionamento com clientes	2,5 a 5			7.393
Acordo de não competição	5			2.150
Acordo de pesquisa e desenvolvimento	19	1.687		74.643
Desenvolvimento e implantação de sistemas	20			1.687
Direito de exploração - Concessão terminal de Macuco	4			166.932
Relacionamento com fornecedor - Produtos químicos	5	51.562		51.562
Outros		1.853		1.857
Intangíveis adquiridos na combinação de negócios com a Ibeama				678
Intangíveis adquiridos na combinação de negócios com a Fibria				9.202.973
Carteira de clientes	9	8.209.799		8.209.799
Contratos de fornecedores	13 a 100	99.997		99.997
Contratos serviços portuários	4	665.228		665.228
Concessão de portos	4	52.324		52.324
Contratos arrendamentos	17	36.871		36.871
Cultivares	14	122.352		122.352
Software	20	16.402		16.402
		9.368.252	59.265	9.649.789
				180.311

⁽¹⁾ Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. ⁽²⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

As amortizações de contrato de fornecedores e serviços portuários, concessão de portos, contratos de arrendamento e cultivares são registradas no custo das vendas, a amortização com relacionamento com clientes nas despesas comerciais, amortizações de marcas e patentes, acordo de não competição, acordo de pesquisa e desenvolvimento e desenvolvimento e implantação de sistemas nas despesas administrativas, enquanto que as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais.

17. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em moeda nacional				
Partes relacionadas (empresas controladas)	54.516			
Partes relacionadas (empresas do Grupo Suzano)		1.804	2.478	1.804
Terceiros	1.041.279	539.730	1.288.774	558.041
Em moeda estrangeira				
Terceiros ⁽¹⁾	25.169	52.634	1.085.207	72.720
	1.120.964	694.168	2.376.459	632.565

⁽¹⁾ A Companhia possuía um contrato de fornecimento (take or pay) com a empresa Klabin S.A., em condições diferenciadas em termos de volume, exclusividade, garantias e prazos de pagamento em até 360 dias, sendo que os preços foram praticados em condições de mercado, conforme estabelecido contratualmente. Seguindo as exigências impostas pela autoridade concorrential da União Europeia, o contrato com a Klabin teve seu término antecipado para o mês de julho de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$936.687 no consolidado refere-se às compras de celulose da Klabin.

18. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES
18.1. Abertura por modalidade:

	Encargos anuais	Indexador	médios - %	Circulante		Não circulante		Controladora	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Modalidade									
Em moeda estrangeira									
BNDES	UMBDES	6,9	3.440	21.577		139.924		3.440	161.501
Finnvera	Líbor			236.385		560.689			797.074
Arrendamento mercantil	US\$				5.608		12.617		18.225
Créditos de exportação ("Pré-pagamento" / ACC)	Líbor/Fixo	3,3	1.045.681	1.896.717	149.461	274.672	1.195.142	2.171.389	
			1.049.121	2.160.287	149.461	987.902	1.198.582	3.148.189	
Em moeda nacional									
BNDES	TJLP	7,8	271.308	25.221	1.448.310	147.373	1.719.618	172.594	
BNDES	TLP	9,2	18.404		441.233		459.637		
BNDES	Fixo	5,2	33.477		54.897	67.796	88.374	87.784	
BNDES	SELIC	5,9	78.458		718.017		796.475		
FINAME	Fixo	6,4	494	970	1.520	2.010	2.014	2.980	
BNB	Fixo	6,7	37.815	25.038	156.904	191.976	194.719	217.014	
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI / IPCA	5,9	2.860.938	789.892	2.952.451	1.588.987	5.813.389	2.378.879	
NCE ("Nota de crédito à exportação")	CDI	6,2	131.914	93.001	1.270.065	1.327.378	1.401.979	1.420.379	
Cédula de produtor rural	CDI	7,6	5.840	6.809	273.303	273.029	279.143	279.838	
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	Fixo	6,2	77.694		1.312.586		1.390.280		
Fundo Centro-Oeste, Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e FINEP	Fixo	8,0	76.596	7.725	475.905	5.135	552.501	12.860	
Fundo de direitos creditórios ("FIDC")					22.054			22.054	
Outros (Revolving, Capital de giro e Fundo de desenvolvimento Industrial ("FDI"))	Fixo	0,4	265	69			265	69	
Debêntures	CDI	6,7	9.997	1.297	5.412.035	4.662.156	5.422.032	4.663.453	
			3.603.200	992.064	14.517.226	8.265.840	18.120.426	9.257.904	
			4.652.321	3.152.351	14.666.687	9.253.742	19.319.008	12.406.093	
Juros sobre financiamento			210.012	345.988	136.799		346.811	345.988	
Financiamentos captados a longo prazo			4.442.309	2.806.363	14.529.888	9.253.742	18.972.197	12.060.105	
			4.652.321	3.152.351	14.666.687	9.253.742	19.319.008	12.406.093	

SALVADOR, **QUINTA-FEIRA**, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

→ *continuação*

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Consolidado												Consolidado			
Encargos anuais			Circulante		Não circulante		Total					2027 em diante		Total	
Modalidade	Indexador	médios - %	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Em moeda estrangeira															
BND\$ES	UMBND\$ES	Fixo	6,6	26.307	21.577	27.620	139.940	53.927	161.517						27.620
Bonds	Fixo	5,47	6.170	216.624	27.375.673	11.189.403	28.015.850	11.406.027			2.402.437	237.961	2.812.354	19.018.901	27.265.673
Empréstimo sindicalizado	Libor	2,7	29.268	37.546	12.269.251	11.787.588	12.298.519	11.825.134							12.298.519
Finaverra / EKN	Libor			236.385		560.689		797.074							
Arrendamento mercantil	US\$			5.608		12.617		18.225							
Créditos de exportação ("Pré-pagamento / ACC")	Libor/Fixo	4,1	1.965.600	1.896.717	3.162.227	274.673	5.127.827	2.171.390							
Outros			3.481				3.481								
			2.664.833	2.414.457	42.834.771	23.964.910	45.499.804	26.379.367							
Em moeda nacional															
BND\$ES	TJLP	7,8	283.658	28.867	1.517.649	183.269	1.801.307	212.136							
BND\$ES	TLP	9,2	18.404		441.233		456.637								
BND\$ES	Fixo	5,2	39.325	26.119	77.333	95.034	116.658	121.153							
BND\$ES	SELIC	5,9	78.458		718.017		796.475								
FINAME	Fixo	6,8	4.781	970	9.564	2.010	14.345	2.980							
BNB	Fixo	6,7	37.815	25.038	156.904	191.976	194.719	217.014							
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")	CDI/IPCA	5,9	2.860.938	789.892	2.952.451	1.588.986	5.813.389	2.378.878							
NCE ("Nota de crédito à exportação")	CDI	6,2	131.914	93.001	1.270.065	1.327.378	1.401.979	1.420.379							
Crédito de produtor rural	CDI	7,6	5.840	6.809	273.303	273.029	279.143	279.838							
Créditos de exportação ("Pré-pagamento")	Fixo	6,2	77.694		1.312.586		1.390.280								
FDQ ("Fundo Centro-Oeste")															
FDQC ("Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste") e FINEP															
("Financiadora de Estudos e Projetos")	Fixo	8,0	76.596	7.725	475.905	5.135	552.501	12.860							
Outros (Custos Revolving, Capital de giro e FDI)	Fixo	0,4	954	10.467	4.559	16.930	5.513	27.397							
Fundo de direitos creditórios (FIDC)	Fixo			22.054				22.054							
Mais valor combinação de negócios com a Fibria			(63.256)			(63.256)									
Debêntures	CDI	6,7	9.997	1.297	5.412.035	4.662.156	5.422.032	4.663.453							
Juros sobre financiamento			3.563.118	1.012.239	14.621.934	8.345.903	18.184.722	9.358.142							
Financiamentos captados a longo prazo			6.227.951	3.426.698	97.456.375	32.310.813	63.684.326	35.737.509							
			886.886	345.988	136.799		1.023.685	345.988							
			5.341.065	3.080.708	57.319.576	32.310.813	62.660.641	35.391.521							
			6.227.951	3.426.698	97.456.375	32.310.813	63.684.326	35.737.509							
18.2. Movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures:															
			Controladora		Consolidado										
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2019	31/12/2018								
No início do exercício			12.406.953	5.441.047	16.377.509	12.191.856	12.191.856								
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾					20.667.096										
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾			8.955.570												
Reclassificação para conta a pagar de arrendamento mercantil ⁽¹⁾			(18.225)												
Captações líquidas de custo, aqui e deságio			6.758.082	8.041.925	16.993.837	25.539.994									
Combinação de negócios com a PCH/Facepa						79.923									
Juros apropriados			1.227.079	345.519	3.362.250	339.278									
Varejo cambial, líquida			194.934	358.925	1.781.562	1.457.989									
Liquidação de principal			(9.051.703)	(1.508.610)	(13.394.708)	(8.738.577)									
Liquidação de juros			(1.195.478)	(298.097)	(2.977.957)	(669.088)									
Mais valor - Combinação de negócios com Fibria					(63.256)										
Arrendamento de custo de captação, aqui e deságio			127.571	25.383	185.807	36.134									
Outras			5.685		10.411										
No fim do exercício			19.319.008	12.406.953	63.684.326	35.737.509									
(1) Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. (2) Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. (3) Em 01 de janeiro de 2019, o saldo do arrendamento mercantil foi reclassificado para a rubrica conta a pagar de arrendamento, decorrente da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 pela Companhia.															
18.3. Cronograma de vencimentos - não circulante:															
			Controladora												
			2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total					
Em moeda estrangeira															
BND\$ES															
Créditos de exportação			136.320	13.141						149.461					
			136.320	13.141						149.461					
Em moeda nacional															
BND\$ES - TJLP			262.453	255.502	255.755	225.035	280.550	165.560	3.455	1.448.310					
BND\$ES - TLP			18.866	18.866	18.866	18.866	17.618	20.120	328.031	441.233					
BND\$ES - Fixo			22.870	18.478	13.549					54.897					
BND\$ES - Selic			76.117	73.304	96.312	88.348	210.392	173.545		718.017					
FINAME			490	490						1.521					
BNB			35.285	33.201	35.285	33.002	10.285	9.847		156.905					
CRA ("Certificado de Recebíveis do Agronegócio")				1.512.680	1.439.771					2.952.451					
NCE ("Nota de crédito à exportação")										2.378.878					
Crédito de produtor rural										1.420.379					
Créditos de exportação										1.420.379					
FCO, FDCO e FINEP			67.986	67.986	67.986	67.986	67.986	67.986		475.905					
Debêntures			484.067	1.980.507	1.928.014	1.745.874	3.705.681	3.526.433	1.146.650	14.517.226					
			620.387	1.993.648	1.928.014	1.745.874	3.705.681	3.526.433	1.146.650	14.666.687					

continua



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

19. ARRENDAMENTO MERCANTIL

19.1. Ativo de direito de uso: Conforme descrito na nota 3.1.1, a Companhia adotou o CPC 06(R2) / IFRS 16 e aplicou a norma de forma retrospectiva e com o efeito cumulativo da adoção registrado na data da aplicação inicial. Consequentemente, os períodos comparativos não foram representados. Em 01 de janeiro de 2019, foram contabilizados os valores correspondentes ao direito de uso dos contratos vigentes, em montantes equivalentes ao valor presente das obrigações assumidas junto às contrapartes. A amortização desses saldos se dará conforme os prazos definidos para os arrendamentos. Com exceção aos contratos de terrenos que são prorrogados automaticamente por igual período por meio de notificação ao arrendador, para os demais não são permitidas renovações automáticas e por prazo indeterminado, assim como o exercício da extinção contratual é um direito de ambas as partes. A Companhia não possui registrados contratos de arrendamento com cláusulas de (i) pagamentos variáveis que sejam baseados na performance dos ativos arrendados (ii) garantia de valor residual (iii) restrições, como por exemplo, obrigação de manter coeficientes financeiros. Adicionalmente, foi reconhecido nesta rubrica o valor residual do direito de uso dos contratos já classificados anteriormente como arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 / IAS 17 e que eram reconhecidos na rubrica o ativo imobilizado até 31 de dezembro de 2018, sendo reclassificado o montante de R\$89.338 na adoção inicial. O efeito da adoção para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é apresentado abaixo:

	Controladora				
	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018					959.722
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	912.666	5.690	41.366		959.722
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	808.736	134.749		1.357.942	2.301.427
Adições	260.982	1.529	39.794	612.022	914.327
Amortizações ⁽²⁾	(217.412)	(12.309)	(34.028)	(90.068)	(353.817)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.764.972	129.659	43.111	1.879.896	3.817.638

⁽¹⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽²⁾ O montante de R\$261.084 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

	Terras e terrenos	Máquinas e equipamentos	Imóveis	Navios e embarcações	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018						3.357.850
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	1.762.943	143.685	41.570	1.406.640	1.012	3.357.850
Adições	260.982	1.529	39.794	612.022		914.327
Amortizações ⁽¹⁾	(254.280)	(15.163)	(35.365)	(116.207)	(925)	(421.940)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.769.645	130.051	45.999	1.904.455	87	3.850.237

⁽¹⁾ O montante de R\$268.081 é reclassificado para a rubrica de ativos biológicos para composição do custo de formação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia está comprometida com contrato de arrendamento ainda não iniciado, relativo a navio com expectativa de entrega de 1 ("uma") unidade para o primeiro trimestre de 2020. **19.2. Contas a pagar de arrendamento:** Na adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia reconheceu passivos de arrendamento para os contratos vigentes e que anteriormente estavam classificados como arrendamento operacional segundo os princípios do CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil, com exceção dos contratos enquadrados no expediente prático permitido pela norma e adotado pela Companhia, conforme descrito na nota 3.1.1. Os passivos reconhecidos em 01 de janeiro de 2019 correspondem aos saldos a pagar remanescentes dos contratos de arrendamento, mensurados à valor presente pelas taxas de desconto na data da sua adoção. Adicionalmente, a Companhia reconheceu nessa rubrica os saldos remanescentes dos contratos já classificados anteriormente como arrendamentos financeiros segundo o CPC 06 / IAS 17 e que eram reconhecidos no grupo de empréstimos e financiamentos até 31 de dezembro de 2018, sendo reclassificado o montante de R\$18.225 na adoção inicial, conforme apresentado a seguir.

	Taxa média de desconto % a.a. ⁽¹⁾	Vencimento final ⁽²⁾	Controladora	Consolidado
Natureza dos contratos			Valor presente do passivo	Valor presente do passivo
Terras e terrenos	10,89	novembro de 2046	908.091	1.761.273
Máquinas e equipamentos	10,15	julho de 2032	17.782	214.569
Imóveis	10,12	abril de 2027	45.389	41.391
Navios e embarcações	10,76	fevereiro de 2039		1.410.474
Veículos	8,99	abril de 2020		1.190
			971.262	3.428.897

⁽¹⁾ Para determinação das taxas de desconto, foram obtidas cotações junto a instituições financeiras para contratos com características e prazos médios semelhantes aos contratos de arrendamento. ⁽²⁾ Referem-se aos vencimentos originais dos contratos e, portanto, não consideram eventuais cláusulas de renovação.

Abaixo a movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	971.262	3.428.897
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	2.392.772	
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	910.306	914.327
Adições	(546.827)	(646.487)
Amortizações	227.654	275.404
Apropriação de encargos financeiros ⁽²⁾	(4.199)	(11.929)
Variação cambial	3.350.963	3.850.237
Saldo em 31 de dezembro de 2019	649.909	656.944
Circulante	3.301.059	3.327.226
Não circulante		

⁽¹⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽²⁾ Os montantes de R\$50.795 na controladora e no consolidado, são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

O cronograma de desembolsos futuros não descontados a valor presente relativos ao passivo de arrendamento está divulgado na nota 4.2. **19.2.1. Taxa de desconto:** As taxas de desconto utilizadas para os novos contratos de arrendamento mercantil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são similares às utilizadas na adoção do IFRS 16. **19.2.2. Valores reconhecidos no resultado do período:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram reconhecidos os valores:

	Controladora	Consolidado
Despesas relativas a ativos de curto prazo	37.003	37.007
Despesas relativas a ativos de baixo valor	11.578	14.349
	48.581	51.356

19.2.3. Conciliação dos compromissos de arrendamento operacional

	Controladora	Consolidado
Compromissos de arrendamentos operacionais divulgados em 31 de dezembro de 2018	1.448.241	
Combinação de negócios com a Fibria	2.974.729	
Descontos por meio da taxa de empréstimo incremental do arrendatário na data da aplicação inicial	(1.011.726)	
Reclassificação de empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	18.225	
Contratos reavaliados como acordos de serviços	(572)	
	3.428.897	

⁽¹⁾ A partir de 1º de janeiro de 2019, o saldo do arrendamento mercantil foi reclassificado da rubrica de empréstimos e financiamentos, decorrente da adoção do IFRS 16 pela Companhia, nota 19.2.

19.2.4. Ofício Circular CVM: Em 18 de dezembro de 2019, a CVM emitiu um ofício circular ("Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/19/02/2019") contendo orientações sobre aspectos relevantes do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações financeiras das companhias arrendatárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. De acordo com a CVM, as demonstrações financeiras intermediárias de 2019 das companhias listadas apresentaram diferenças com relação à aplicação do IFRS 16. Portanto, a CVM emitiu orientações que devem ser seguidas pelas companhias listadas. Duas das questões abordadas nas orientações referem-se a (i) a alteração da taxa de empréstimo incremental de real para a taxa nominal e (ii) a inclusão de impostos sobre vendas (PIS e COFINS) no cálculo dos passivos de arrendamento mercantil, que impactaram a mensuração do passivo de arrendamento mercantil, direito de uso, amortização e despesa de juros. A aplicação desta nova orientação contábil representa uma nova política contábil. Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/19/02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

	31/12/2019				
	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Passivo de arrendamento					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	655.426	524.743	446.624	2.357.277	3.984.070
Fluxo com projeção de inflação	653.081	545.115	483.097	3.101.731	4.783.024
Variação	(0,36)%	3,86)%	8,17)%	31,58)%	20,05)%
Direito de uso líquido					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	633.408	507.115	431.621	2.278.092	3.850.236
Fluxo com projeção de inflação	635.242	530.225	469.901	3.017.011	4.652.379
Variação	0,29)%	4,56)%	8,87)%	32,44)%	20,83)%

	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Despesa financeira					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	514.246	411.712	350.421	1.849.517	3.125.896
Fluxo com projeção de inflação	317.724	265.198	235.027	1.508.993	2.326.942
Variação	(38,22)%	(35,59)%	(32,93)%	(18,41)%	(25,56)%
Despesa de depreciação					
Contábil - IFRS 16/ CPC 06(R2)	375.205	384.520	384.520	1.804.804	2.949.049
Fluxo com projeção de inflação	423.710	435.273	435.273	2.209.270	3.503.526
Variação	12,93)%	13,20)%	13,20)%	22,41)%	18,80)%

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

	31/12/2019	
	Consolidado	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa		
Contraprestação a pagar	7.109.966	3.984.070
PIS/COFINS potencial (9,25%) ⁽¹⁾	264.771	141.269
	7.374.737	4.125.339

⁽¹⁾ Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

20. PROVISÃO PARA PASSIVOS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais decorrentes do curso normal de seus negócios, que incluem processos tributários, previdenciários, trabalhistas e cíveis. A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Os passivos judiciais classificados como de perda possível são divulgados com base em valores razoavelmente estimados. A Administração da Companhia acredita que, com base nos elementos existentes na data base destas demonstrações financeiras, a provisão para riscos tributários, cíveis, comerciais e outros, bem como para riscos trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25 / IAS 37, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir: **20.1. Processos com risco de perda provável:** O saldo da provisão de acordo com os processos é apresentado líquido dos depósitos judiciais conforme abaixo:

	31/12/2019			
Natureza dos processos	Depósitos judiciais	Provisão	Provisão líquida	Provisão líquida
Tributários	(125.537)	3.175.325	3.049.788	294.238
Trabalhistas	(37.649)	202.782	165.133	47.659
Cíveis	(392)	265.679	265.287	2.449
	(163.578)	3.643.786	3.480.208	345.346

	31/12/2019			
Natureza dos processos	Depósitos judiciais	Provisão	Provisão líquida	Provisão líquida
Tributários	(124.133)	3.176.503	3.052.370	296.869
Trabalhistas	(50.464)	227.139	176.675	50.869
Cíveis	273	283.159	283.432	3.532
	(174.324)	3.686.801	3.512.477	351.270

A movimentação da provisão de acordo com a natureza dos processos é apresentada abaixo:

	31/12/2019			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	294.238	47.659	3.449	345.346
Incorporação da Fibria ⁽¹⁾	142.353	169.674	52.026	364.053
Pagamento	(33.126)	(5.532)	(38.657)	(77.315)
Reversão	(3.873)	(52.080)	(8.456)	(64.409)
Adição	47.290	45.723	6.397	99.410
Atualização monetária	11.228	24.931	(467)	55.682
Menos-valia - Combinação de negócios com a Fibria	2.684.090	218.262	2.902.352	
Saldo no final do exercício	3.175.325	202.781	265.680	3.643.786

	31/12/2018			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	268.654	38.117	3.382	310.153
Pagamento	(18.337)	(22.205)	(81)	(40.623)
Reversão	(13.605)	(2.562)	(394)	(16.561)
Adição	49.754	27.023	87	76.864
Atualização monetária	7.772	7.286	455	15.513
Saldo no final do exercício	294.238	47.659	3.449	345.346

	31/12/2019			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	296.869	50.869	3.532	351.270
Combinação de negócio com a Fibria ⁽²⁾	139.462	185.157	64.874	389.493
Pagamento	(34)	(34.794)	(5.532)	(40.360)
Reversão	(3.875)	(55.730)	(13.444)	(73.039)
Adição	46.603	50.521	10.100	107.224
Atualização monetária	13.387	31.116	5.258	49.761
Menos-valia - Combinação de negócios com a Fibria	2.684.090	218.262	2.902.352	
Saldo no final do exercício	3.176.503	227.139	283.160	3.686.801

	31/12/2018			
	Tributários	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no início do exercício	273.324	40.363	3.382	317.069
Combinação de negócios com a Facepa		1.900		1.900
Pagamento	(18.351)	(22.580)	(81)	(41.012)
Reversão	(13.605)	(5.011)	(394)	(19.010)
Adição	49.754	28.716	150	78.620
Atualização monetária	5.747	7.481	475	13.703
Saldo no final do exercício	296.869	50.869	3.532	351.270

⁽¹⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2. ⁽²⁾ Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1.

20.1.1. Tributários e previdenciários: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 43 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, nos quais são discutidas matérias relativas diversos tributos, tais como Imposto de Renda para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL", Programas de Integração Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), entre outros, cujos valores são provisionados quando a probabilidade de perda é considerada provável pela assessoria jurídica externa da Companhia e pela Administração. **20.1.2. Trabalhistas:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 1.236 processos de natureza trabalhista. Em geral, os processos trabalhistas provisionados estão relacionados, principalmente, a questões frequentemente contestadas por empregados de empresas agroindustriais, como certas verbas salariais e/ou rescisórias, além de ações propostas por empregados de empresas contratadas para prestação de serviços para a Companhia. **20.1.3. Cíveis e ambientais:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 24 processos cíveis e ambientais. Os processos cíveis provisionados estão relacionados, principalmente, a matérias de natureza indenizatória, inclusive decorrentes de obrigações contratuais, acidente de trânsito, ações possessórias, obrigações de restauração ambiental, dentre outras. **20.2. Processos com risco de perda possível:** A Companhia possui contingências de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída.

	31/12/2019			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Tributários e previdenciários ⁽¹⁾	7.325.414	1.077.751	7.504.398	1.077.751
Trabalhistas	276.170	84.465	279.934	85.309
Cíveis ⁽¹⁾	2.932.173	43.271	2.995.576	43.271
	10.533.757	1.205.497	10.779.908	1.206.341

⁽¹⁾ Valores líquidos do saldo de menos valia alocado às contingências possíveis, conforme mencionado acima.

continua →



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

20.2.1. Tributários e previdenciários: A Companhia figura no polo passivo em 831 processos tributários cuja probabilidade de perda é considerada possível, no montante total de R\$7.511.435, para os quais não há provisão registrada. Os demais processos tributários e previdenciários referidos, dados a diversos processos em andamento para Pessoas Jurídicas ("IRPJ"), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Contribuição Previdenciária, Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS"), Imposto Sobre Serviço ("ISS"), Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), principalmente devido a divergências na interpretação das normas tributárias aplicáveis e informações fornecidas em obrigações acessórias. Apresentam-se abaixo as contingências mais relevantes referentes às seguintes matérias: (i) Auto de infração - IRPJ/CSLL - permuta de ativos industriais e florestais: em dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil para cobrança de Imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de existência de ganho de capital não tributado, em fevereiro de 2007, data de fechamento da operação onde a Companhia efetuou uma permuta de ativos industriais e florestais com a International Paper. Em 19 de janeiro de 2016, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ("CARF") julgou improcedente, por voto de maioria do Presidente do CARF, o recurso apresentado pela Companhia no processo administrativo. A Companhia foi intimada da decisão em 25 de maio de 2016, de forma que, tendo em vista a impossibilidade de novos recursos e o consequente encerramento do caso na esfera administrativa, decidiu prosseguir com a discussão perante o Poder Judiciário, que está devidamente garantida. Ação judicial ainda aguarda julgamento em primeira instância. Foi mantido o posicionamento de não constituir provisão para contingências, uma vez que em seu entendimento e de seus assessores jurídicos externos a probabilidade de perda da causa é possível. O valor envolvido atualizado até 31 de dezembro de 2019 é de R\$2.251.462. (ii) Auto de infração - IRPJ/CSLL - glosa da depreciação, amortização e exaustão - período 2010: em dezembro de 2015, a Companhia foi autuada para cobrança de imposto de Renda para Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sob a suposta alegação de indebitabilidade das despesas de depreciação, amortização e exaustão utilizadas pela Companhia em sua apuração no ano-calendário de 2010. A Companhia apresentou impugnação administrativa, julgada parcialmente procedente. Referida decisão foi objeto de recurso voluntário, apresentado pela Companhia em novembro de 2017. Em 16 de outubro de 2018, o julgamento foi convertido em diligência, por meio da resolução no 1402-000.723. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$985.679. Atualmente, aguarda-se a conclusão da diligência determinada pelo CARF. (iii) IRPJ/CSLL - homologação parcial - período 1997: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de saldo negativo apurado no ano de 1997 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil ("RFB"). Em março de 2009, a RFB homologou apenas R\$83.000, gerando uma diferença de R\$51.000. A Companhia aguarda ainda conclusão da análise dos créditos discutidos em esfera administrativa após decisão favorável do CARF em agosto de 2019, que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela Companhia. Para outra parte do crédito, a Companhia ajuizou ação para discutir a exigibilidade do saldo devedor, a qual aguarda julgamento em segunda instância do seu Recurso de Apelação, interposto após sentença de julgamento improcedente a ação. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de aproximadamente R\$254.081. (iv) Incentivos fiscais - Agência de Desenvolvimento do Nordeste ("ADENEX"): A Administração da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, acredita que a decisão de cancelamento dos referidos benefícios fiscais é equivocada e não deve prevalecer, seja com respeito aos benefícios já usufruídos, seja em relação aos benefícios não usufruídos até os respectivos prazos finais. Atualmente a contingência é discutida na esfera judicial, onde se aguarda julgamento definitivo dos Embargos à Execução apresentados pela Companhia. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$125.191. (v) PIS/COFINS - Bens e Serviços - 2009 a 2011: em dezembro de 2013, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil exigindo a cobrança de créditos de PIS e COFINS glosados por não estarem supostamente vinculadas às suas atividades operacionais. Em primeira instância, a impugnação apresentada pela Companhia foi julgada improcedente. Interposto o Recurso Voluntário, este foi provido parcialmente em abril de 2016. Desta decisão, a Fazenda Nacional interps Recurso Especial à Câmara Superior e a Companhia opôs Embargos de Declaração, os quais ainda aguardam julgamento. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$162.750. (vi) Compensação - IRRF - período 2000: A Companhia deu entrada em processo de compensação de créditos oriundos de IRRF apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2000 com débitos devidos à Receita Federal do Brasil. Em abril de 2008, a Receita Federal do Brasil reconheceu parcialmente o crédito em favor da Companhia. Desta decisão, a Companhia interps Recurso Voluntário ao CARF, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido em 31 de dezembro de 2019 é de R\$108.320.

20.2.2. Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, figura no polo passivo em 1.787 processos de natureza trabalhista, totalizando o valor de R\$279.934. A Companhia possui ainda diversos processos em que figuram como parte os sindicatos dos trabalhadores nos Estados da Bahia, Espírito Santo, Maranhão, São Paulo e Mato Grosso do Sul. **20.2.3. Cíveis e ambientais:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 1.049 processos de natureza cível e ambiental, totalizando o valor de R\$2.982.576. Os processos cíveis, em sua maioria, consistem em pedidos de indenização em decorrência de rescisão de contratos comerciais, de ex-funcionários ou terceiros, por supostas doenças ocupacionais e acidentes de trabalho, ações de cobrança e habilitações de crédito em falência ajuizadas pela Companhia, ressarcimento de recursos financeiros movidos contra produtores rurais inadimplentes e ações possessórias ajuizadas com o objetivo de proteger o patrimônio imobiliário da Companhia. A Companhia tem apólice de seguro de responsabilidade civil geral que cobre, nos limites fixados, eventuais condenações a título de danos materiais referentes aos pedidos de indenização na esfera cível. Dentre os processos cíveis, destacam-se 2 (duas) Ações Cíveis Públicas ("ACPs") movidas pelo Ministério Público Federal ("MPF") em que requer (i) liminarmente, que os caminhões da Companhia deixem de transportar madeira em rodovias federais acima de restrições legais de peso, (ii) o aumento da multa por excesso de peso a ser aplicada à Suzano e (iii) indenização por danos materiais e ordem econômica e ordem econômica e indenização por danos morais. Uma das ACPs foi julgada procedente e a Companhia apresentou apelação ao tribunal competente com pedido de efeito suspensivo dos efeitos da sentença, o qual ainda está pendente de apreciação. A outra ACP ainda não foi julgada em 1ª instância. A Companhia ainda figura como ré em 2 (duas) ACPs, movidas pelo MPF, referente a imóveis adquiridos pela Companhia nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, ambos localizados na região norte do estado do Espírito Santo. Na 1ª ACP, o MPF requereu a (i) nulidade destas aquisições (ii) indenização por danos morais e (iii) suspensão do financiamento das operações da Companhia nos municípios mencionados. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 6.000 hectares de terras da Companhia nestes municípios e suspendeu qualquer financiamento à Suzano pelo BNDES para produção ou plantio de celulose de eucalipto nas propriedades relacionadas na ação. Na 2ª ACP, o MPF requereu a nulidade das aquisições de outras propriedades adquiridas na região norte do estado do Espírito Santo. Uma liminar foi concedida e bloqueou cerca de 5.601 hectares das terras da Companhia nos municípios mencionados. A Companhia apresentou defesa judicial e recurso contra essa liminar, que ainda está pendente de decisão. Ambos os casos estão pendentes de decisão pelo Tribunal Regional Federal ("TRF") e permanecem em fase instrutória. A Companhia acredita que há boas chances de defesa, uma vez que a aquisição das terras discutidas em ambas as ACPs, foi realizada de acordo com as leis e práticas aplicáveis no momento da aquisição. Dentre os processos ambientais, destacam-se 3 (três) ACPs ajuizadas pelo MPF na região nordeste do Brasil, desafiando a jurisdição do órgão ambiental do estado para conceder licenças ambientais. O MPF alega que os procedimentos de licenciamento ambiental relacionados à formação e instalação florestal e à nossa planta industrial no estado do Maranhão devem ser realizados pela Agência Federal do Meio Ambiente ("IBAMA"). Os riscos envolvidos são atrasos em nosso cronograma de plantio e a suspensão das atividades da unidade industrial do Maranhão até a emissão de nova licença. Embora tenha sido proferida liminar em uma destas ações suspendendo a formação florestal em uma determinada região do estado do Maranhão, acreditamos que há boas chances de defesa nestes casos, uma vez que o IBAMA não reconhece ter competência para executar o processo de licenciamento e não existe nenhum fundamento legal claro para sustentar tal jurisdição. O Superior Tribunal de Justiça ("STJ") ainda está decidindo sobre o recurso contra a liminar concedida contra a Companhia e as demais ACPs ainda estão pendentes de uma decisão do juiz. Além disso, estamos envolvidos em uma disputa relacionada a possíveis danos ambientais na cidade de Cubatão localizada no estado de São Paulo, supostamente causada pela Companhia Santista, empresa adquirida pela Ripasa, que por sua vez foi adquirida pela Suzano em 2008. Este processo está em andamento há mais de 30 ("trinta") anos e envolve mais de 20 ("vinte") outras empresas. O processo busca reparação pelos danos ambientais supostamente causados em área de proteção ambiental do Parque Estadual da Serra do Mar por várias empresas que mantiveram atividades no distrito industrial de Cubatão até os anos 90. Em setembro de 2017, o processo foi julgado favorável ao Ministério Público, condenando as empresas demandadas a recuperar os danos alegadamente causados ou, caso o ambiente já estivesse recuperado, a pagar uma indenização de igual valor do custo da recuperação. Essa compensação deve ser alocada para expandir o Parque Estadual da Serra do Mar. A decisão, no entanto, não determinou o valor que deveria ser pago como compensação, deixando a definição desse valor para a 2ª etapa processual. Esta decisão foi contestada pelas empresas em um recurso e uma decisão do Tribunal Estadual ainda está pendente. **20.3. Ativos contingentes:** **20.3.1. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS:** A Companhia e suas controladas ajuizaram ações para discutir os seus direitos à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições ao PIS e COFINS, abrangendo períodos desde março de 1992 e, inclusive, eventuais modificações na legislação aplicável após a edição da Lei nº 12.973/2014. Em relação a essa matéria, o Supremo Tribunal Federal ("STF") definiu em julgamento realizado em 15 de março de 2017, a princípio sem a possibilidade de reversão de entendimento quanto ao mérito, que o ICMS não integra a base de cálculo das referidas contribuições. A União opôs embargos de declaração em outubro de 2017 buscando, entre outros pedidos, a modulação de efeitos da referida decisão a partir do julgamento dos referidos embargos de declaração, os quais ainda estão pendentes de julgamento. Com base na decisão do STF e nas opiniões legais de seus consultores jurídicos, a Companhia entende que não é provável a alteração do resultado do julgamento do STF quanto ao mérito. Dessa forma, iniciou a exclusão do ICMS da base de cálculo das referidas contribuições a partir do mês de apuração agosto de 2018 com base em decisão favorável proferida em ação judicial proposta pela Companhia, ainda pendente de julgamento definitivo. O processo em nome da controladora ainda não transitou em julgado.

21. PLANOS DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

21.1. Planos de aposentadoria suplementar: Em 2005, a Companhia instituiu o plano de previdência Suzano Prev administrado pela BrasilPrev, entidade aberta de previdência complementar, que atende a empregados de empresas do Grupo Suzano, no modelo de contribuição definida. Nos termos do contrato do plano de benefícios, as contribuições da Companhia ao colaborador são de 0,5% do salário nominal que não exceder a 10 unidades de referência Suzano ("URS"), não havendo contrapartida de contribuição por parte do colaborador. Para os colaboradores que possuem o salário acima das 10 URS's, além da contribuição de 0,5%, as contribuições da parte empresa acompanham as contribuições dos empregados e incidem sobre a parcela do salário que excede as 10 URS's, podendo variar de 1% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizaram R\$5.993 reconhecidos na rubrica benefícios a empregados (R\$6.560 em 31 de dezembro de 2018). As entidades oriundas da combinação de negócios com a Fibria, patrocinam um plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provê a seus empregados benefícios, adicionalmente ao plano de previdência complementar, sendo os valores apurados por meio de cálculo atuarial e reconhecidos nas demonstrações financeiras. **21.2. Assistência médica:** A Companhia garante cobertura de custos com programa de assistência médica para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 1998 e até 2003 nas unidades de Suzano, escritório administrativo de São Paulo e Limeira e até 2007 na unidade Jacaré, bem como para seus cônjuges e dependentes até completar a maioridade. Para outro determinado grupo de ex-funcionários que, excepcionalmente por critério e deliberação da Companhia, ou segundo critérios e direitos associados ao cumprimento da legislação pertinente, a Companhia assegura o programa de assistência médica. Os principais riscos atuariais associados são: (i) redução da taxa de juros (ii) sobrevivência superior ao previsto nas tábuas de mortalidade (iii) rotatividade superior à esperada e (iv) crescimento dos custos médicos acima do esperado. **21.2.2. Seguro de vida:** A Companhia oferece o benefício do seguro de vida para determinado grupo de ex-funcionários que se aposentaram até 2005 nas unidades de Suzano e escritório administrativo de São Paulo e que não optaram pelo plano de aposentadoria complementar. Os principais riscos atuariais relacionados são: (i) redução da taxa de juros e (ii) mortalidade superior à esperada. **21.2.3. Movimentação do passivo atuarial:** As movimentações das obrigações atuariais preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	351.263	351.263
Juros sobre passivo atuarial	35.920	35.920
Perda atuarial	69.305	69.305
Benefícios pagos no exercício	(26.061)	(26.061)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	430.427	430.427
Combinação de negócios com a Fibria ⁽¹⁾		147.877
Incorporação da Fibria ⁽²⁾	144.557	
Juros sobre passivo atuarial	40.353	44.496
Perda atuarial	142.498	147.840
Benefícios pagos no exercício	(33.099)	(34.261)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	724.643	736.179

⁽¹⁾ Combinação de negócios com a Fibria e suas controladas realizada em 03 de janeiro de 2019, conforme nota 1.2.1. ⁽²⁾ Incorporação da entidade legal Fibria Celulose S.A. realizada em 01 de abril de 2019, conforme nota 1.2.2.

21.4. Hipóteses atuariais econômicas e dados biométricos: As principais hipóteses e dados biométricos utilizados na elaboração dos cálculos atuariais são apresentados a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto - plano médico	3,56% a.a.	4,91% a.a.
Taxa de crescimento dos custos médicos acima da inflação básica	3,25% a.a.	3,25% a.a.
Inflação econômica	3,50% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Idade de aposentadoria	65 anos	65 anos
Composição familiar	90% casados	90% casados
Rotatividade	Homem 4 anos e velho	Homem 4 anos e velho
Permanência no plano	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Escalonamento por idade	0 a 24 anos: 1,50% a.a.	0 a 24 anos: 1,50% a.a.
	25 a 54 anos: 2,50% a.a.	25 a 54 anos: 2,50% a.a.
	55 a 79 anos: 4,50% a.a.	55 a 79 anos: 4,50% a.a.
	Acima 80 anos: 2,50% a.a.	Acima 80 anos: 2,50% a.a.

21.5. Análise de sensibilidade: A Companhia efetuou as análises de sensibilidade quantitativas em relação às hipóteses significativas para os seguintes benefícios em 31 de dezembro de 2019, conforme demonstrado a seguir:

Hipóteses significativas	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Redução de 4,88%	Aumento de 8,56%
Taxa de crescimento dos custos médicos	0,50%	Aumento de 8,27%	Redução de 5,50%
Mortalidade	1,00%	Aumento de 7,23%	Redução de 4,40%
Taxa de inflação estimada	0,50%	Não há alteração	Não há alteração

21.6. Previsão de pagamentos e duração média das obrigações: Os valores a seguir representam os pagamentos de benefícios esperados para os exercícios futuros (10 anos) a partir da obrigação dos benefícios concedidos, bem como a duração média destas:

Pagamentos	Assistência médica e seguro de vida
2020	31.458
2021	32.701
2022	33.864
2023	35.014
2024	36.122
2025 em diante	194.145

22. PLANO DE REMUNERAÇÃO BASEADA EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia tem 3 (três) planos de remuneração de longo prazo baseados em ações, sendo (i) Plano de ações fantasmas ("Phantom Shares - PS") e (ii) Plano de apreciação do valor das ações ("Share Appreciation Rights - SAR"), ambos liquidados em moeda corrente e (iii) opções de compra de ações ordinárias, liquidado em ações.

22.1. Plano de remuneração de longo prazo ("PS e SAR"): Determinados executivos e membros chave da Administração, possuem plano de remuneração de longo prazo atrelado ao preço da ação com pagamento em dinheiro. Ao longo do ano de 2019, a Companhia outorgou os planos SAR ("Share Appreciation Rights") de opções de ações fantasmas. Nestes planos, o beneficiário deverá investir 5% (cinco) do valor total correspondente ao número de opções de ações fantasmas no momento da outorga e 20% (vinte) após 3 (três) anos para efetivar a aquisição da opção. Também outorgamos planos de remuneração de longo prazo para membros chaves da Companhia como forma de retenção. Neste plano, o beneficiário não faz investimento. O prazo de carência e de vencimento das opções podem variar de 3 (três) até 5 (cinco) anos, a partir da data de outorga, de acordo com as características de cada plano. O valor da ação é calculado com base na média da cotação das ações dos últimos 90 pregões a partir do fechamento do último dia útil de pregão do mês anterior ao mês da outorga. As parcelas destes planos são reajustadas com base na variação da cotação das ações SUZB3 na B3, entre a data de outorga e a data de pagamento. Nas datas em que não ocorre negociação das ações SUZB3, prevalecerá o valor da última negociação. As opções de ações fantasmas somente serão pagas, caso o beneficiário mantenha o vínculo empregatício na data do pagamento. No caso de rescisão, seja por iniciativa da Companhia ou do beneficiário, antes de completar o prazo de carência, o beneficiário perde o direito ao recebimento de todos os valores, exceto, quando estabelecido de outra forma em contrato.

	31/12/2019	31/12/2018
Quantidade de opções em aberto no início do exercício	5.045.357	5.055.519
Outorgadas	2.413.038	1.415.476
Exercidas ⁽¹⁾	(827.065)	(751.859)
Exercidas por desligamento ⁽¹⁾	(106.963)	(153.801)
Abandonadas / prescritas por desligamento	(527.810)	(520.178)
Quantidade de opções em aberto no final do exercício	5.996.437	5.045.357

Para as ações exercidas e exercidas por desligamento, o preço médio em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018, foram de R\$31,75 e R\$47,77, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019, a posição consolidada dos planos de opções de ações fantasmas em aberto estão apresentadas a seguir:

continua →



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

Plano	Data da outorga	Data da carência	Valor justo na outorga ⁽¹⁾	31/12/2019		Acionista	Ordinárias	
				Quantidade de opções outorgadas em aberto	Quantidade de opções outorgadas em aberto		Quantidade	(%)
SAR 2015	01/04/2015	01/04/2020	11,59	3.635		Suzano Holding S.A.	367.612.329	27,01
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2019	16,93			Controladores	194.800.797	14,31
Diferimento 2015	01/03/2016	01/03/2020	16,93	61.851		Administradores	35.532.742	2,61
SAR 2016	01/04/2016	01/04/2021	15,96	64.075		Alden Fundo de Investimento em Ações	26.154.741	1,92
PLUS 2016	01/04/2016	01/04/2021	15,96	16.708			624.100.609	45,85
SAR 2016 - Out	03/10/2017	03/10/2021	11,03	8.934		Tesouraria	12.042.004	0,88
SAR 2017	03/04/2017	03/04/2022	13,30	831.546		BNDESPAR	150.217.425	11,04
PLUS 2017	03/04/2017	03/04/2022	13,30	225.553		Votorantim S.A.	75.180.059	5,52
ILP 2017 - 36	03/04/2017	03/04/2020	13,30	304.512		Outros acionistas	499.723.487	36,71
ILP 2017 - 48	03/04/2017	03/04/2022	13,30	304.512			1.361.263.584	100,00
ILP 2017 - 60	03/04/2017	03/04/2022	13,30	304.512				
ILP 2017 - CAB	01/05/2017	01/05/2020	13,30	307.141				
ILP 2017 - 36 Out	02/10/2017	02/10/2020	15,87	84.436				
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2021	19,88	169.575				
Diferimento 2017	01/03/2018	01/03/2022	19,88	169.575				
SAR 2018	02/04/2018	02/04/2023	21,45	726.537				
PLUS 2018	02/04/2018	02/04/2023	21,45	74.592				
ILP 2018 - 24	01/03/2019	01/03/2024	41,10	520.000				
ILP 2018 - 36	01/03/2019	01/03/2024	41,10	520.000				
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2022	41,10	92.356				
Diferimento 2018	01/03/2019	01/03/2023	41,10	92.356				
ILP 2018 - 36 H	25/03/2019	25/03/2024	42,19	7.500				
ILP 2018 - 48 H	25/03/2019	25/03/2024	42,19	7.500				
ILP 2018 - 24 Abr	01/04/2019	01/04/2024	42,81	20.000				
ILP 2018 - 36 Abr	01/04/2019	01/04/2024	42,81	20.000				
SAR 2019	01/04/2019	01/04/2024	42,81	792.565				
PLUS 2019	01/04/2019	01/04/2024	42,81	15.572				
ILP - Retenção 2019 - 12	01/10/2019	01/10/2020	31,86	105.964				
ILP - Retenção 2019 - 24	01/10/2019	01/10/2021	31,86	105.930				
ILP 2019 - 24 Out	01/10/2019	01/10/2021	31,75	7.800				
ILP 2019 - 36 Out	01/10/2019	01/10/2022	31,75	19.500				
ILP 2019 - 48 Out	01/10/2019	01/10/2023	31,75	11.700				
				5.996.437				

(1) Valores expressos em Reais.

22.2. Plano de opções de compra de ações ordinárias: Adicionalmente, em 2019 a Companhia estabeleceu um plano de ações restritas baseado na performance da Companhia (Programa 5). Este plano associa a quantidade de ações restritas outorgada ao desempenho da Companhia em relação à meta EBITDA. A quantidade de ações restritas é definida em termos financeiros, sendo posteriormente convertido em ações com base nos últimos 60 pregões antecedentes a 31 de dezembro de 2019 da SUZB3 na B3. Após a medição do EBITDA de 2019, as ações restritas serão outorgadas imediatamente, pois não possuem período de carência (*vesting period*). No entanto, os beneficiários da outorga devem atender ao período de lockup de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual não poderão comercializar as ações. Caso os beneficiários deixem a Companhia antes do término do exercício fiscal de referência para a medição do EBITDA, os mesmos poderão direito à outorga de ações restritas.

Programa	Data de outorga	Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Preço na data de outorga	Ações outorgadas	Prazo de restrição à transferência das ações
Programa 4	02/01/2018	02/01/2019	R\$39,10	130.435	02/01/2022

22.3. Premissas de mensuração: Os planos de opções de ações fantasmas, por serem liquidados em caixa, tem o seu valor justo mensurado ao término de cada período, com base no método Monte Carlo ("MMC"). O valor justo é multiplicado pelo Total Shareholder Return ("TSR") observado no período, o qual varia entre 75% e 125% e depende do desempenho da ação SUZB3 em relação às ações de empresas do mesmo setor no Brasil. O plano de opções de ações ordinárias do Programa 5, tem o seu valor justo mensurado com base no modelo probabilístico binomial, o qual considera a taxa de distribuição de dividendos e as seguintes premissas: (i) a expectativa de volatilidade foi calculada para cada data de exercício, considerando o tempo remanescente para completar o período de aquisição e a volatilidade histórica dos retornos, considerando desvio padrão de 745 observações de retornos; (ii) a expectativa de vida média das ações fantasmas e opções de ação foi definida pelo prazo remanescente até a data limite de exercício; (iii) a expectativa de dividendos foi definida com base no lucro por ação histórico da Companhia; (iv) a taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto, que é a melhor base para comparação com a taxa de juros livre de risco do mercado brasileiro. A taxa usada para cada data de exercício altera de acordo com o período de aquisição. Os valores correspondentes aos serviços recebidos e reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão apresentados abaixo:

	Passivo e Patrimônio líquido 31/12/2019	Patrimônio líquido 31/12/2019	Resultado 31/12/2019
Passivo não circulante			
Provisão com plano de ações fantasmas	136.505	124.318	(46.389)
Patrimônio líquido			
Opções de ações outorgadas	5.979	5.100	(879)
Total das despesas gerais e administrativas provenientes de transações com base em ações			(47.268)
			(131.609)

23. CONTAS A PAGAR DE AQUISIÇÃO DE ATIVOS E CONTROLADAS

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019
Aquisição de terras e florestas				
Certificado de Recebíveis Imobiliários - ("CRI") ⁽¹⁾	42.958	48.657	78.345	91.085
Duratrix ⁽²⁾		385.397		385.397
	42.958	434.054	78.345	476.482
Combinação de negócios				
Facepa ⁽³⁾	42.533	41.185	42.533	41.185
Vale Florestar Fundo de Investimento em Participações ("VFFIP") ⁽⁴⁾	420.737	474.845	420.737	474.845
	463.270	516.030	463.270	516.030
	506.228	950.084	541.615	992.512
Circulante				
Não circulante	86.529	469.860	94.414	476.954
	419.699	480.224	447.201	515.558

(1) Refere-se a contas a pagar relacionadas com a aquisição de terrenos, fazendas, reflorestamento e casas construídas no Maranhão, atualizado pelo IPCA. (2) Refere-se a contas a pagar relacionadas com a aquisição de imóveis rurais e florestas (ativo biológico), atualizado pelo IPCA liquidado em agosto de 2019. (3) Adquirido em março de 2018, pelo montante de R\$307.876, mediante pagamento de R\$267.876 e o saldo remanescente atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), ajustado pelas possíveis perdas incorridas até a data de pagamento, com vencimentos em março de 2023 e março de 2028. (4) Em agosto de 2014, a Companhia adquiriu a Vale Florestar S.A. através do VFFIP, pelo montante de R\$528.941, mediante pagamento de R\$44.998 e saldo remanescente com vencimentos até agosto de 2029. As liquidações mensais estão sujeitas a juros e atualizadas pela variação da taxa de câmbio do Dólar dos Estados Unidos e parcialmente reajustadas pela variação do IPCA.

24. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia firmou contratos de longo prazo na modalidade take or pay com fornecedores de celulose, transporte, óleo diesel, produtos químicos e gás natural. Os contratos preveem cláusulas de rescisão e suspensão de fornecimento por motivos de descumprimento de obrigações essenciais. Geralmente, a Companhia compra o mínimo acordado contratualmente e por essa razão não existem passivos registrados em 31 de dezembro de 2019. O total das obrigações contratuais assumidas representam R\$7.335.609 por ano no consolidado em 31 de dezembro de 2019 (R\$11.258.855 por ano no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

25.1. Capital social: Em janeiro de 2019, o capital social da Companhia foi aumentado no valor de R\$3.027.528, com a emissão de 255.437.439 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, nos termos das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária, pela qual foi aprovada a incorporação pela Companhia da sua subsidiária Eucalipto Holding S.A., no âmbito da combinação de negócios com a Fibria, conforme nota 1.2.1. Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Suzano é de R\$9.269.281 dividido em 1.361.263.584 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O valor realizado do capital social no balanço está líquido dos gastos com oferta pública no montante de R\$33.735. A composição do capital social é apresentada a seguir:

Acionista	Quantidade	(%)
Acionistas controladores		
Suzano Holding S.A.	367.612.329	27,01
Controladores	194.800.797	14,31
Administradores	35.532.742	2,61
Alden Fundo de Investimento em Ações	26.154.741	1,92
Tesouraria	12.042.004	0,88
BNDESPAR	150.217.425	11,04
Votorantim S.A.	75.180.059	5,52
Outros acionistas	499.723.487	36,71
	1.361.263.584	100,00

Por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 780.119.712 ações ordinárias, todas exclusivamente escriturais. Em 31 de dezembro de 2019, as ações ordinárias SUZB3 encerraram o exercício cotadas a R\$39,68 (R\$38,08 em 31 de dezembro de 2018). 25.2. Dividendos: O estudo social da Companhia estabelece que dividendo mínimo anual é o menor valor entre: (i) 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, ou (ii) 10% da geração de caixa operacional consolidada da Companhia no exercício. Em 18 de abril de 2019, em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de R\$600.000, sendo complementares no montante de R\$596.534 pagos por meio da reserva de lucros e dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$3.466, cujo desembolso ocorreu em 30 de abril de 2019. Em 31 de dezembro de 2019, não foram distribuídos dividendos, em decorrência do prejuízo apurado no exercício (R\$3.466 em 31 de dezembro de 2018, em decorrência de lucro apurado no exercício). 25.3. Reservas: 25.3.1. Reservas de lucro: São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir: (i) legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social, considerando que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital exceder a 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício social para a reserva legal. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$105.671 referente ao prejuízo e o saldo desta reserva correspondia a 5% do capital. (ii) para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação para reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar a Companhia adequadas condições operacionais. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$1.730.629 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. (iii) estatutária especial: constituída na base de 10% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva de garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$242.614 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. (iv) incentivos fiscais: constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07, com base em doações ou subvenções governamentais para investimentos. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva absorveu R\$684.563 referente ao prejuízo e foi integralmente utilizada. 25.3.2. Reservas de capital: São constituídas por valores recebidos pela Companhia decorrentes de transações com acionistas e que não transmitem para demonstração de resultado, bem como podem ser utilizadas para absorção de prejuízos, quando estes ultrapassarem as reservas de lucros e resgate, reembolso e compra de ações. A composição das reservas de capital é decorrente de opções de ações no valor de R\$5.979 e da emissão de ações relacionadas a combinação de negócios com a Fibria no valor de R\$6.410,885, conforme divulgado na nota 1.2.1.1. Em 31 de dezembro de 2019, essa reserva não foi utilizada para absorção de prejuízo e o saldo correspondia a 69% do capital social. 25.4. Ajuste de avaliação patrimonial: São alterações que ocorrem no patrimônio líquido oriundas de transações e outros eventos que não originados com os acionistas e é apresentado líquido dos efeitos tributários, conforme a seguir:

	Conversão de debêntures	Ganhos (perdas) atuais	Investimento em exterior	Custo atribuído	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(45.745)	(52.749)	26.622	2.370.200	2.398.328
Ganho (perda) atuarial		(45.741)			(45.741)
Ganho (perda) na conversão de operações no exterior			137.546		137.546
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários				(65.424)	(65.424)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(45.745)	(98.490)	164.168	2.301.776	2.321.709
Ganho (perda) atuarial		(95.283)			(95.283)
Ganho (perda) na conversão de operações no exterior			47.834		47.834
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários				(52.918)	(52.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(45.745)	(193.773)	212.002	2.248.858	2.221.342

25.5. Ações em tesouraria:

	Quantidade	Custo médio por ação	Valor histórico	Valor de mercado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.842.004	17,42	241.088	258.797
Venda	(1.820.000)			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	12.042.004	18,13	218.265	458.560
Saldo em 31 de dezembro de 2019	12.042.004	18,13	218.265	477.827

25.6. Absorção do resultado

	% limite sobre o capital social	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Realização do custo atribuído, líquido de efeitos tributários		(52.918)	(68.424)		
Reserva de incentivos fiscais		(684.563)	285.557		694.563
Reserva estatutária especial		(242.612)	7.892		242.612
Reserva legal	20%	(105.671)	15.917	317.144	422.815
Reserva para aumento de capital	80%	(1.730.629)	70.940		1.730.629
Dividendos mínimos obrigatórios		3.466			
		(2.616.393)	318.339	317.144	3.080.619

26. RESULTADO POR AÇÃO

26.1. Básico: O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(2.617.518)	318.339
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício	1.361.264	1.105.826
Média ponderada das ações em tesouraria	(12.042)	(12.333)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	1.349.222	1.093.493
Resultado básico por ação ordinária - R\$	(2.688,25)	0,29112

26.2. Diluído: O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste da média ponderada das ações ordinárias em circulação, presumindo-se a conversão de todas as ações ordinárias que causariam a diluição.

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(2.617.518)	318.339
Quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício (exceto ações em tesouraria)	1.349.222	1.093.493
Ajuste por opções de compra de ações	1.386	1.386
Média ponderada da quantidade de ações (diluída)	1.349.222	1.094.879
Resultado diluído por ação ordinária - R\$	(2.688,25)	0,29075

Em razão do prejuízo apurado no exercício, a Companhia não considerou no cálculo o efeito diluidor.

27. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora 31/12/2019	Controladora 31/12/2018	Consolidado 31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	(1.224.065)	(701.006)	(3.358.806)	(1.033.485)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (controladas e coligadas)	(2.350.219)	(338.606)		
Amortização de custos de captação, ágio e deságio	(142.403)	(25.384)	(220.642)	(44.499)
Outras despesas financeiras	(413.044)	(146.959)	(600.948)	(422.390)
Amortização de mais-valia - Combinação de negócios com a Fibria	(4.130.091)	(1.211.955)	(4.178.840)	(1.500.374)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	285.559	425.250	392.018	442.378
Outras receitas financeiras	49.061	9.308	63.816	17.329
Amortização de mais-valia - Combinação de negócios com a Fibria	37.412		37.412	
	372.032	434.558	493.246	459.707

→ continuação



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais, exceto onde especificamente indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado		Consolidado			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Instrumentos financeiros derivativos								
Receitas	2.306.127	587.805	2.711.394	588.049				
Despesas	(3.178.254)	(3.321.858)	(3.786.646)	(3.323.245)				
	(872.127)	(2.734.053)	(1.075.252)	(2.735.196)				
Variações monetárias e cambiais, líquidas								
Empréstimos e financiamentos	(1.967.256)	(1.282.781)	(1.764.035)	(1.311.061)				
Outros ativos e passivos ⁽¹⁾	139.373	247.276	(200.892)	244.411				
	(1.827.883)	(1.035.505)	(1.964.927)	(1.066.650)				
	(6.458.069)	(4.546.955)	(6.725.781)	(4.842.513)				
Resultado Financeiro Líquido								

⁽¹⁾ Não inclui o montante de R\$3.784 na controladora e R\$4.213 no consolidado referente a juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (R\$1.772 na controladora e no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, inclui o montante de R\$770 na controladora e consolidado relativos a juros do FIDC (R\$2.288 na controladora e no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018). ⁽²⁾ Incluem efeitos das variações cambiais de clientes, fornecedores, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros.

28. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receita bruta de vendas	20.348.367	14.135.140	31.395.955	14.796.774
Deduções				
Ajuste a valor presente	(5.316)	(4.984)	(5.316)	(4.984)
Devoluições e cancelamentos	(69.846)	(58.249)	(109.641)	(75.477)
Descontos e abatimentos ⁽¹⁾	(47.888)	(7.016)	(3.835.140)	(15.695)
	20.225.517	14.064.891	27.445.858	14.700.615
Impostos sobre vendas ⁽²⁾	(1.336.504)	(1.199.609)	(1.432.908)	(1.263.289)
Receita líquida	18.889.013	12.865.282	26.012.950	13.437.329

⁽¹⁾ Os contratos de cliente da Fibria, subsidiária integral incorporada em 01 de abril de 2019, preveem descontos contratuais que foram mantidos e que, portanto, impactaram o resultado da Companhia em 2019. ⁽²⁾ Em 2018, inclui o montante relativo de 2,5% sobre a receita bruta das vendas no mercado interno, referente à contribuição social ao Instituto Nacional de Seguro Social ("INSS"), conforme estabelece a Lei nº 12.546/11, artigo 8º, Anexo I e suas respectivas alterações.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

29.1. Critérios de identificação dos segmentos operacionais: A Companhia avalia o desempenho de seus segmentos de negócio através do resultado operacional. As informações apresentadas em "Não Segmentadas" estão relacionadas à demonstração do resultado e itens do balanço patrimonial não diretamente atribuídos aos segmentos de papel e celulose, tais como, resultado financeiro líquido e despesas com imposto de renda e contribuição social, além dos itens de classificação patrimonial de ativos e passivos. Os segmentos operacionais definidos pela Administração são os seguintes: i) Celulose: compreende a produção e comercialização de celulose de eucalipto de fibra curta e fluff principalmente para abastecer o mercado externo, com qualquer excedente vendido no mercado interno. ii) Papel: compreende a produção e venda de papel para atender às demandas dos mercados interno e externo. As vendas do segmento de bens de consumo (tissue) estão classificadas nesse segmento devido à imaterialidade do segmento.

29.2. Informações dos segmentos operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	Celulose	Papel	Não segmentado	Total
Receita líquida	21.027.686	4.985.264	26.012.950	26.012.950
Mercado interno (Brasil)	1.833.936	3.480.279	5.314.215	5.314.215
Mercado externo	19.193.750	1.504.985	20.698.735	20.698.735
Ásia	9.606.799	136.882	9.742.681	9.742.681
Europa	5.350.832	221.697	5.572.529	5.572.529
América do Norte	3.592.653	382.628	3.975.191	3.975.191
América do Sul e Central	44.556	710.086	754.642	754.642
África		53.692	53.692	53.692
Custo dos produtos vendidos	(17.440.018)	(3.303.464)	(20.743.482)	(20.743.482)
Lucro Bruto	3.587.668	1.681.800	5.269.468	5.269.468
Margem bruta (%)	17,1%	33,7%	20,3%	20,3%
(Despesas) receitas operacionais	(2.089.286)	(679.719)	128.115	(2.640.890)
Vendas	(1.503.775)	(401.504)	(1.905.279)	(1.905.279)
Gerais e administrativas	(606.774)	(366.584)	(1.173.358)	(1.173.358)
Outras, líquidas	209.577	68.062	128.115	405.754
Equivalência patrimonial	11.686	20.307	31.993	31.993
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾	1.498.382	1.002.081	128.115	2.628.578
Margem operacional (%)	7,1%	20,1%	10,1%	10,1%
Resultado financeiro líquido				
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.498.382	1.002.081	(6.597.666)	(4.097.203)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			1.282.461	1.282.461
Resultado do exercício	1.498.382	1.002.081	(5.315.205)	(2.814.742)
Margem de lucro (prejuízo) do exercício (%)	7,1%	20,1%	10,1%	10,1%
Resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.498.382	1.002.081	(5.317.981)	(2.817.518)
Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores			2.776	2.776
Depreciação, exaustão e amortização	7.575.630	516.332	8.091.952	8.091.952

⁽¹⁾ Lucro Antes dos Juros e Impostos ("LAJIR"), equivalente ao termo em inglês EBIT (Earnings Before Interest and Tax).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	Celulose	Papel	Não segmentado	Total
Receita líquida	8.783.000	4.654.329	13.437.329	13.437.329
Mercado interno (Brasil)	744.294	3.301.417	4.045.711	4.045.711
Mercado externo	8.038.706	1.352.912	9.391.618	9.391.618
Ásia	3.837.998	101.695	3.939.693	3.939.693
Europa	2.810.699	225.111	3.036.010	3.036.010
América do Norte	1.340.907	210.715	1.551.622	1.551.622
América do Sul e Central	48.902	774.730	823.632	823.632
África		40.661	40.661	40.661
Custo dos produtos vendidos	(3.965.733)	(2.952.603)	(6.918.336)	(6.918.336)
Lucro Bruto	4.817.267	1.701.726	6.519.993	6.519.993
Margem bruta (%)	54,8%	36,6%	48,5%	48,5%
(Despesas) receitas operacionais	(626.887)	(886.347)	(1.513.234)	(1.513.234)
Vendas	(212.869)	(385.857)	(598.726)	(598.726)
Gerais e administrativas	(75.859)	(549.350)	(625.209)	(625.209)
Outras, líquidas	(138.159)	41.284	(96.875)	(96.875)
Equivalência patrimonial		7.576	7.576	7.576
Resultado operacional (EBIT) ⁽¹⁾	4.190.380	815.379	5.005.759	5.005.759
Margem operacional (%)	47,7%	17,5%	37,3%	37,3%

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL	DIRETORIA EXECUTIVA
David Feffer (Presidente)	Luiz Augusto Marques Paes (Conselheiro)	Walter Schalka (Diretor Presidente)
Claudio Thomaz Lobo Sander (Vice-Presidente)	Rubens Barletta (Conselheiro)	Marcelo Feriozzi Bacci
Daniel Feffer (Vice-Presidente)	Erlando Soares Pecanha (Conselheiro)	Aires Galhardo
Antonio de Souza Corrêa Meyer (Conselheiro)	Roberto Figueiredo Mello (Suplente)	Alexandre Chueri Neto
Jorge Feffer (Conselheiro)	Luiz Gonzaga Ramos Schubert (Suplente)	Carlos Anibal Fernandes de Almeida Júnior
Maria Priscila Rodini Vansetti Machado (Conselheira)	Kurt Janos Toth (Suplente)	Christian Orgmeister
Nildemar Secches (Conselheiro)		Fernando de Lellis Garcia Bertolucci
Rodrigo Kede de Freitas Lima (Conselheiro)		Leonardo Barretto de Araujo Grimaldi
Ana Paula Pessoa (Conselheira)		
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO		CONTADOR
Ana Paula Pessoa (Coordenadora)		Arvelino Cassaro
Carlos Biedermann (Especialista Financeiro)		CRC ES-007400/O-4
Marcelo Moses de Oliveira Lyrio (Membro)		
Rodrigo Kede de Freitas Lima (Membro)		

continua →



→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Prezados Senhores Acionistas,

Os membros do Conselho Fiscal da Suzano S.A. ("Companhia"), em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2020, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e Consolidadas da Suzano S.A. e suas respectivas Notas Explicativas, todos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.
 Rubens Barletta
 Eraldito Soares Peçanha

Luiz Augusto Marques Paes

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO ("CAE")

Sobre o Comitê: O CAE da Suzano S.A. é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em abril de 2019, dentro das melhores práticas de governança corporativa. O CAE é composto por 4 (três) membros com mandato de 2 (dois) anos. Todos os membros são independentes, sendo que 2 (dois) deles integram também o Conselho de Administração da Suzano S.A. Dentre os membros do CAE, a Sra. Ana Paula Pessoa, atua como coordenadora e o Sr. Carlos Biedermann, como especialista financeiro. De acordo com o seu Regimento Interno, compete ao CAE zelar (i) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Suzano S.A. (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares (iii) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna (iv) pela qualidade e efetividade do sistema de controles internos e da administração de riscos. As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e em suas próprias análises decorrentes de observação direta. A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Monetários ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") arquivados junto à CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os referidos auditores independentes emitiram relatório em 12 de fevereiro de 2020, contendo opinião sem ressalvas. Os trabalhos de auditoria interna são realizados por equipe própria. O CAE é responsável pela contratação e aprovação do plano de auditoria interna, que na sua execução é acompanhado e orientado pelo Diretor de Auditoria Interna, vinculado diretamente ao Conselho de Administração. No mais, o CAE desenvolve sua atuação de forma ampla e independente, observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impacto significativo na implementação da estratégia da Companhia.

Temas discutidos pelo Comitê de Auditoria Estatutário: O CAE reuniu-se 4 (quatro) vezes no período de abril de 2019 a fevereiro de 2020. Dentre as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos: (i) aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Interna e de sua execução, inclusive quanto à integração com as demais atividades relacionadas à gestão de riscos e compliance; (ii) conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento das providências saneadoras.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Ana Paula Pessoa - Coordenadora

Carlos Biedermann - Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima - Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio - Membro

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

O Comitê de Auditoria da Suzano S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, em atendimento ao disposto no inciso IX do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, examinou as demonstrações financeiras da controladora e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Relatório da Administração, e o relatório dos auditores independentes, sem ressalvas, e, tendo encontrado tais documentos em conformidade com as prescrições legais aplicáveis, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Ana Paula Pessoa - Coordenadora

Carlos Biedermann - Especialista financeiro

Rodrigo Kede de Freitas Lima - Membro

Marcelo Moses de Oliveira Lyrio - Membro

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto nos Incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Suzano S.A. declara que: (i) revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; (ii) revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020.

Walter Schalka - Diretor Presidente

Marcelo Feriozzi Bacchi - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
 Aires Galhardo - Diretor Executivo de Operação Celulose
 Alexandre Chueiri Neto - Diretor Executivo Florestal

Carlos Anibal de Almeida Jr. - Diretor Executivo de Comercial Celulose
 Christian Orgrimster - Diretor Executivo de Gente e Gestão
 Fernando de Lellis Garcia Bertolucci - Diretor Executivo de Pesquisa e Desenvolvimento
 Leonardo Grimaldi - Diretor Executivo de Papel

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

Suzano S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Suzano S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Suzano S.A. e suas controladas («Consolidado»), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Suzano S.A. e da Suzano S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase: Chamamos a atenção para a Nota 3.2.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2019 não são comparáveis com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Tal fato ocorre em razão da combinação de negócios com a Fibrila Celulose S.A. («Fibrila») em 3 de janeiro de 2019 (Nota 1.2), e da subsequente incorporação da Fibrila pela Suzano em 1º de abril de 2019. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria em 2019 foi planejada e executada considerando as operações e transações da Companhia e suas controladas ocorridas em 2019. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àquelas do ano anterior, porém com atualização do PAA relacionado à aquisição da Fibrila Celulose S.A. («Fibrila»), concluída em janeiro de 2019, e inclusão de um PAA sobre o teste de impairment do ágio gerado nesta aquisição.

Porque é um PAA**Valor justo dos ativos biológicos (Notas 3.1.6 e 13)**

Os ativos biológicos da Companhia e do Consolidado, em 31 de dezembro de 2019 montam R\$ 10.326.622 mil e R\$ 10.571.499 mil, respectivamente, correspondem a florestas de eucalipto e são mensurados ao valor justo, aplicando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, deduzindo dos custos estimados de venda no momento da colheita. Esse método faz uso de dados e premissas que envolvem julgamento significativo por parte da administração, incluindo taxa de incremento médio anual das florestas principalmente o preço da madeira em diferentes regiões. Esse é um assunto de atenção de nossa auditoria, considerando especialmente os riscos inerentes à subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da administração e podem ter impacto relevante na determinação do valor justo e, por consequência, no resultado do exercício.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor justo, bem como a metodologia de avaliação, dados e premissas utilizados no cálculo. Envolvermos nossos especialistas na valorização de ativos biológico, que nos apoiaram na análise do modelo do fluxo de caixa descontado, bem como em observar a coerência geral lógica e aritmética. Definimos as principais premissas na perspectiva da auditoria e efetuamos comparações com fontes externas, avaliamos a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração para apoio na uniformização das práticas anteriormente adotadas pelas duas empresas (em decorrência da combinação de negócios com a Fibrila). Avaliamos a razoabilidade das estimativas e critérios adotados pela administração, comparando-os com os custos históricos de formação das florestas, assim como verificamos se as informações divulgadas nas notas explicativas estavam consistentes com os requisitos de norma contábil e com as premissas utilizadas nos cálculos. Com base no resultado dos procedimentos realizados, consideramos que o modelo de avaliação está consistente com as práticas de mercado e que os dados e premissas utilizados estão devidamente suportados.

Porque é um PAA**Combinação de negócios com a Fibrila (Nota 1.2.1)**

Em 3 de janeiro de 2019, a Companhia adquiriu o controle da Fibrila pelo valor de R\$ 37.235.854 milhões, sendo apurado ágio no valor de R\$ 7.897.051 milhões. A determinação da data de aquisição do controle e, especialmente, a alocação do preço de compra aos ativos e passivos identificados e a apuração do ágio, envolveram o uso de especialistas internos e externos pela administração e o exercício de julgamentos e a consideração de estimativas relevantes, tais como relacionamento com clientes, valor justo de contingências, dentre outras. Tais estimativas para serem realizadas necessitam de dados e premissas subjetivas, como por exemplo, taxa de cancelamentos de clientes ("churn rate"), fluxos de caixa desconhecidos estimados, probabilidade de perdas classificadas entre possíveis e remotas, dentre outras, o que aumenta os riscos de mensuração e alocação do preço de compra. Os valores envolvidos, assim como o uso de estimativas e julgamentos relevantes adotados pela administração na determinação da alocação do preço de compra, podem ter impacto relevante na mensuração dos ativos adquiridos e nos passivos assumidos e por isso nos levaram a considerar essa como uma área de foco em nossa auditoria.

Provisão para passivos judiciais tributários (Nota 20)

A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Em 31 de dezembro de 2019, os saldos de provisão para passivos judiciais, individuais e consolidados, montavam R\$ 3.480.208 mil e R\$ 3.512.477 mil, respectivamente, sendo R\$ 3.049.788 mil e R\$ 3.052.370 mil, correspondentes a processos tributários com risco de perda provável. Especialmente no caso daqueles de natureza tributária, eles são relativos a divergências na interpretação das normas tributárias, autos de infração, entre outros. A administração, com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos, estima os possíveis desfechos para esses diversos assuntos, provisiona aqueles considerados de perda provável e divulga aqueles considerados como de perda possível. A determinação das chances de perda, assim como dos valores objeto da disputa, envolvem julgamento da administração, considerando aspectos subjetivos e evoluções jurisprudenciais, que podem mudar ao longo do processo e que não estão sob o controle da administração e, por esse razão, definimos esse tema como uma área de foco.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Efetuamos, entre outros procedimentos, a leitura dos principais documentos relacionados com a aquisição da Fibrila, análise dos atos societários relevantes e os principais eventos que levaram a administração a concluir sobre a data efetiva de aquisição. Efetuamos, também, o entendimento dos processos estabelecidos pela administração, incluindo a totalidade e integridade da base de dados e os modelos de cálculo para determinação da alocação do preço de compra. Obtivemos as informações financeiras auditadas da Fibrila, com os valores contábeis considerados na alocação do preço de compra, incluindo o registro dos efeitos das novas normas contábeis aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019 no balanço de aquisição. Efetuamos também, revisão da avaliação da administração das possíveis diferenças de práticas contábeis entre a Companhia e a Fibrila. Avaliamos a competência e a objetividade dos especialistas externos contratados pela administração para a emissão do laudo de alocação do preço de compra na combinação de negócios e, como o apoio de nossos especialistas, avaliamos a razoabilidade da metodologia e discutimos as principais premissas adotadas na identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição, comparando-as com informações históricas disponíveis ou com dados observáveis de mercado e/ou do segmento de atuação. Chegamos, ainda, os principais impactos contábeis e fiscais da mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na combinação de negócios, bem como examinamos as divulgações realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos, as premissas utilizadas são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento dos controles internos estabelecidos pela administração para identificar e constituir provisões, monitorar o andamento dos processos judiciais tributários, bem como as respectivas divulgações em notas explicativas. Em conjunto com os nossos especialistas da área tributária, entendemos o objeto das principais contingências e processos em andamento, obtivemos a documentação suporte da avaliação da administração, incluindo a determinação de valores e opinião de especialistas externos contratados pela Companhia e avaliamos e discutimos a razoabilidade das conclusões da administração. Solicitamos e obtivemos confirmação direta dos assessores jurídicos externos responsáveis pelos processos nas esferas administrativa e judicial. Testamos, por amostragem, os cálculos dos valores utilizados para o provisionamento ou divulgação e avaliamos se as divulgações realizadas estão alinhadas com as normas contábeis relevantes e documentação suporte. Observamos que as conclusões da administração e a documentação suporte, incluindo as posições dos assessores jurídicos internos e externos, estão consistentes entre si e com o nosso entendimento sobre os objetos das disputas, bem como com as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

→ continuação



SALVADOR, QUINTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2020 - ANO CIV - Nº 22.842

→ continuação

SUZANO S.A. - Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 16.404.287/0001-55 - NIRE nº 29.300.016.331

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Redução ao valor recuperável de intangíveis (Nota 16) A Companhia tem registrado em seu ativo intangível (Controladora e Consolidado), o ativo no valor de R\$ 7.897.051 milhões fundamentado em expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Fibril Celulose S.A., ocorrida em janeiro de 2019, o qual foi alocado ao segmento de celulose. O ativo fundamentado em expectativa de rentabilidade futura tem sua recuperação baseada em projeções que incluem dados e premissas que envolvem julgamentos significativos da administração, incluindo a definição de unidade geradora de caixa, preço líquido médio de celulose, taxa de câmbio e taxa de desconto, entre outras. Para efetuar o cálculo do valor recuperável, a administração calculou o valor em uso através da metodologia do fluxo de caixa descontado. Consideramos essa área como de foco para nossa auditoria tendo em vista a relevância do saldo, bem como que variações na determinação das premissas adotadas pela administração podem impactar a recuperação dos saldos registrados e, por consequência, os resultados das operações e a posição patrimonial e financeira da Companhia e do Consolidado.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e testes dos controles internos estabelecidos pela administração para mensurar o valor recuperável, a metodologia de avaliação, dados e premissas utilizados no cálculo, assim como o critério utilizado para a definição da unidade geradora de caixa. Envolvermos nossos especialistas na área de valorização de empresas, que nos apoiaram na análise do modelo do fluxo de caixa descontado, bem como em sua coerência geral lógica e aritmética e também nos apoiaram na análise da taxa de desconto. Em relação às principais premissas na perspectiva da auditoria, como o preço líquido médio de celulose, taxa de câmbio e taxa de desconto, efetuamos comparações com publicações externas especializadas, bem como avaliamos, por meio de análises de sensibilidade, se variações individuais ou cumulativas aproximariam o valor recuperável do valor contábil. Para as demais premissas, levamos em consideração o histórico das respectivas tendências e outras evidências que corroboram os dados utilizados. Avaliamos, também, a competência, objetividade e capacidade de especialistas externos contratados pela administração envolvidos no cálculo do valor recuperável. Com base nos trabalhos de auditoria acima resumidos, consideramos que os dados e premissas utilizados e a metodologia de avaliação do valor recuperável estão consistentes com as práticas de mercado, bem como que as divulgações efetuadas sobre o tema estão adequadas em relação às evidências por nós obtidas.
Outros assuntos Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que o assunto não tenha sido divulgado publicamente ou, quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 12 de fevereiro de 2020	
pw PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5	José Vital Pessoa Monteiro Filho Contador CRC 1PE016700/O-0

Publica Bahia
TRANSPARÊNCIA NA PUBLICAÇÃO
DE ATOS OFICIAIS

egba
Melhores preços, melhor qualidade



Agende seu atendimento
de forma rápida e fácil

Acesse:



• **DIÁRIO OFICIAL | PUBLICA BAHIA**

Publicações oficiais para câmaras e prefeituras
baianas, com baixo custo e segurança.

Agendamento:

Sede Egba:

71 3116 2865 | 2133

SAC Shopping da Bahia, Posto 3:

71 3117 8413

www.egba.ba.gov.br

104 ANOS DE TRADIÇÃO EM
BENEFÍCIO DA SOCIEDADE BAIANA

VAGAS PARA SALVADOR

ASSISTENTE DE VENDAS (ESTÁGIO)

- Ensino Superior cursando em ADM, MKT, Gestão Comercial ou áreas afins - A partir do 2º sem (noturno)
- Bolsa-estágio: 600,00 + Benefícios
- 02 VAGAS

PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL/SÉRIES INICIAIS (ESTÁGIO)

- Ensino Superior cursando Pedagogia - A partir do 4º sem
- Obrigatório possuir conhecimento básico em Word e Excel
- Bolsa-estágio: 600,00 + Benefícios
- 01 VAGA

ANALISTA TÉCNICO DE PRÉ-VENDAS

- Ensino Superior completo em Segurança da Informação, Rede ou na área de TI
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir Inglês Intermediário (leitura), vivência com pré-vendas na área de infraestrutura de TI ou segurança da informação, contratação PJ (possuir MEI ou possibilidade para cadastro como MEI) e disponibilidade para viajar
- Salário: 5.000,00 + Benefícios
- 01 VAGA

BORRACHEIRO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência com veículos pesados (carretas, guindastes, etc.)
- 01 VAGA

CONSULTOR DE VENDAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência em vendas de consórcios de carro/moto, seguros/proteção veicular ou plano de saúde/ funerário, disponibilidade de horário e CNH 'A' ou carro próprio com CNH 'B' (empresa ajudará no combustível)
- Salário: 1.086,00 + Benefícios
- 01 VAGA

COORDENADOR DE RH

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência com recursos humanos, em planilhas no Excel e documentação do setor pessoal
- Salário: 1.400,00 + Benefícios
- 01 VAGA

ESCRITURÁRIO

- Ensino Superior incompleto em Ciências Contábeis - A partir do 4º sem
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área
- Desejável: Superior na área financeira, habilidade com números/relatórios e noção de Informática
- Salário: 1.631,96 + Benefícios
- 01 VAGA

FISCAL DE VIGILÂNCIA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência na área, CNH 'AB', 'AD' ou 'AE' (Tem que ser CNH do tipo dupla), cursos atualizados de reciclagem e CNV, habilidade em Excel e Word (nível básico), disponibilidade de horário e conhecer bem a cidade de Salvador e Região Metropolitana
- Salário: 2.000,00 + Benefícios
- 01 VAGA

JARDINEIRO

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência na área
- 05 VAGAS

MECÂNICO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área, especialidade em injeção eletrônica e CNH 'AB', 'B', 'C', 'D' ou 'E'
- Salário: 2.000,00 + Benefícios
- 02 VAGAS

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área, conhecimento com veículos flex e diesel média e baixa
- Salário: 1.400,00 + Benefícios
- 01 VAGA

MECÂNICO DE BICICLETAS

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área e disponibilidade de horário
- 01 VAGA

SUBGERENTE DE RESTAURANTE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência com liderança no ramo de alimentação
- Salário: 1.243,00 + Benefícios
- 01 VAGA

MONTADOR DE MÓVEIS

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência com montagens de móveis convencionais
- 05 VAGAS

SUPERVISOR DE AÇOUGUE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área
- 02 VAGAS

CHEFE DE COZINHA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área e residir próximo ao município de Lauro de Freitas
- 02 VAGAS

CONSULTOR DE VENDAS

- Ensino Superior completo em Gestão Comercial, Gestão de Negócios e outras na área comercial
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir CNH 'B' e vivência na área
- 01 VAGA

ESTETICISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cadastro MEI, vivência e curso na área
- 02 VAGAS

INSTALADOR DE INSULFILM

- Ensino Fundamental incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência em instalação de insulfilmm em carros/residências, fazer plotagens e disponibilidade de horário
- 01 VAGA

MANICURE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cadastro MEI, vivência e curso na área
- 02 VAGAS

GESSEIRO MONTADOR

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área
- 08 VAGAS

MANICURE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência em alongamento, manicure/ pedicure, curso de Alongamento de unhas, disponibilidade para trabalhar aos finais de semana e residir no município de Lauro de Freitas ou local com fácil transporte
- 10 VAGAS

VAGAS PARA A UNIDADE CENTRAL DE SALVADOR

ATENÇÃO - Solicite encaminhamento na Av. ACM, 3.359 - Cond. Torres do Igatemi/Brotas. Funcionamento de segunda a sexta, das 7h às 17h.

COZINHEIRO HOSPITALAR

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área
- 01 VAGA

JARDINEIRO

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir vivência na área e cursos atualizados NR12 e NR35 (Realizados em escola técnica e apresentar certificado)
- 01 VAGA

VAGAS PARA LAURO DE FREITAS

ANALISTA DE CRÉDITO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência com crédito consignado
- 01 VAGA

BARMAN

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

OPERADOR DE MÁQUINA DE EXTRUSORA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

AUXILIAR DE COSTURA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

COSTUREIRA DE MÁQUINA INDUSTRIAL

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

VENDEDOR INTERNO/SEGMENTO DE JOALHERIA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

VENDEDOR LÍDER/SEGMENTO DE JOALHERIA OU SEMIJOIAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

VENDEDOR INTERNO/SEGMENTO DE ÓTICAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência com venda em ótica e venda de óculos lentes
- 01 VAGA

GARÇOM OU GARÇONETE

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

AUXILIAR DE COZINHA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 06 VAGAS

- **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:** Carteira de Trabalho, RG, CPF, comprovantes de residência e escolaridade, além de certificados de qualificações se assim desejar.

Observação: Estas são apenas ALGUMAS oportunidades disponíveis e estão sujeitas ao limite de encaminhamentos. Para consulta da lista completa e atualizada, o trabalhador deve buscar uma das unidades do SineBahia no estado.



104 ANOS DE TRADIÇÃO EM
BENEFÍCIO DA SOCIEDADE BAIANA

CHEFE DE COZINHA

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

COZINHEIRO DE RESTAURANTE

- Ensino Médio incompleto
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

SUPERVISOR COMERCIAL/RESTAURANTE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

GERENTE DE RESTAURANTE

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

SUSHIMAN

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

VAGAS PARA FEIRA DE SANTANA

VENDEDOR EXTERNO(PCD)

- Exclusiva para Pessoas com Deficiência
- Ensino Médio completo
- Obrigatório possuir veículo, CNH 'B', conhecimento/habilidades em Informática, disponibilidade para viajar e trabalhar com vendas de chips, controle do estoque interno e realizar visitas a PDVs
- Salário + comissão
- 06 VAGAS

FATURISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência na área com emissão de nota fiscal, boletos, apoio na área de Logística, pesagem de veículos, conhecimento em Informática e domínio com Pacote Office
- 01 VAGA

VAGAS PARA SANTO ANTÔNIO DE JESUS

COZINHEIRA

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

COSTUREIRA

- Ensino Médio incompleto
- Experiência com estofado – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

ELETRICISTA AUTOMOTIVO

- Ensino Médio completo
- Experiência em sistema elétrico e eletrônico de caminhões e ônibus – Apresentar comprovação
- Obrigatório possuir CNH 'B' e curso de Eletromecânica
- 03 VAGAS

ESTOQUISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- Obrigatório possuir vivência com armazenamento de mercadorias, atualização/contagem de estoque no sistema, balanço, cadastramento de produtos e disponibilidade para trabalhar em Cruz das Almas
- 01 VAGA

SERRALHEIRO

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

AUXILIAR DE PADEIRO

- Ensino Fundamental completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

MECÂNICO INDUSTRIAL

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- 01 VAGA

ELETRICISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- Obrigatório possuir curso NR 10
- 01 VAGA

ELETRICISTA

- Ensino Médio completo
- Obrigatório possuir cursos NR 10, NR 35, Eletricista de redes de distribuição e outros direcionados a função
- 50 VAGAS

BLASTER

- Ensino Fundamental completo
- Obrigatório possuir curso de Blaster
- 11 VAGAS

OPERADOR DE CALDEIRA

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar carta de referência
- Obrigatório possuir curso NR 13
- 01 VAGA

ELETRICISTA

- Ensino Técnico completo em Elétrica, Eletrotécnica
- Eletroeletrônico
- Experiência na área de indústria – Apresentar comprovação
- Obrigatório residir em Valença
- 01 VAGA

VAGAS PARA JEQUIÉ

ENFERMEIRO

- Ensino Superior completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 04 VAGAS

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 04 VAGAS

ATENDENTE BALCONISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ALINHADOR

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- 01 VAGA

SUPERVISOR DE VENDAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir CNH 'B'
- 02 VAGAS

VENDEDOR PRACISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- 04 VAGAS

CONTROLADOR DE ALMOXARIFADO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- 01 VAGA

VAGAS PARA SENHOR DO BONFIM

CONFERENTE DE MERCADORIAS

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

- Ensino Técnico completo em Ciências Contábeis ou Administração de Empresas
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

CONSULTOR DE VENDAS

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

MECÂNICO DE AUTOMÓVEL

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 04 VAGAS

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Ensino Superior incompleto em ADM ou Ciências Contábeis
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

CHAPISTA DE AUTOMÓVEIS

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

ATENDENTE

- Ensino Médio completo
- Experiência com rotinas administrativas
- 01 VAGA

ESCREVENTE

- Ensino Médio completo
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 01 VAGA

ALINHADOR

- Ensino Médio incompleto
- Experiência na função – Apresentar comprovação
- 02 VAGAS

VAGAS PARA ITABUNA

OPERADOR DE TELEMARKETING (PCD)

- Exclusiva para Pessoas com Deficiência
- Ensino Médio completo
- Não exige experiência
- 05 VAGAS

VENDEDOR INTERNO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir vivência com vendas de eletro e móveis
- 05 VAGAS

ENCARREGADO DE AÇOUGUE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ENCARREGADO DE FRIOS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ENCARREGADO DE MERCEARIA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

• **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:** Carteira de Trabalho, RG, CPF, comprovantes de residência e escolaridade, além de certificados de qualificações se assim desejar.

Observação: Estas são apenas ALGUMAS oportunidades disponíveis e estão sujeitas ao limite de encaminhamentos. Para consulta da lista completa e atualizada, o trabalhador deve buscar uma das unidades do SineBahia no estado.



104 ANOS DE TRADIÇÃO EM
BENEFÍCIO DA SOCIEDADE BAIANA

ENCARREGADO DE HORTIFRUTI

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na carteira
- 01 VAGA

GERENTE DE LOJA

- Ensino Médio ou Superior completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

LOCUTOR

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

SUBGERENTE

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ANALISTA DE ESTOQUE

- Ensino Médio ou Superior completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ATENDENTE DE TELEVENDAS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

AÇOUGUEIRO

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima 06 meses carteira
- 09 VAGAS

AUXILIAR DE DEPÓSITO

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 01 VAGA

AUXILIAR DE PERECÍVEIS

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 01 VAGA

AUXILIAR DE LIMPEZA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima 06 meses carteira
- 05 VAGAS

CARTAZISTA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

CONFEITEIRO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

FISCAL DE PREVENÇÃO DE RISCOS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 08 VAGAS

GERENCIADOR DE PREVENÇÃO DE RISCOS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

OPERADOR DE CÂMARA FRIA

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 01 VAGA

OPERADOR DE EMPILHADEIRA

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- Obrigatório possuir curso de Empilhadeira
- 03 VAGAS

PADEIRO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 02 VAGAS

REPOSITOR DE MERCADORIAS

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 13 VAGAS

REPOSITOR DE HORTIFRUTI

- Ensino Fundamental completo
- Não exige experiência
- 06 VAGAS

TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ENCARREGADO DE SUPERMERCADO NA SEÇÃO DE PERECÍVEIS

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima 06 meses na carteira
- 01 VAGA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

- Ensino Superior completo em Análise de Sistemas ou Ciência da Computação
- Experiência mínima de 06 meses com desenvolvimento de sistema WEB
- 01 VAGA

MOTORISTA PODADOR / ELETRICISTA

- Ensino Técnico completo de Eletrotécnica
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de RD, NR-10, NR-35, Eletricista Básica e Direção Defensiva
- 02 VAGAS

MOTORISTA MUNK

- Ensino Médio completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir CNH 'E', cursos de NR-10, Eletricista Básica e Direção Defensiva
- 10 VAGAS

AUXILIAR ELETRICISTA

- Ensino Fundamental completo
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de NR-10 e Eletricista básico
- 03 VAGAS

ENCARREGADO DE LINHA MORTA

- Ensino Técnico completo de Eletrotécnica
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de RD, NR-10, NR-35 e SEP
- 02 VAGAS

ENCARREGADO DE PODA

- Ensino Técnico completo de Eletrotécnica
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de RD, NR-10, NR-35 e SEP
- 02 VAGAS

ENCARREGADO DE LINHA VIVA

- Ensino Técnico completo de Eletrotécnica
- Experiência mínima de 06 meses na função
- Obrigatório possuir cursos de RD, NR-10, NR-35 e SEP
- 03 VAGAS

• **DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:** Carteira de Trabalho, RG, CPF, comprovantes de residência e escolaridade, além de certificados de qualificações se assim desejar.

Observação: Estas são apenas ALGUMAS oportunidades disponíveis e estão sujeitas ao limite de encaminhamentos. Para consulta da lista completa e atualizada, o trabalhador deve buscar uma das unidades do SineBahia no estado.